

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E**  
**INSTITUCIONAL – PPGPSI**

**DANIELA DALBOSCO DELL’AGLIO**

**MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos**  
**contemporâneos**

**Porto Alegre**

**2016**

**DANIELA DALBOSCO DELL'AGLIO**

**MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

Porto Alegre

2016

DANIELA DALBOSCO DELL'AGLIO

MARCHA DAS VADIAS: Entre tensões dissidências e rupturas nos feminismos  
contemporâneos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Sandrine Machado

Aprovado em 30/09/2016

Comissão Examinadora

---

Dr. Adolfo Pizzinato

---

Dra. Amana Rocha Mattos

---

Dra. Jaqueline Tittoni

Porto Alegre

2016

## AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos dessa dissertação de mestrado se direcionam a quem fez com que ela se tornasse possível. Por isso, em todas as linhas presentes ao longo desse trabalho, é possível enxergar muito mais que a minha autoria, uma vez que essa escrita está carregada de vivências, emoções e experiências, que vão muito além dos registros teóricos. Essa dissertação está carregada de afetos, de laços e de sororidade que compuseram, junto com a escrita, uma história.

Início agradecendo às pessoas que me cederam a entrevista, pessoas que considero fortes e ativas, que movimentam os feminismos na cidade de Porto Alegre e os tornam possível. Muito obrigada por dedicar parte de suas vidas a essa causa que nos é comum.

Agradeço à minha orientadora, Paula Sandrine Machado, pela confiança e por apostar em nossas trocas. Por todas as orientações que faziam brilhar a escrita quando pouco acreditava em mim mesma. Pelos encontros divertidos, bons drinks, danças e conversas informais. Por ser uma inspiração em que eu acredito ser uma professora universitária, na postura próxima aos alunos e do brilho ao ministrar uma aula.

Agradeço a todos meus colegas do grupo de pesquisa, em especial ao Maurício, à Jana, à Fernanda, ao Lucas e ao Eric por todas as possibilidades de debate que me ajudaram a construir a temática da pesquisa, e à Aida por sua rápida e tão significativa passagem.

Agradeço aos meus colegas da graduação da UFCSPA, que juntos enfrentamos a primeira turma de psicologia na universidade. Em especial à Raquel, minha parceira de centro acadêmico, que foi a primeira pessoa que me motivou a estudar a temática de movimentos sociais. Agradeço aos professores e às professoras dessa mesma instituição que foram sendo os principais mestres para eu tomar os caminhos traçados, em especial à Lucia Stenzel, a mais especial professora, orientadora e paraninfa.

Agradeço às minhas companheiras de militância feminista Amanda, Carol e Hari, com quem compartilhei e compartilho a morada, Francisca e Carla, por terem lido o trabalho e contribuído num momento crucial, Carol Maia, pelas longas conversas teóricas, além dos carinhos trocados, Kakau e Cíça, por sempre me mostrarem que a diversão é um ato político e Betinha, por ser tão leve em toda a disponibilidade e afeto.

Agradeço às minhas amigas, Brunna, Juliana, Letícia, Luisa, Nathália e Stephanie, que, além de fazerem parte de um caminho de mais de dez anos de amizade, dedicaram-se a ler meu trabalho para me deslocar do meu lugar comum. Ainda, agradeço pelos cuidados constantes, pelos almoços, pelos passeios, pelas conversas quando mais precisei.

Agradeço ao Guilherme, pelos oito anos de frios na barriga, compartilhamento de vida, anseios, sonhos, aventuras e vontades, que me fez descobrir que é possível amar sem posse.

Agradeço a todos os amigos que compartilharam momentos de EREP, COREP e ENEP, que me ensinaram por qual psicologia eu gostaria de lutar e me mostraram o real sentido de autogestão e apoio mútuo. Em especial, agradeço ao Samuel, em que aqui me caem lágrimas que não dão conta das saudades, por sua presença me inspirar e se manter viva. Samuel, obrigada pelas infindáveis horas de ônibus compartilhadas, aos lanches no meio da estrada, às histórias contadas, aos conhecimentos trocados, à luta diária, aos sorrisos e, principalmente, à simplicidade.

Agradeço à minha família, ao meu pai, Marcelo, por insistir em minha organização e foco, à minha irmã, Denise, por ser um exemplo e inspiração de alguém que se aventura fazendo o que ama. Agradeço à minha mãe, Débora, colega de profissão, que emocionalmente me entregou o diploma de psicóloga em minha formatura, simbolizando que o conhecimento que tive não se deu apenas na universidade, mas em casa, nas conversas, nos jantares, no estudar junto, nos livros emprestados, nas leituras de meus trabalhos, sendo minha principal orientadora ao longo de toda a vida.

E, em especial, agradeço a mais nova membra da família, que pôde resignificar o sentido de família para mim. Minha filha, Mel. Tu atravessaste o processo de mestrado em minha barriga. Venci o desconforto das longas horas de escrita, do pós-parto e toda a dedicação e amor integral para hoje, ao ver o teu sorriso, poder dar sentido à pessoa que eu quero me tornar. Muito obrigada por ser minha mais especial companheira, minha maior inspiração diária, minha maior descoberta.

Agradeço também à UFRGS, por ser a instituição que permitiu muitos desses encontros e à CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado.

## RESUMO

Essa dissertação de mestrado partiu de um acontecimento – a ruptura da Marcha das Vadias de Porto Alegre no ano de 2014 – para, a partir das divergências, tensões e rupturas presentes nesse cenário, refletir sobre os atravessamentos políticos e as perspectivas feministas que se configuravam nesse momento no contexto feminista jovem da cidade. Este trabalho teve como objetivo considerar os diferentes feminismos em disputa a fim de pensar como as experiências das pessoas que compuseram o campo das “tretas” se interseccionam com a performatividade política. Com a perspectiva etnográfica, foram entrevistadas as personagens que compuseram esse cenário, descrevendo suas trajetórias envolvendo o feminismo, narrativas sobre a Marcha das Vadias e seus desdobramentos. Como parte da metodologia, destaca-se que foi importante unir o fazer político e o fazer pesquisa, a fim de demarcar o lugar de fala da pesquisadora. O estudo permitiu identificar que o movimento da Marcha das Vadias iniciou de um feminismo plural, mas que ocorreram “tretas” as quais evidenciaram as disputas em relação ao sujeito do feminismo nesse contexto. Ainda, pode-se observar, que os diferentes marcadores sociais, tais como raça, classe, pertencimento ou não ao meio universitário, maternidade, geração, trans ou cisgeneridade, contribuem para a formação desse sujeito colocado em disputa, uma vez que tais interseccionalidades marcam trajetórias de vida e lugares muitas vezes invisibilizados. Pode-se concluir que as “tretas” dos feminismos fazem parte da construção e da dinamicidade do movimento, contribuindo para sua constante transformação e para a manutenção da pluralidade dos feminismos no contexto feminista jovem da cidade.

## **ABSTRACT**

This master's thesis came from an event - the breakdown of Slutwalk of Porto Alegre city in 2014, in which discrepancies, tensions and ruptures of this scenario caused reflections about political crossfires and feminist perspectives at that moment. This study aimed to consider different kinds of feminism in order to discuss how experiences of the ones who consolidated the disagreements, intersect with the political performativity. Using ethnographic referential, the characters who incorporate this scenario were mapped and interviewed, describing their trajectories involving feminism, Slutwalk narratives and its consequences. As part of the methodology, it was important to unite the act of doing politics with doing research in order to delimit the researcher speech. This work identified the start of the Slutwalk movement as plural feminism however disagreements occurred, revealing disputes in relation to the main subject of feminism in this context. Moreover, it was observed that the different social markers such as race, class, presence or absence in the university environment, motherhood, generation, and trans- or cis- gender, contribute to the development of the subject placed in the dispute, since these intersectionalities characterize their places and life trajectories which are often invisible. It can be concluded that feminism disagreements are part of the construction and dynamics of the movement, contributing to constant transformation and maintenance of the feminism plurality in the young feminist scene of this city.

## Sumário

APRESENTAÇÃO .....	10
INTRODUÇÃO .....	16
Um acontecimento .....	16
Marcha das Vadias .....	18
Contexto histórico e político .....	23
1. FERRAMENTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS .....	28
1.1. Movimentos em disputa .....	28
1.2. Sujeito dos feminismos em disputa .....	32
1.3. Pressupostos teóricos-conceituais .....	35
2. ESCOLHAS METODOLÓGICAS E ÉTICA NO FAZER-PESQUISA .....	37
2.1. Método qualitativo com orientação etnográfica .....	38
2.2. Ética entre pesquisar e militar .....	41
2.3. Primeira Personagem: Quem escreve .....	43
3. PERSONAGENS .....	46
3.2. Segunda Personagem: entre relações livres e materialismo .....	47
3.3. Terceira Personagem: resistência sapatão .....	50
3.4. Quarta Personagem: para além dos muros universitários .....	53
3.5. Quinta Personagem: a autonomia como ética de vida .....	58
3.6. Sexta Personagem: a experiência de ser mulher negra em um contexto branco .....	59
3.7. Sétima Personagem: as possíveis masculinidades no feminismo .....	62
3.8. Oitava personagem: a violência machista como disparador de revolta .....	65
3.9. Quadro das personagens .....	67
4. TRETAS E RACHAS .....	68
4.1. Marchas Anteriores: as “tretas” que perpassam a Marcha das Vadias de Porto Alegre sendo contadas por quem participou .....	70
4.2. Marcha das Vadias de 2014 .....	75
4.3. Feminismos presentes no campo .....	83
4.3.1. Feminismo Marxista .....	83
4.3.2. Feminismo Interseccional .....	86
4.3.3. Feminismo Emancipacionista .....	89
4.3.4. Anarca-feminismo .....	93
4.3.5. Feminismo Negro .....	96
4.3.6. Transfeminismo .....	99
4.3.7. Feminismo Radical .....	102

4.3.8. Feminismo Liberal – dentro de um campo não de auto-identificação, mas enquanto acusação.....	105
5. EFEITOS POLÍTICOS E DESDOBRAMENTOS .....	107
5.1. Diferentes possibilidades de debate .....	107
5.2. Pulverização e descentralização dos feminismos .....	111
5.3. Efeitos pessoais e micropolíticos .....	113
5.4. Marcha das Vadias de 2015 .....	117
6. DISCUSSÃO.....	120
6.1. Sujeito dos feminismos .....	120
6.2. Tensões interseccionais .....	122
7. CONTINUIDADES ATIVAS.....	128
REFERÊNCIAS .....	131

## APRESENTAÇÃO

As disputas a respeito de quem é “o sujeito” do feminismo e quem o representa têm sido motivo de “tretas” e “rachas”<sup>1</sup> em diferentes campos de atuação política. Ainda, qual estratégia um grupo elege enquanto sua ação política cria, também, tensões dentro de organizações e coletivos. Por perceber que não há uma unidade de quem atua e do que se faz, aqui nesse trabalho, portanto, partimos da nomenclatura no plural, feminismos. Feminismos, pois, por ser um movimento tão complexo, é possível apontar para múltiplas formas de atuar politicamente no campo das questões de gênero e de sexualidade. Ainda, entendemos que o sujeito dos feminismos está composto por diferentes marcadores sociais – como raça, classe, sexualidade – que extrapolam a categoria de gênero “mulher”, articulando-se com ela, modificando-a. Tomada por essa discussão e por essa pluralidade, a Marcha das Vadias de 2014 de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, resultou em um “racha”, a partir do qual puderam ser observadas diferentes motivações e desdobramentos, que serão debatidas ao longo desse trabalho.

A Marcha das Vadias, ato feminista contemporâneo que teve seu início devido ao “direito da mulher se comportar enquanto vadia” - buscando resignificar, assim, o termo “vadia” – portanto, tem como característica ser um movimento autônomo em que a organização não é fixa, sendo que a cada edição diferentes pautas são discutidas. A Marcha acontece na cidade de Porto Alegre e também em outras cidades do Brasil e do mundo desde 2011. Desde lá, ela assumiu diferentes formatos e trajetórias na cidade, bem como envolveu variados debates, sendo todos atravessados pelas pautas e discussões feministas. A Marcha das Vadias, tanto o evento como sua organização, foi se constituindo, portanto, como um cenário privilegiado onde são visibilizadas algumas das disputas que buscaremos problematizar. O momento do “racha”, de onde parte nossa análise, é tomado aqui como instante paradigmático de um momento político que deflagra uma série de conflitos, disputas, identidades e identificações nos quais diversos autores estão envolvidos. A partir desse momento, de sua configuração e efeitos na organização da Marcha do ano seguinte, tomo como material para a análise as trajetórias

---

<sup>1</sup> “Treta” e “rachas” são consideradas, nessa pesquisa, categorias êmicas, o que significa que são expressões utilizadas pelo próprio grupo que se está estudando e, por isso, serão apresentadas entre aspas. Essas palavras aparecem diversas vezes ao longo das entrevistas e podem ser entendidas enquanto gírias. “Treta” significa algum desentendimento ou briga. “Treta de internet”, “deu treta”, “aí tem treta” são algumas formas comuns de como aparece essa expressão. “Racha” aqui significa divisão, separação, quebra, expressão também comum dentro dos movimentos sociais.

de algumas dessas personagens que constituem o campo, a fim de entender como se deu sua localização na “treta” e o que isso revela de sua produção como sujeitos políticos e da constituição do feminismo jovem na cidade de Porto Alegre.

Este trabalho começou a ser articulado em março de 2014, a partir de meu ingresso no mestrado. A ideia inicial que me motivava era pesquisar a respeito das políticas que chamamos de *queer*, uma vez que esse termo tem uma conexão com políticas autônomas, que buscam se distanciar de uma lógica institucionalizada, aproximando-se muitas vezes, do anarquismo – orientação política na qual me localizo. A partir de inúmeros questionamentos a respeito do sentido dessa palavra estrangeira, passei a questionar a respeito de como as diferentes práticas políticas que envolvem gênero e feminismos se aproximam de um contexto em que me encontro. Dessa forma, tomada pelo cotidiano político e militante, assim como pelo cotidiano acadêmico, enxerguei-me dentro dos diferentes debates que envolvem a Marcha das Vadias, compondo, justamente, a teia que entrelaça academia e militância feminista. Uma vez que me alimentava de diferentes teorias e epistemologias que eram levadas para o campo, assim como o campo era sempre debatido frente a reuniões e encontros, pude ser eu uma atora – enquanto atividade política – e autora – enquanto acadêmica e pesquisadora – em relação aos feminismos nesse contexto.

Estive, portanto, presente nesse cenário de forma ativa, ocupando a linha tênue entre militante e pesquisadora, onde pude observar e acompanhar um momento histórico-político atual, relatado em diferentes lugares do mundo, o qual, por sua vez, faz parte de um processo que aparece também em diferentes épocas e movimentos: as divergências e as rupturas dos feminismos. A partir da observação e da participação como atora política dessa “treta”, explicitada na Marcha das Vadias de 2014, avaliava-se, em um primeiro momento, que se tratava de um cenário dicotômico, com “dois lados” na luta, os dois lados que se dividiram nos caminhos traçados no ato, conforme será explicitado adiante. Aos poucos, a partir das sugestões advindas do processo de qualificação do projeto de dissertação<sup>2</sup>, e também a partir de minha inserção no campo, cada vez mais esse binarismo ia sendo desconstruído e complexificado, passando a ser percebido em suas diversas nuances. Pude reformular os caminhos metodológicos e ir ao encontro das pessoas entrevistadas me colocando prontamente a acolher e a não

---

<sup>2</sup> Banca composta pelas professoras Regina Facchini (Unicamp) e Jaqueline TITTONI (UFRGS) no dia 25 de maio de 2015.

julgar antecipadamente as diversas visões acerca dos feminismos. Assim, foi cada vez mais possível se aproximar, a partir deste trabalho, de um leque de feminismos diversos que compuseram o momento da ruptura da Marcha das Vadias de 2014. É essa diversidade e o modo como ela se articula ou produz as “tretas” na constituição do feminismo jovem de Porto Alegre que passa a interessar a essa pesquisa.

A escolha dessa temática se deve também a minha trajetória no decorrer do curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) e na inserção em movimentos sociais desde o início da graduação, em 2008, fazendo parte de diferentes representações discentes, do diretório acadêmico e, posteriormente, do movimento feminista na cidade de Porto Alegre. Minha trajetória, portanto, relacionada à andança do fazer político-militante e à formação como pesquisadora, possibilitou-me construir o desejo de compreender como diferentes trajetórias compõem diferentes feminismos, diferentes identidades, diferentes nomeações que, totalizadas, compuseram este dado acontecimento: a ruptura da Marcha das Vadias de Porto Alegre de 2014.

A partir dessas vivências que me localizam enquanto militante, portanto, meu interesse é também contribuir para o movimento feminista, uma vez que acredito que o que se desenvolve teoricamente influencia e é influenciado de maneira constante pela prática política. Além disso, pensando que essa pesquisa parte de um conflito, penso que esse trabalho pode contribuir para que os diferentes feminismos se localizem na escrita, de forma, não a compor mais separações, mas que seja mais possível, dentro desse campo político, visibilizar as diferenças e pluralidades a fim de somar dentro do campo de luta.

Essa pesquisa está vinculada ao NUPSEX (Núcleo de Pesquisa em Relações de Gênero e Sexualidade) – UFRGS, coordenado pelo professor Henrique Nardi e pela professora Paula Sandrine Machado, núcleo vinculado ao PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS e que contribuiu de forma intensa para o andamento da pesquisa, a partir de seminários, reuniões e compartilhamentos. O grupo de pesquisa é também ativo em relação aos movimentos políticos e sociais da cidade, que envolvem questões de gênero, população LGBTTT<sup>3</sup> e raça. Além disso, ao grupo vincula-se um

---

<sup>3</sup> A sigla se refere às identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros. Ela é utilizada, principalmente, nos movimentos sociais identitários que pautam os direitos humanos dessa população. Essa sigla não é um consenso, uma vez que existem também alguns locais em que são

projeto de extensão, o CRDH (Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero, Diversidade Sexual e Raça), que se propõe a desenvolver atividades na comunidade que compõem essa temática, de maneira a contribuir para a formação e também para o acolhimento da população. Dessa forma, é difícil separar as lutas políticas do desenvolvimento da pesquisa acadêmica, uma vez que posso reconhecer no próprio NUPSEX um centro de ativismo político, sem contar a inserção dos membros que compõem o núcleo em diferentes grupos militantes.

Este trabalho está inserido no campo dos estudos de gênero, conforme proposição da teórica feminista Joan Scott (1995), de utilizar a categoria “gênero” como instrumento para análise, diferenciando-se, assim, a partir dos anos 1970, das pesquisas realizadas no campo acadêmico “das mulheres” ou “sobre a mulher”. Gênero aqui é entendido como um marcador que está atravessado a outros, como raça, classe, etnia, geração, de forma interseccional (BRAH, 2006), portanto a categoria gênero não se encontra isolada em relação a outros marcadores sociais. Entende-se que os marcadores da diferença não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais. Esse pensamento está atravessado ao que podemos chamar de “feminismo das diferenças”, vertente teórica que surge nos Estados Unidos ao longo dos anos 1980 como uma crítica ao feminismo vigente (PELÚCIO, 2011).

Utilizaremos, também, a perspectiva de Judith Butler (2010), a partir da qual é possível operar com a desnaturalização da dicotomia das categorias como sexo/gênero, e tomá-las ambas como produções que ocorrem performativamente. Ainda, a ideia de performatividade, de Judith Butler (2010), ajuda-nos a pensar o sujeito da política feminista, indicando que o sujeito nunca é constituído totalmente, uma vez que ele não é anterior a um fazer, já que se constitui a partir da ação. Ainda, para pensar o sujeito do feminismo, Scott (1999) nos ajuda a entender a “experiência” enquanto uma constituição subjetiva das identidades, o que irá aparecer na construção dos diferentes feminismos atribuídos pelas pessoas entrevistadas.

---

inseridas as letras “Q” de *Queer*, “I” de Intersex ou ainda o “\*” asterisco, que se referiria ao guarda-chuva das identidades Trans. A sigla, portanto, tem suas limitações e será utilizada ao longo do trabalho em momentos nos quais se busca a indicar o campo diverso em relação a diversidade sexual e de gênero que vai além do “homossexual”.

Tendo em vista que muitas das autoras e dos autores utilizados no decorrer do trabalho são de uma realidade norte-americana e europeia, buscar-se-á uma perspectiva teórica que se aproxime do contexto brasileiro, não apenas fazendo uso dos conceitos importados de forma isolada, mas também visibilizando trabalhos feitos aqui. Por isso, ao questionar o padrão europeu-norte-americano que acaba sendo responsável por universalizar diferentes modos de vida, podemos dizer que esse estudo se propõe a afirmar uma perspectiva pós-colonial, mesmo tendo em vista que se encontra em um campo de privilégios acadêmicos atravessados por questões de raça e classe. Gayatri Spivak (2010) aponta que, quando se ignoram essas pluralidades, silencia-se os objetos de pesquisa, uma vez que se está afirmando o paradigma branco/masculinista/ocidental como uma norma.

Esta dissertação está organizada em Introdução, seguida por sete capítulos e as últimas considerações. Na Introdução, apresento um breve relato a respeito do acontecimento do “racha” na Marcha das Vadias, realizando ainda, uma revisão teórica que mostra como a Marcha tem sido apresentada e caracterizada em artigos científicos e trabalhos acadêmicos, principalmente no Brasil. Busco contextualizar, também, o momento político contemporâneo em que a Marcha das Vadias está inserida, que é atravessado por diferentes movimentos sociais ao redor do mundo, com características comuns.

No primeiro capítulo, discuto as diferentes disputas que perpassam a história do movimento social feminista, explicitando que este é um fenômeno presente em diferentes momentos políticos, assim como em diferentes temáticas sociais. Para pensar os feminismos em disputa, apresento referenciais teóricos que justificam os embates em relação ao sujeito do feminismo. Ainda, são apresentados alguns pressupostos teóricos-conceituais que serão fundamentais para esse trabalho.

Seguindo, no segundo capítulo, trago as questões ético-metodológicas que indicam como foi o caminho percorrido para dar conta de uma pesquisa que se propõe a aproximar a militância do fazer-pesquisa. Como escolha metodológica, foi utilizado o método de orientação etnográfica, fazendo o uso da entrevista narrativa, que se propôs a investigar a história de vida das personagens que compuseram o campo da Marcha das Vadias no ano de 2014 e nos anos anteriores. Por estar tão próxima das vivências trazidas nesse trabalho, apresento alguns procedimentos éticos utilizados a fim de me

deslocar do lugar comum de militante e poder estranhar e questionar o material que o campo me apresentou. Para isso, faço o exercício de contar a minha narrativa, enquanto a primeira personagem do trabalho, para ser possível aproximar a minha história da minha localização no campo de pesquisa.

No terceiro capítulo, apresento as personagens que compuseram essa trama que busco tecer, fornecendo informações colhidas no campo, e que identificam os marcadores sociais que compõem a diversidade das pessoas que participaram como interlocutoras desta dissertação. No quarto capítulo, busco construir uma narrativa, selecionada e a partir das falas das participantes, sobre o histórico da Marcha das Vadias e seus últimos acontecimentos. Essa história ilustrará de que forma as “tretas” e “rachas” foram acontecendo para que, no final da Marcha de 2014, ela se dividisse, portanto, em dois trajetos. Ainda, busco ilustrar que feminismos são esses que aparecem no campo, a partir das falas das personagens e de uma revisão bibliográfica, de forma a contextualizar a pluralidade de identidades que puderam ser observadas ao longo do trabalho. O quinto capítulo trago os efeitos políticos e os desdobramentos que essa história teve tanto na vida das diferentes personagens, quanto na agenda política da cidade.

No sexto capítulo, portanto, trago a discussão, dialogando com outras pesquisas que relacionam temáticas em comum, a fim de pensar que sujeito é esse que se colocou em disputa nessas tretas. Ainda, que tensões podem ser percebidas junto com os atravessamentos dos marcadores sociais da diferença que compõem o campo. E, por último, trago as últimas considerações, para que possamos enxergar esse movimento dentre as questões levantadas ao longo do trabalho como algo sempre contínuo fazendo parte do movimento feminista jovem da cidade.

## INTRODUÇÃO

### Um acontecimento

No dia 27 de abril de 2014, no Arco da Redenção<sup>4</sup>, concentrava-se a quarta edição da Marcha das Vadias de Porto Alegre. Em meio a encontros com as amigas, pintura de faixas e corpos, conversas e preparação para a saída, um grupo circulou entre as pessoas que ali se concentravam, distribuindo um folheto contendo um texto que se intitulava “Marcha das Vadias 2014 pelo Empoderamento e Autonomia”, o qual dizia:

O feminismo é um movimento plural, tendo muitas visões acerca de qual a melhor estratégia de combate ao machismo. Esta pluralidade é positiva, pois o machismo afeta diariamente cada mulher e outras expressões de gênero não hegemônicas dependendo de sua posição social, de sua etnia, de sua crença religiosa, de sua orientação sexual, identidade de gênero, entre outros marcadores sociais. E, sendo a Marcha das Vadias um ato feminista, também abarca várias correntes de pensamento e tal heterogeneidade não significa rompimento ou sectarismo, muito pelo contrário, mostra que a Marcha das Vadias está crescendo e multiplicando suas estratégias de ações de combate ao machismo<sup>5</sup>

Nesse folheto, o grupo justificava porque a Marcha, que até então sempre havia seguido uma rota única, teria, naquele ano, dois trajetos distintos:

“Nós acreditamos que o estado e suas instituições só são mais uma esfera da reprodução do machismo e de outras opressões. Não acreditamos que as mulheres devam delegar às instituições estatais o protagonismo de sua luta. Não acreditamos que o aparato repressivo da polícia seja a única forma de combater a violência contra as mulheres. Muito pelo contrário, a instituição policial é, em sua essência, machista e acreditar que a delegacia da mulher é a única – ou a melhor – opção para uma mulher em situação de violência é legitimar esta violência institucional e estatal (...)”

Anteriormente ao evento da Marcha, houve alguns conflitos durante a sua organização, incluindo a direção que a Marcha das Vadias daquele ano tomaria. Sabia-se, portanto, que um grupo iria em direção à delegacia da mulher e que, lá, entregaria uma carta de reivindicações em relação às mudanças de políticas públicas. Enquanto outro grupo, o que havia escrito os panfletos acima indicados, tomaria outro caminho, questionando muitas das práticas tomadas pelo primeiro grupo.

---

<sup>4</sup> A “Redenção” ou Parque Farroupilha é um parque central na cidade de Porto Alegre, onde outras manifestações também acontecem. Como a Parada Livre, que já reuniu 19 edições, sendo a primeira em 1997. Na última edição, em 2015, reuniu 10 mil pessoas e teve como temática “Lesbitransviadagens: frente contra o retrocesso”.

<sup>5</sup> Retirado da publicação autônoma realizada para o dia da Marcha das Vadias intitulada “Marcha das Vadias 2014 pelo Empoderamento e Autonomia”.

Naquele ano, participei do caminho que desviou da rota em direção à delegacia da mulher. Esse caminho foi “puxado” por um grupo que se denominou “Bloco Autônomo da Marcha das Vadias”, o qual se caracterizou por não fazer uma reivindicação específica, mas compor a própria Marcha como uma ação política, através de ações diretas. As diversas pessoas que compuseram esse bloco fizeram protestos: em frente a bares, em relação aos quais havia denúncias de violência contra mulheres e direcionadas a expressões não-heterossexuais; em frente a igrejas, denunciando a ilegalidade do aborto; e através de performances diversas ao longo do trajeto.

Quando ocorreu tal “racha”, eu estava iniciando o mestrado e ainda tinha dúvidas e inquietações em relação ao meu tema de pesquisa, por isso não fui à Marcha daquele ano com um olhar propriamente de pesquisadora. Entretanto, as inúmeras questões que foram surgindo posteriormente a esse fato levaram-me a tomar esse acontecimento enquanto um momento paradigmático, a partir do qual foi identificar certos conflitos presentes nos feminismos contemporâneos e que se visibilizavam na cidade de Porto Alegre.

Portanto, parto desse acontecimento – a ruptura da Marcha das Vadias de Porto Alegre do ano de 2014 – para colocar esse dissenso em análise, refletindo sobre diferentes políticas e perspectivas feministas que se configuravam nesse cenário. A questão das divergências, tensões e rupturas passa a ser a linha que tomo para pensar o sujeito dos feminismos em um conflito que parece não ser exclusivo dessa localidade. Mapear as personagens<sup>6</sup> que compuseram esse cenário, descrever suas histórias de vida e narrativas sobre a Marcha das Vadias e seus desdobramentos, refletir sobre os diferentes feminismos que compõem o campo, pensar quais desdobramentos contemporâneos se constituíram, tanto nos movimentos sociais, quanto em trajetórias pessoais foram alguns caminhos traçados para que fosse possível compreender e complexificar o olhar sobre o acontecimento a fim de questionar que sujeito é esse, portanto, que está em disputa e o que está em jogo nessas negociações.

As pessoas que foram entrevistadas para responder essas questões participaram ativamente da organização da Marcha e/ou estiveram apenas presente compondo a “treta”. Tais pessoas, além de terem ocupado diferentes posições no que se refere ao

---

<sup>6</sup> A escolha da palavra “personagens” ao longo do trabalho se deu, justamente, por ser uma palavra que acompanhada do artigo “as” pode se referir tanto ao gênero feminino quanto masculino.

trajeto da Marcha, possuem trajetórias de vida atravessadas de modos diversos por marcadores sociais como classe, gênero, sexualidade, raça, geração e corpo. Possuem, também, trajetórias políticas que se nuançam. Desse modo, a partir das narrativas das pessoas entrevistadas, busco dar visibilidade à disputa da Marcha das Vadias de 2014, tanto no modo como ela foi se configurando no cenário político como os seus efeitos, de acordo com essas pessoas, no cenário feminista jovem da cidade de Porto Alegre.

### **Marcha das Vadias**

A Marcha das Vadias (*Slutwalk*) teve início em janeiro de 2011, na cidade de Toronto, no Canadá, quando, após diversos casos de estupro, um policial responsável por orientar a comunidade sobre segurança, “aconselhou” às mulheres a não se vestirem como *sluts*<sup>7</sup> (vadias, em inglês), a fim de evitar que fossem estupradas. A partir desse posicionamento, universitárias de Toronto se reuniram e organizaram a *Slutwalk*, onde marcharam contra a culpabilização das vítimas de estupro e a criminalização da sexualidade feminina e, ainda, a favor da liberdade das mulheres na escolha do quê e como vestir (DUTRA e NUNES, 2015).

Nessa ocasião, três mil pessoas, entre alunas e alunos estudantes universitários foram às ruas protestar contra a crença de que mulheres são vítimas de estupro por causa de suas roupas. A partir da grande repercussão do caso, a Marcha foi sendo construída em diferentes lugares do mundo, podendo ser considerada uma das manifestações de maior sucesso nos últimos vinte anos, segundo Woitowicz (2014), autora da área de comunicação social.

A primeira marcha no Brasil ocorreu na cidade de São Paulo, no dia 4 de junho de 2011, reunindo cerca de 300 pessoas, com o lema central inspirado no fato ocorrido no Canadá (Folha de S. Paulo, 4 de junho de 2011). Em Porto Alegre<sup>8</sup>, a primeira edição foi em 2011 em conjunto com a Marcha da Liberdade - uma marcha que aconteceu em diferentes estados pela liberdade de expressão devido à proibição da

---

<sup>7</sup> A palavra utilizada em inglês foi “*Slut*” que, além de vadia – termo utilizado nas Marchas do Brasil –, pode significar puta ou ainda outras traduções possíveis. Por exemplo, em Portugal é utilizado o termo “Marcha das Galdérias” e na Argentina é utilizado o termo “Marcha de las putas”.

<sup>8</sup> Todas as frases, fotos e informações foram retiradas de materiais de divulgação da Marcha que podem ser encontradas na internet. Site: [marchadasvadiaspoa.tumblr.com](http://marchadasvadiaspoa.tumblr.com)

Marcha da Maconha em São Paulo. Dessa forma, em sua primeira edição na cidade, não houve uma manifestação exclusiva da Marcha das Vadias, pois se construiu como um bloco dentro de uma marcha maior. Um grupo de feministas que se conheciam a partir da Rede Relações Livres<sup>9</sup>, sensibilizadas em ver a Marcha das Vadias acontecendo em diferentes países e, naquele momento, também em diferentes estados do Brasil, criaram um evento no *facebook* chamado “Marcha das Vadias de Porto Alegre” e um grupo, nessa mesma rede social, denominado “MARCHA DAS VADIAS POA”, que se mantém até hoje. O evento estava programado para acontecer no mesmo lugar e horário da já marcada Marcha da Liberdade. Em sua descrição, havia um convite para que as pessoas levassem faixas e cartazes, e também utilizassem roupas consideradas sexualmente provocativas.

Artigos, entrevistas, *sites* e trabalhos em anais de congressos têm tratado desse assunto e descrevem características que envolvem as diferentes Marchas das Vadias ao redor do Brasil e do mundo. Por se tratar de um movimento tão contemporâneo, em que cada localidade e edição têm características únicas, que está em constante mudança e transformação, fica difícil pontuar o que a Marcha das Vadias de fato é e a que se propõe de modo unívoco. Ainda, chama a atenção que muitos dos artigos revisados parecem ter uma visão um tanto quanto romantizada do seu significado, uma vez que foram escritos na sua efervescência das marchas e, imagino, que assim como esse trabalho, por pessoas que participaram e foram ativas nesse processo. Nos anais do Congresso Fazendo Gênero de 2013, por exemplo, edição posterior à primeira Marcha das Vadias no Brasil, é possível encontrar quatro trabalhos completos que a tematizam (CHAVES, 2013; GOLDFARB, MINELLA e LAGO, 2013; MORAIS, 2013; SAADS e NASCIMENTO, 2013).

---

<sup>9</sup> A Rede Relações Livres (Rede RLi) é uma rede social real e prática, formada por diversas pessoas e grupos espalhados principalmente pelo Brasil. A Rede RLi tem como objetivo livrar-se do tabu da monogamia (norma moral de exclusividade sexual e afetiva) através da conformação de relações livres: relações que respeitem a liberdade afetiva e sexual das pessoas, priorizando a autonomia e emancipação dos indivíduos. Entendemos a liberdade afetiva e a liberdade sexual como direitos básicos do ser humano. Com esta perspectiva, nos propomos a estabelecer tantas relações amorosas e/ou sexuais quanto desejadas, não subjugando as vivências e os demais relacionamentos de nossos parceiros às nossas necessidades. Cada uma das relações estabelecidas deve ser autônoma, plena e válida por si mesma, sem necessidade de equiparação ou priorização de parceiros. Retirado do site: <http://relacoeslivres.com.br/site/que-somos/>. Acesso no dia 02/02/2016.

Trazendo algumas características da Marcha das Vadias, portanto, Karina Woitowicz (2014) fala a respeito da forma de comunicação utilizada pelas manifestantes. Uma delas, para a autora, representa uma seleção de mensagens com conteúdos críticos em cartazes e inscrições no corpo que busca expressar as formas de resistência cultural expressada pelos movimentos sociais. Ainda, para Woitowicz (2014), a forma de comunicação utilizada virtualmente é a organização pelo *facebook*, o que caracteriza um momento contemporâneo de ativismo em que muitas das manifestações acabam ocorrendo a partir de envolvimento com as redes sociais.

O uso da internet contribui para organizações que buscam ser descentralizadas, ou seja, sem lideranças oficiais – o que não significa que não existam lideranças “informais” – ou, necessariamente, pré-vinculações com outros coletivos, organizações, tampouco partidos políticos. As criadoras da primeira *Slutwalk*, Sonya Barnett e Heather Jarvis, não se consideram ativistas feministas institucionalizadas (LORI, 2011 *apud* HELENE, 2013), por exemplo. Eram, portanto, ativistas autônomas não engajadas, necessariamente, a algum tipo de luta feminista anteriormente, ou mesmo em alguma atividade de contestação social. Ainda, o uso da internet parece contribuir para a organização ocorrer de forma horizontal, uma vez que não existem funções particulares previamente definidas. Em geral, desde a sua primeira edição, a divulgação das marchas se inicia pelo *facebook*, seguida da criação de materiais específicos para divulgação: blogs, cartazes digitais, banners e vídeos (HELENE, 2013).

Outra característica desses coletivos, grupos e organizações envolvidos nas Marchas ao redor do mundo é serem compostos, majoritariamente, por mulheres jovens. A questão geracional, segundo Regina Facchini e Isadora França (2011), acaba por influenciar as multiplicidades das ações políticas, uma vez que muitas dessas jovens ocupam um múltiplo pertencimento ativista, o que pode contribuir com ferramentas para lidar com várias questões que, não necessariamente, eram discutidas em um só movimento. Para o feminismo, isso se reflete também na inserção dessas pessoas nas universidades, espaço onde o mesmo feminismo também é construído de maneira a se cruzar com o ativismo, dando forma às trajetórias dos movimentos. Essas formas de se expressar e de ativismo acabam se manifestando a partir de diferentes estratégias políticas, podendo ser observada também no movimento punk, como em pesquisa de Regina Facchini (2011), que apresenta a interface do movimento com a cultura, a política e a produção cultural.

Ainda, em consonância com outros movimentos que aconteceram em espaços urbanos, Diana Helene (2013), a partir de uma reflexão a respeito do efeito da Marcha das Vadias nas cidades, ajuda-nos a pensar a rua como um território que, assim como o feminismo, está em disputa. A questão de como se dá a relação das pessoas com a cidade parece ser um ponto comum em artigos que falam sobre a Marcha das Vadias (GALETTI, 2014; HELENE, 2013). Para as mulheres terem livre circulação nas ruas é necessária uma mudança no que as feministas têm chamado de “cultura do estupro”, em que a vítima é sempre culpabilizada pela violência sofrida. O relato de Rose, ativista feminista nos Estados Unidos, em artigo que busca analisar a Marcha das Vadias como um movimento feminista global (CAAR, 2013), denuncia a cultura do estupro e a importância da Marcha das Vadias nesse debate. Para a autora, a Marcha contribuiu para que a questão do estupro e da violência sexual fosse falada de forma coletiva, sendo uma oportunidade de fazer as vítimas sentirem menos vergonha dos casos de violência pelos quais passaram, e poderem relatá-los, tornando o problema mais visível para todos.

Nesse sentido, é apontado por Camila Galetti (2014) que explorar a relação cidade e corpo com as Marchas das Vadias é fundamental para compreender o impacto deste movimento. Isso porque pensar a relação da cidade com as mulheres tem um sentido histórico. As mulheres, atravessadas por seus marcadores sociais, têm permissões diversas de se relacionarem com o espaço público e o espaço que, tradicionalmente, foi atribuído a elas: o privado. Tal fato evidencia as diferentes possibilidades de circulação na esfera social que demarcam privilégios que podem ser percebidos dentre os marcadores da diferença. Ainda, o próprio corpo é utilizado enquanto plataforma, constituindo um “corpo político”, um corpo agente na esfera pública e política (GALETTI, 2014). Por isso, a Marcha das Vadias pode ser entendida enquanto um conjunto de performances individuais e/ou coletivas, que se dão no espaço urbano, reafirmando o impacto de ocupar as ruas.

Essa prática política presente na Marcha das Vadias pode ser compreendida enquanto uma atuação feminista que se desloca da dicotomia público e privado. Portanto, esse debate não se limita à contemporaneidade e à Marcha das Vadias, uma vez que a afirmação “o pessoal é político” marca o movimento feminista desde os anos 60. Esse *slogan* não era utilizado apenas como uma bandeira, mas como uma proposta de questionamento de parâmetros conceituais do que consideramos “político”, reflexão

que reverbera nos padrões de comportamento e relacionamento entre as pessoas. Ao subverter as fronteiras do conceito de “político”, o que até então era alocado na esfera pública, o feminismo traz para o debate questões que até então eram tratadas como específicas do privado, como as relações conjugais e sexuais, quebrando, portanto, essa dicotomia (DUTRA e NUNES, 2015).

É importante observar que a questão do corpo – o direito de ser vadia, de andar na rua como quer e não ser estuprada – não faz referência diretamente a uma política estatal de direitos humanos ou de políticas de segurança, mas faz referência a uma prática de vida, o que podemos chamar de micropolítica, dando continuidade a esse debate do que consideramos político. A micropolítica se trataria da existência, ao mesmo tempo em que borra e atravessa o Estado. Para Deleuze e Guattari (1997), toda ação é tanto micropolítica quanto macropolítica, o que expressa essa articulação constante de efeitos não contraditórios, mas complementares. As práticas micropolíticas, portanto, correm no território político social, mas também fora dele. Isso pode ter sido um motivo pelo qual a Marcha das Vadias pareceu dar grande popularidade ao feminismo, mais do que outras ações consideradas tradicionais, por colocar explicitamente em questão uma política da vida e do corpo.

Quando o assunto são as coalisões e rupturas em relação à Marcha das Vadias, é possível perceber que existe uma pluralidade de possibilidades que serão mais bem descritas em seguida. Em entrevista, Butler (in BELLA, 2011) discorre sobre a sua participação em uma *Slutwalk*, em Ankara, na Turquia, em que estava com um grupo de mulheres trans, ativistas *queer*, trabalhadores/as dos direitos humanos e feministas, pessoas que eram tanto muçulmanas quanto seculares, em que todas e todos estavam lutando contra o fato de mulheres trans serem mortas regularmente nas ruas de Ankara. Ela ressalta que, naquele espaço, surgiu uma aliança entre feministas que também tinham como pauta a violência sexual nas ruas: “Gays, lésbicas, pessoas *queer*, que não são transgêneros, mas são aliados porque eles experienciam uma sensação semelhante de vulnerabilidade e insegurança nas ruas” (BUTLER in BELLA, 2011).

Dessa forma, para Butler (in BELLA, 2011), a *SlutWalk* seria outra forma de fazer política de forma coletiva em modos de solidariedade a quem insiste em poder circular livremente sem violência e abuso. Ela acredita que através de Marchas como essa é possível literalmente caminhar junto com outros movimentos como o de gays,

lésbicas, bissexuais e pessoas trans, assim como com o movimento da emancipação das trabalhadoras do sexo. Essa característica de “caminhar junto com outros movimentos” também está presente em alguns lugares do Brasil. A Marcha das Vadias carioca, por exemplo, que se define como transfeminista, marca uma diferença de posicionamento, uma vez que defende que as mulheres trans compartilhem com as demais a experiência e a identidade subalterna do feminino (GOMES e SORJ, 2014).

A Marcha das Vadias de Porto Alegre, mesmo ocorrendo todos os anos, desde 2011, no Parque da Redenção, local central da cidade e muito frequentado por famílias, amigos e casais aos domingos de sol, parece não apresentar características únicas e fixas, tampouco uma aceitação da comunidade como um todo. Nesse mesmo local também acontece anualmente outros eventos que envolvem a temática de gênero, como a Parada Livre, que acontece desde 1997 e já ocupa um lugar oficial no calendário da cidade. É possível perceber que existem diferenças nos modos de organização, no modo de recepção, no modo de leitura que é feito frente à sociedade, uma vez que a Parada Livre é um movimento, além de político, festivo que faz o uso de outras estratégias para chamar a atenção da população e já se configura como um ato histórico.

A edição de 2014 da Marcha das Vadias, a qual é descrita e analisada neste trabalho, caracterizou-se por, além de apresentar os modelos performáticos descritos que compõem o cenário coletivo da Marcha, também, portanto, pelo “racha” que se materializou em sua divisão em dois trajetos, conforme já mencionado. O que podemos observar é que a questão que envolve rupturas, divergências e “tretas” não são uma exclusividade da Marcha das Vadias, uma vez que existem tensões e disputas em diferentes movimentos e em diferentes periodizações. O dissenso dentro dos movimentos sociais pode ser entendido enquanto um processo constante de rearticulação de posição que muitas vezes acaba por fazer parte da dinâmica de contextos políticos. É esse contexto particular, configurado a partir das tretas e explicitado através do racha no evento, que este trabalho busca compreender.

### **Contexto histórico e político**

É importante que não vejamos o movimento da Marcha das Vadias descolado de um momento político em que brotaram revoltas, em diferentes lugares do mundo, com

características que se aproximam. A Primavera Árabe é tida como um marcador em que, a partir de janeiro de 2011, na Tunísia, no Egito, no norte da África e em outros países do oriente médio, como Argélia, Bahrein, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos e Omã, uma onda de protestos foi responsável por derrubar três ditaduras existentes há décadas na região, fazendo o uso, de forma constante, das redes sociais para a divulgação dos fatos, uma vez que não poderiam contar com a mídia tradicional. Lopes (2013) analisa esse fenômeno das redes sociais como uma forma de semear a palavra democrática e estabelecer um canal alternativo de notícias. A mídia, sobretudo a internacional, passou a utilizar as redes sociais como fonte, tanto para realizar a apuração dos fatos em primeira mão quanto na tentativa de furar os bloqueios, censura e a contrainformação da mídia oficial.

Lopes (2013) entende que esse fenômeno contribui para o modelo de "auto-organização" da sociedade e a desconstrução do modelo institucionalizado. Essa característica está associada aos movimentos autônomos, que não fazem uso de uma mídia considerada "hegemônica" para divulgar suas ações. Ainda, esses movimentos se caracterizaram pela participação de pessoas em sua maioria jovens. Os impactos foram grandes. Na Espanha, nos Estados Unidos, na Turquia e no Brasil pôde ser observada uma reverberação da energia de ocupar as ruas através de diferentes reivindicações e também pelo próprio estar, de fato, ocupando um espaço enquanto uma própria ação política-direta. Outras características que compõem esse momento foram a intensa violência dos policiais e a participação de pessoas anarquistas (FICTÍCIA, 2014)<sup>10</sup>, ativistas autônomos, que não tinham ligação com organizações e partidos políticos.

Na Turquia, em 2013, motivados por um projeto de renovação urbana que contava com a demolição de um parque no centro de Istambul, os e as ativistas transformaram o parque em um levante contrário a um governo democraticamente eleito em um regime totalmente autoritário – aí também observamos certa crise no sistema representativo em que as eleições deixam de ser suficientes para que as pessoas tenham suas demandas ouvidas e respeitadas. Relatos a respeito desse momento contam que muitas das mulheres, que compunham ao menos a metade das pessoas presentes, organizaram-se dentro do movimento para intervir contra os gritos de guerra e

---

<sup>10</sup> Essa referência trata de um coletivo que produz materiais sobre movimentos políticos. Optam por não colocar seus nomes pessoais, pra preservar o caráter anônimo da escrita e, principalmente por questionarem o sentido de autoria.

“pichações” sexistas e homofóbicas vindos de outros manifestantes. As questões de gênero e sexualidade poderiam, assim, ser observadas dentro de outras reivindicações políticas (FICTÍCIA, 2014).

Ainda, outra característica que compõe esse momento político em que essas manifestações coletivas são organizadas é a ausência de líderes, o que gera uma frustração nos representantes institucionais que, muitas vezes, não conseguem encontrar a quem responsabilizar. Dessa forma, torna-se mais difícil ter a quem condenar judicialmente, além de não abrir espaço para a construção de uma imagem “inimiga” em relação à mídia, entre outros meios (FICTÍCIA, 2014). Essa não-imagem da liderança contribui para a construção coletiva que talvez tenha sido a principal força desses movimentos.

As atividades nas ocupações urbanas, nesse contexto da Turquia, aconteciam com base no apoio mútuo, as decisões eram tomadas por meio de assembleias gerais descentralizadas com microfone aberto para quem desejasse se manifestar, sendo importante para dissociar a ação política e o “protagonismo” de uma identidade engessada, como “trabalhadores” ou “estudantes” e abrir espaço para a ação e a livre associação (FICTÍCIA, 2014). Independente desse discurso da descentralidade, certas práticas cotidianas sexistas são observadas nesses movimentos, como quem são as pessoas que acabam tendo voz no microfone, que acabam assumindo certos papéis e espaços dentro de uma luta que se propõe a ser coletiva e horizontal. Por isso, em diferentes lutas políticas que não se relacionam diretamente com questões de gênero, esses elementos acabam aparecendo.

Em 2013 diferentes movimentações políticas chegaram ao Brasil, com características similares. O fenômeno que ficou conhecido como “Jornadas de Junho”, em que, primeiramente [FORA TEMER], Porto Alegre, e, posteriormente, outras cidades do Brasil, tiveram intensas manifestações nas ruas com a reivindicação da redução do preço do transporte público e também pelo passe livre. Esse movimento pode ter tido efeitos diretos nas diferentes localidades em que ocorreu, como a revogação do aumento, e até mesmo, a diminuição do valor das passagens, mas, mais do que isso, as “Jornadas de Junho” foram um gatilho para a construção de diversas lutas políticas que compunham outros temas, como: ação direta, apoio mútuo, solidariedade,

cooperação, horizontalidade, anticapitalismo e autogestão (BRANCALEONE e DE BEM, 2014).

As manifestações de junho de 2013 apareceram como uma novidade na cena pública brasileira e foram ganhando visibilidade na imprensa tradicional após diversas atrocidades da polícia e também devido ao grande compartilhamento via redes sociais. Para Moreira e Santiago (2013), constitui-se em um grande acontecimento político, devido à quantidade de pessoas que conseguiu juntar nas vias públicas, levando às ruas mobilizações de massa só vistas no Brasil nas décadas de 1980 e início dos anos 1990, com o impeachment do presidente Collor de Melo. Ainda, outro aspecto importante de tais manifestações diz respeito à perplexidade dos representantes políticos institucionais, assim como os representantes da sociedade civil organizada, ante a efervescência dessas manifestações (MOREIRA e SANTIAGO, 2013).

Os protestos, que levaram às ruas milhares de pessoas e centenas de agrupamentos políticos, tiveram como característica, segundo Moreira e Santiago (2013), a participação de cidadãs e cidadãos, não necessariamente inseridos nos tradicionais movimentos sociais, principalmente a presença marcante da juventude, como estudantes universitários e secundaristas. Outros segmentos sociais também estavam presentes, em especial setores da Saúde, da Educação e da Segurança Pública, além de pessoas e grupos envolvidos com questões relacionadas à cidadania LGBT e ao Movimento Feminista, a exemplo dos protestos contra o projeto que ficou conhecido como “a cura gay”, bem como vozes a favor do aborto (MOREIRA e SANTIAGO, 2013), compondo, assim, um campo multifacetário às formas de representação política.

A ocupação dos espaços públicos nos protestos e em outras atividades possibilitou que as ruas e as praças fossem transformadas em lugares de discussão, influenciando a opinião pública, transformando-os em verdadeiras arenas para a participação política. As reivindicações, durante os protestos, eram muitas delas escritas em cartazes feitos à mão e em gritos de guerra, o que demonstrou a diversidade de posições e pensamento sobre a realidade brasileira (MOREIRA e SANTIAGO, 2013).

Um fato que merece destaque, relativo a esse momento político, diz respeito à reação da mídia: primeiramente, ausente, evitando o compartilhamento de informações e, posteriormente, após as manifestações tomarem grandes proporções, passando a chamar os manifestantes de vândalos e baderneiros. Não havendo uma repercussão

positiva dos espectadores em relação à opinião midiática, foi feita uma virada espetacular de opinião e a mídia “hegemônica” passou a apoiar as manifestações. Essa apropriação da mídia confundiu as pessoas que estavam ativas nos protestos. Uma vez que os eventos começaram a passar ao vivo na televisão e as ações de vandalismo narradas, por um momento, aquilo tomou outro sentido. O sentimento que surgiu era de, como se, a forma de protestar, estivesse sendo causadora de um grande íbope nos canais de notícias. Moreira e Santiago (2013) ainda apontam, além da “cooptação” da mídia, os governos procuraram desqualificar o movimento de protesto, mostrando a incapacidade de dialogar com a sociedade de forma direta, revelando, de fato, a fragilidade da democracia brasileira.

Em Porto Alegre, além do movimento em relação ao preço das passagens, houve também manifestações contrárias aos cortes de árvores pela prefeitura (OLIVEIRA, 2013) – o que se aproxima da temática também discutida na Tunísia. Esses movimentos somados, compondo essas diversas características, acabaram levando à Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (OLIVEIRA, MÜLLER, NATUSCH e FORQUIM, 2013) em 2013. Por uma semana, os diversos manifestantes que vinham se ocupando da efervescência dos movimentos políticos em suas diferentes causas, moraram e compartilharam suas vidas, suas tarefas e suas ações políticas em um mesmo espaço. A Marcha das Vadias se encontra atravessada a esses movimentos, assim como está a construção de outros movimentos e coletivos feministas.

Um momento político, que alguns autores definem enquanto “novos” movimentos sociais, tem sido identificado a partir de determinadas características: basear-se mais na cultura, na qualidade de vida, nos modos de vida; serem mais reivindicativos; articularem-se através de redes sociais; enfoque em temáticas como defesa das culturas locais; reivindicação por ética na política, relações de gênero, raça, etnia e questões ambientais (VANDEN, 2009). Esses movimentos se diferenciariam por não almejarem tomar o poder, não focarem no trabalho e na produção, tampouco serem organizados por partidos ou sindicatos, como os movimentos que aconteceram nos anos pré-redemocratização. Há, portanto, autores (FRANK e FUENTES, 1989) que criticam a análise desse fenômeno enquanto “novo”, uma vez que acreditam que essas reivindicações já estavam inseridas em diversos momentos dos movimentos sociais.

Como os movimentos de camponeses, de comunidades locais, étnicos, religiosos e de mulheres/feministas, que existiram durante séculos e até milênios em muitos lugares do mundo, como indica Frank e Duentes (1989). Exemplos trazidos pelos autores destes movimentos na Europa são as revoltas de escravos em Roma, as Beguine e outros movimentos de mulheres no século XII, alguns dos quais desencadearam a caça às bruxas e outras formas de repressão contra as mulheres, os movimentos/guerras camponesas do século XVI na Alemanha, os conflitos históricos étnicos e nacionais em todo o continente. Os autores ainda pontuam que, ao longo da história, na Ásia, no mundo árabe e na expansão do Islã, assim como na África e na América Latina, múltiplas formas de movimentos sociais se converteram em agentes de resistência e transformação social. Questionar esse momento político enquanto “novo” é também saber olhar para além dos movimentos sociais que são mais visibilizados ao longo da história, reafirmando uma perspectiva pós-colonial.

## **1. FERRAMENTAS TEÓRICO-CONCEITUAIS**

Neste capítulo serão discutidas disputas que perpassam a história dos movimentos sociais de gênero, explicitando que este é um fenômeno presente em diferentes momentos políticos que expressam divergências em relação a campos epistemológicos e também estratégias de luta. Essa discussão se reflete aos embates em relação ao sujeito do feminismo, uma vez que, pra quem o feminismo serve, está e esteve em disputa ao longo da história. Ainda, serão apresentados alguns pressupostos teóricos-conceituais, especialmente Joan Scott e Judith Butler que nos dão ferramentas essenciais para pensar os atravessamentos da experiência e da performatividade, a fim de pensar na construção da identidade feminista das personagens dessa pesquisa.

### **1.1. Movimentos em disputa**

A história do feminismo pode ser narrada a partir de marcações e acontecimentos que evidenciam dissidências e rupturas (GOMES e SORJ, 2014). O feminismo pode ser entendido não como um movimento unificado, mas sim como um campo discursivo de ação que, por ser amplo e heterogêneo, não se limitaria a grupos ou organizações que se nominam feministas (ÁLVAREZ, 1998), mas se ampliaria ao que

podemos entender como uma ética-política, o que remeteria a manter uma postura ética feminista independente do espaço que se ocupa politicamente. Devido a isso, podemos supor que o feminismo está marcado por multiplicidades e diversidades internas, o que pode acabar gerando questionamentos, dissidências, tensões e rupturas.

É possível observar esses conflitos tanto teoricamente, nas disputas epistemológicas, quanto nas disputas do cotidiano da prática política, em que ações coletivas acabam por ser contestadas. Dentro desse processo, pode ser observada uma tentativa de “escolha” a respeito de que feminismo é considerado mais certo ou mais efetivo em detrimento de outros. Aqui, partimos de um entendimento de que feminismo existe sempre no plural, portanto, feminismos. Não há um feminismo monolítico e homogêneo e, a partir dessa premissa, aqui se analisam esses conflitos que, como é apontado por Cabrera e Vargas (2014), podem dar evidência às multiplicidades de projetos e às perguntas que respondem às tensões políticas e complexidades teóricas, abrindo novas dimensões em um processo sempre inacabado do que seriam, portanto, os feminismos.

Em alguns contextos, tais disputas podem ser vistas enquanto uma oposição ou como uma contradição que ainda não se resolveu. Aqui, contudo, buscarei entendê-las enquanto um paradoxo, no qual as próprias disputas podem ser vistas como parte do processo do que estamos chamando de feminismos contemporâneos. Donna Haraway (2000) indica o quanto isso pode gerar certa ironia relacionada com a tensão de manter juntas coisas incompatíveis, uma vez que todas as diferentes perspectivas, em seus determinados contextos, seriam necessárias e verdadeiras. A autora pontua que um motivo para certas disputas nas práticas políticas é devido à necessidade de uma unidade entre as pessoas que estão tentando resistir, o que entraria no debate do sujeito do feminismo, que será apresentado no próximo tópico.

Podemos apontar que a ebulição do movimento feminista é um fenômeno recente na sociedade brasileira, juntamente com outros movimentos que buscam representar minorias políticas, tais como étnicos, raciais e de gênero. O movimento feminista e o movimento homossexual viveram o momento de redemocratização, o que contribuiu para eclodir essas pautas pelas diferenças, uma vez que, durante a ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985, a pauta principal dos movimentos de esquerda era lutar contra o regime. Por estarem historicamente ligados, ambos os movimentos,

feminista e homossexual, apresentam alguns pontos em comum na história, como trazer para o debate público assuntos como liberdade sexual, reconhecimento e igualdade de direitos (SILVA e CAMPOS, 2014).

Os movimentos homossexuais, que têm sua história contada de forma a ser dividida em três ondas, como no movimento feminista, compõem marcadores de disputas e tensões. Regina Facchini (2003), teórica que tem como seu principal campo de pesquisa os movimentos homossexuais e LGBTTTT brasileiros, descreve os grupos e coletivos que compõem os diferentes momentos políticos e como eles foram sendo incentivo para a criação de outros, se multiplicando e, também, se dividindo, ou ainda, finalizando suas atividades. A partir dessa história complexa que envolve o contexto político brasileiro desde o tempo da ditadura militar, é possível compreender como os movimentos sociais estão, portanto, sempre em transformação.

Essas questões podem ser observadas em alguns “rachas” dentro do movimento gay, como o que envolveu o grupo SOMOS, que teve sua fundação em 1978 em São Paulo, que inicialmente era composto apenas por homens, sendo o primeiro coletivo do Brasil que passou a tratar a homossexualidade explicitamente enquanto uma questão política. Com o tempo começaram a surgir mais grupos, mulheres passaram a compor o movimento e outras questões foram aparecendo, tensionando alguns pressupostos internos. Surgiu uma polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias”, sendo responsável por conflitos internos, na medida em que militantes do SOMOS passaram a defender uma estratégia de transformação social que englobava outras minorias, como o movimento de trabalhadores (FACCHINI, 2003).

Diferentes questões e abordagens, com o tempo, foram dividindo o SOMOS em três grupos: o SOMOS, o Grupo Lésbico-Feminista, posteriormente rebatizado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente rebatizado de Outra Coisa. O GALF, após o racha, voltou-se prioritariamente para o movimento feminista, no qual procurava incentivar que fosse dada mais atenção às questões ligadas à sexualidade e brigava para que militantes feministas assumissem suas práticas homossexuais. Sofreu uma dissidência que formou o Grupo Terra Maria, mas continuou atuando, voltando-se ora para o movimento feminista, ora para o gueto lésbico (FACCHINI, 2003).

Em meados dos anos 80 e início dos anos 90, dentro do contexto do período da redemocratização, o movimento homossexual brasileiro ficou permeado pela ideia da ausência de um inimigo identificável. Diferentemente da época da ditadura, uma vez que o foco anti-governo era mais evidente. Isso pode ter contribuído para que se criassem as disputas internas, tendo o “inimigo” dentro do próprio movimento. Essas mesmas questões podem ser identificadas no movimento homossexual brasileiro e também no movimento negro, pois seus alvos não seriam apenas repressão e discriminação contra os homossexuais e negros, mas passaram a ser a cultura brasileira como um todo (FACCHINI, 2003; FRY, 1982).

Podemos entender que a história que consolidou a sigla LGBTTTT envolve as políticas identitárias no que diz respeito às discussões em relação a gênero e sexualidade. As identidades que envolvem a sigla criaram um contraponto, o que se convencionou a chamar na história de teoria ou estudos *queer*, como método analítico (FERREIRA e AGUINSKY, 2013), mas também *queer* pode ser acompanhada da palavra “política” para se referir a estratégias de luta que partem dessa perspectiva (DARING, ROGUE, VOLCANO e SHANNON, 2012). É importante ressaltar que *queer* é um termo que carrega o colonialismo de uma forma incontestável, não só por ser um termo em inglês intraduzível (em inglês significa estranho, esquisito, de uma forma pejorativa, utilizado para se referir também a homossexuais), mas também por suas produções teóricas serem, em sua grande maioria, europeias ou norte-americanas (PELÚCIO, 2014). O termo *queer* no inglês pode ser utilizado enquanto um adjetivo, um substantivo e também um verbo que tenta através de uma palavra se referir a minorias de gênero que não são baseadas nas costumeiras identidades que compõe a sigla LGBTTTT (DARING, ROGUE, VOLCANO e SHANNON, 2012).

Os estudos *queer* são constituídos por um conjunto de pesquisadores e de pensamentos que surgiram para que, além de defender a desnaturalização da sexualidade e do gênero – como fenômenos não implícitos da natureza, mas de ordem também política, social e cultural, se perceba as identidades e a própria sexualidade de forma muito mais fluída. Com isso, esses estudos apontam as fraturas e contradições da estrutura social (FERREIRA e AGUINSKY, 2013, MISKOLCI, 2009) e contestam as identidades e os seus regimes, sendo Judith Butler (2010) uma de suas principais teóricas.

Essas diferentes tensões de perspectivas que aparecem dentre as políticas identitárias podem ser percebidas também quando se trata do movimento de mulheres, ou sobre as políticas de gênero, ou sobre os feminismos, criando divergências no campo epistemológico. Tensões essas que aparecem, principalmente, quando se discute quem pode ser considerado sujeito no feminismo e dos diferentes locais de fala que os sujeitos ocupam.

## **1.2. Sujeito dos feminismos em disputa**

Quando se conta a história em relação ao feminismo costuma-se, academicamente, dividir em três ondas<sup>11</sup> que se diferenciam pelas décadas e em principais pautas de reivindicações. Essa divisão tem sido repensada a partir de um pensamento feminista pós-colonial que busca compreender os fenômenos históricos a partir de uma perspectiva localizada, questionando o eurocentrismo, o racismo e os privilégios imbricados nessa análise (HEMMINGS, 2009), uma vez que os feminismos periféricos, latino-americanos e negros, muitas vezes eram deixados de lado da análise temporal das “três ondas”. Por isso, aqui, entende-se essa separação enquanto didática-acadêmica, porém, para desenhar linhas que fortalecem os feminismos pós-coloniais, aqui compreendo os feminismos dentro de suas pluralidades, a partir de suas diferenças históricas e de seus contextos sociais.

O tema do feminismo e o pós-colonialismo, segundo Bahri (2013) está totalmente ligado ao projeto de pós-colonialidade literária, uma vez que uma perspectiva feminista pós-colonial exige que se aprenda a ler representações literárias de mulheres levando em conta tanto o sujeito quanto o meio, por tocar nas questões de raça e de classe e dar visibilidade a contextos sociais de terceiro mundo. A teoria feminista e

---

<sup>11</sup> Aqui, neste trabalho, não busco adentrar no histórico das ondas, justamente por acompanhar a crítica em relação à história linear que o feminismo pós-colonial traz. Porém, por motivos didáticos e explicativos, é válido fazer um pequeno apanhado em relação ao que seriam as ondas do feminismo. No Brasil, localiza-se a origem do movimento feminista, logo a primeira onda, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX com o chamado movimento sufragista, que se diz que era um movimento de mulheres que buscavam os direitos civis e políticos básicos, em especial o direito ao voto. A segunda onda, na década de 70, se caracteriza no país por ser o período ditatorial em que boa parte das pessoas que se manifestavam eram perseguidas e torturadas. As mulheres, nesse período, participavam clandestinamente de guerrilhas e lutavam pelo fim do autoritarismo do estado. A terceira onda se referiria ao movimento contemporâneo em que está atravessado ao debate em relação às liberdades individuais, como a Marcha das Vadias e ainda, os debates que envolvem a contestação do sujeito universal dos feminismos.

a teoria pós-colonial são um campo de discussão acadêmica, em que, não, necessariamente, tem a ver com as fronteiras nacionais, pois em países do considerado “primeiro mundo”, como os Estados Unidos, também existem estudos e literaturas nessa temática que podem ser consideradas enquanto marginalizadas, como da autora Bahri (2013). Podemos entender o feminismo pós-colonial, portanto, enquanto uma perspectiva que possibilita que se visibilize como as nossas múltiplas identidades funcionam em diferentes situações, em diferentes contextos. Por isso, essa perspectiva exige que se revise a importância da política de localização, os diferentes locais de fala, e os privilégios que se atravessam a esses marcadores.

Aqui se busca entender os feminismos além dos registros acadêmicos, levando em conta que podemos entender que o local de fala dos considerados subalternos é limitado a certos espaços (SPIVAK, 2010), que muitas vezes não alcança espaços privilegiados, como o da academia. Por isso, vou buscar compreender o termo “feminismos” enquanto uma política, que tange às questões de gênero e sexualidade – atravessadas por outros marcadores sociais, como raça, etnia, geração, classe – em diferentes âmbitos. Os feminismos irão se evidenciar em teorias e em alguns movimentos, como a Marcha das Vadias, mas também em outras práticas cotidianas que tampouco são nomináveis ou materializáveis.

Nessas problematizações dos feminismos, um ponto que aparece ao longo da história e que vem sendo analisado até hoje por diferentes autoras feministas, é a questão do “sujeito” que está sendo representado politicamente. Ao longo dessa história tradicionalmente registrada por “ondas”, houve uma tentativa, por uma parcela do feminismo, de construir um sujeito universal, uno, uma identidade que representaria o que é o feminismo e a quem ele serve. Feminismo: movimento de mulheres para mulheres. Nesse “ser mulher” muitas das pautas se concentravam ao redor de “assuntos de mulheres” (ROGUE, 2014, ALVAREZ, 2014), como poder trabalhar sem a aprovação do marido e conquistar de direitos trabalhistas.

Os estudos desenvolvidos pelas mulheres negras têm mostrado, por exemplo, a importância de enegrecer o feminismo, pautando questões que passam despercebidas dentro de um feminismo considerado “hegemônico”. As questões de gênero são sempre atravessadas, portanto, por outros marcadores sociais, como o de raça e de etnia, não

sendo possível apontar, de antemão, que marcador tem maior ou menor influência em determinado contexto (LORDE 1983).

A busca de uma unidade no “ser mulher” no feminismo acabou por excluir corpos desviantes de um padrão instituído culturalmente e, assim, não normativos. Existem registros de congressos dos anos 1970, nos quais mulheres transexuais foram impedidas de participar, sendo expulsas e marcadas como homens estupradores de mulheres cis<sup>12</sup>, ou seja, como pessoas não desejadas naquele espaço (COACCI, 2014). A justificativa de construir espaços seguros e exclusivos para as mulheres nesse contexto acabou por invisibilizar possíveis violências dentro do próprio campo do “ser mulher”, não só pensando em relacionamentos lésbicos abusivos, mas em outras violências que as mulheres podem sofrer, como de sexo, classe, raça, pobreza entre outras violências do Estado.

Nesse momento político de questionamento do sujeito do feminismo, intensificaram-se as críticas de feministas lésbicas, negras, latino-americanas, de países considerados de terceiro-mundo e das ex-colônias, colocando em questão “o que é ser mulher” e a hegemonia e unidade de mulheres brancas, que pode também ser muitas vezes opressora e excludente (MARIANO, 2005). Importante ressaltar aqui que essas lutas já existiam nos seus diferentes contextos e localidades e a história contada de forma etnocêntrica apaga essas outras práticas que eram consideradas menos consolidadas (ALVAREZ, 2014).

A partir desses apontamentos, problematizou-se essa unidade do “ser mulher” e foram se consolidando outras correntes teóricas ligadas ao feminismo e também outros campos de atuação política. Judith Butler (1998) é uma das autoras que se propõe em problematizar a unidade do sujeito do feminismo, o que, segundo a autora, não equivale

---

<sup>12</sup> Uma pessoa cis é aquela que politicamente detém um status de privilégio em detrimento das pessoas trans. Ou seja, ela é politicamente vista como “alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero. Não há como medir cisgeneridade, assim como não há como medir transgeneridade. As categorias de gênero são fluidas e instáveis. Porém, isso não quer dizer que essas pessoas deixem de ser percebidas socialmente como cis, mantendo privilégios como tal. Em outras palavras, pessoas cis são aquelas que no discurso médico são chamadas de “biológicas”, mas essa definição é por si só discriminatória, ao passo que pessoas trans\* também são obviamente biológicas e o que difere é apenas seu status político. Referência: *O que é cissexismo* Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>> Acesso em: 27 Maio 2014. É importante ressaltar, ainda, que essa nomenclatura não era utilizada nos anos 70, portanto, esse termo é utilizado pelo autor Coacci (2014) como uma possível forma de facilitar a interpretação. Mesmo podendo soar enquanto um anacronismo nesse contexto, a utilização desse termo é também uma escolha política, uma vez que marca enquanto uma identidade às pessoas não-trans.

a “acabar com o sujeito”, tampouco jogar fora os conceitos do feminismo. Ao contrário, para ela, “a desconstrução não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas” (BUTLER, 1998). Podemos pensar que esse processo histórico epistemológico deu visibilidade a diferentes corpos e diferentes sujeitos dentro do feminismo, mas de forma alguma, retira ou invisibiliza aquelas que já tradicionalmente vinham ocupando esse espaço político.

### **1.3. Pressupostos teóricos-conceituais**

Para que seja possível refletir a partir das narrativas das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, parto do conceito de experiência, de Joan Scott (1999), historiadora feminista, que busca questionar o essencialismo e o fundamentalismo que os fatos históricos costumam ter no campo de pesquisa. Sua crítica parte da visão de que a ciência não é neutra, dessa forma, as histórias são escritas a partir de pontos de vista diferentes, o que torna difícil pensar qual história é completamente “verdadeira”. Isso também acontece, segundo Scott (1999), devido à necessidade de se afirmar uma superioridade política do homem branco, a coerência e unidade do “eu”, a naturalidade da heterossexualidade monogâmica, marcadores que acabam por naturalizar e reforçar uma verdade e uma norma.

A tentativa de escapar dessa norma acaba sendo um desafio para quem Scott (1999) chama de “historiadores da diferença”. Essa crítica e essa reflexão da autora partem de toda uma argumentação em relação à ciência ortodoxa que, ao criar “fundamentos” inquestionáveis, é responsável pela produção de verdades e modo de vida. Essa crítica está presente no pensamento de Foucault (1977), ao indicar os modos de saber/poder como produtores de subjetividades. O pensamento pós-estruturalista, em que podem ser incluídas diversas áreas do conhecimento, tem feito esse exercício de resignificar, através de outras perspectivas, o que por muitos séculos foi afirmado pelo universo científico.

Isso faz, portanto, que a noção de experiência, que está sendo trabalhada aqui, não esteja deslocada de outros conceitos que envolvem o pensamento da diferença. Por isso, as noções de sujeito, de origem, de causa acabam por serem atravessadas por

categorias que perpassam a experiência (como homossexual/heterossexual, homem/mulher, negro/branco), em que operam muito mais do que identifica-las como fixas e imutáveis, uma vez que essas categorias se atravessam a essas noções epistemológicas. Por isso, essas categorias, muitas vezes vistas enquanto identidades, na perspectiva deste trabalho, serão analisadas enquanto operadores da experiência, que atribuem sentidos relacionais e políticos.

Scott (1999) questiona, portanto, como é possível escrever sobre a identidade, sobre categorias identitárias, de forma a não essencializá-las? Se partirmos do pressuposto de que a identidade está atrelada a noções de experiência, que essas categorias atravessam o que entendemos enquanto identidade, podemos entender que elas posicionam sujeitos e produzem suas experiências, mais do que os definem. Dessa forma, o que está presente no discurso e na narrativa posiciona os sujeitos, não como autoridades da sua própria experiência, mas como produzidos por ela. “Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999). Com isso, Scott (1999) mostra que a experiência não está na base da explicação, mas é aquilo que deve ser explicado.

Para entender o conceito de identidade, partimos de Judith Butler (2010). Para a autora, a identidade não constitui uma essência, mas sim remete a um trabalho permanente de (re)construção discursiva através do qual o próprio sujeito se compõe. Para compreender, é, portanto, importante que possamos rever a questão do sujeito. Scott (1999) aponta que o sujeito é constituído através da experiência, visão que se aproxima à de Butler, que entende que o sujeito se produz através da ação. Isso significa que é através de uma reiteração de atos que se consolida o sujeito e se constituem, conseqüentemente, os marcadores que chamamos de identitários, como o gênero.

Dessa forma, não há identidade por trás das expressões, não há identidade nem “ser” anterior ao fazer. O gênero, marcador utilizado por Butler (2010) para problematizar essa questão, é produzido no âmbito de discursos culturais e subculturais, que são responsáveis pela criação do nosso sexo, nossa sexualidade, nosso gênero. Butler (2010) utiliza, então, o conceito de performatividade que remete a um ato sem um ator, contestando a noção de sujeito como preexistente. O gênero é, nesse sentido, performativo, porque é através da reiteração de atos que se consolida o sujeito e se constitui o gênero.

Podemos fazer esse paralelo em relação a outros marcadores identitários que compõem o sujeito. Além dos marcadores da diferença como raça, sexo e geração, no presente trabalho analisamos a construção do “pertencimento feminista” enquanto uma identidade. Como os sujeitos presentes nessa pesquisa nomeiam o seu pertencimento a esse movimento político, atravessado às suas interseccionalidades, é um norteador que atravessa os conceitos de performatividade e identidade que permeiam este trabalho para que seja possível pensar como e a experiência complexifica o pertencimento político, assim como as ações do sujeito político.

## **2. ESCOLHAS METODOLÓGICAS E ÉTICA NO FAZER-PESQUISA**

Essa pesquisa, em relação à metodologia e aos procedimentos éticos, insere-se em um campo que podemos chamar de “entre pesquisar e militar”, conforme sugerem Bonetti e Fleischer (2007) ao tratarem da Antropologia Feminista. Torna-se necessário afirmar esse campo do fazer-pesquisa, uma vez que a relação entre a produção de conhecimento e a militância parece ser, desde sempre, tensa e vista com desconfiança. Isso acontece, pois, as pesquisas que buscam quebrar essa dualidade entre a política e a pesquisa, acabam sendo uma resistência dentro de um padrão científico que defende uma neutralidade e uma ausência de implicação, mesmo que inalcançável. Por tratar-se de um estudo no campo do gênero e dos feminismos, torna-se ainda mais difícil não fazer uma análise a partir de um conhecimento situado, tomado pela participação e, até mesmo, pela emoção.

Esse exercício não é simples, uma vez que exige que se possa lidar com alguns dilemas éticos. Nesse capítulo, apresento algumas das escolhas metodológicas utilizadas, indicando como a militância atravessa a pesquisa, assim como as questões éticas que envolvem essa problemática. Para isso, parto do meu local e de fala e de minhas experiências políticas que atravessam o campo desta pesquisa, e finalizo esse capítulo me apresentando enquanto a primeira personagem que compõe o campo da “treta” da Marcha das Vadias de 2014 de Porto Alegre.

## **2.1. Método qualitativo com orientação etnográfica**

Por se tratar de um estudo de um determinado momento político, fez-se necessária a utilização de métodos que se propunham a realizar a investigação acompanhando a processualidade do objeto de estudo e compreendendo que a pesquisa se dá ao longo do percurso. Portanto, o método qualitativo com orientação etnográfica em um contexto de movimentos sociais feministas foi utilizado. Etnografia é uma forma de se inserir em um contexto e um campo, em um determinado momento, a fim de tomar par de uma discussão atual, podendo dizer que é um exercício constante a partir da inserção nesse processo, sendo uma metodologia bastante utilizada em pesquisas sobre movimentos sociais e políticos (SILVA, 2006). Utiliza-se aqui o termo “orientação etnográfica”, uma vez que utiliza a perspectiva da descrição densa e da inserção em determinados cenários, buscando entender suas dinâmicas e processos. Diferencia-se de uma etnografia clássica, pois se centrou na realização de entrevistas e construção de trajetórias como ferramenta de pesquisa, e, de modo mais periférico, na observação participante realizada de modo sistemático em determinados contextos.

A partir da inserção em reuniões e eventos organizados pela Marcha das Vadias da cidade de Porto Alegre, no próprio dia da Marcha, na inserção em eventos organizados por diferentes movimentos feministas e entrevistas marcadas individualmente com os diferentes personagens que compõem o campo, foram utilizadas, então, as seguintes técnicas de investigação social: observação participante e entrevista etnográfica com ênfase na narrativa biográfica (KOFES, 2015). Nas entrevistas, buscou-se investigar não só a participação no processo político atual, mas também as trajetórias de vida das pessoas com ênfase em seus percursos de militância política.

No que se refere às biografias, Bourdieu (1996), sugere que devemos considerar a trajetória de vida enquanto uma produção narrativa, na qual o sujeito tende a atribuir uma linearidade, coerência e unidirecionalidade à sua história no momento da fala, construindo a narrativa em um momento único e particular. A partir dessas considerações, podemos entender as trajetórias de vida não como verdades a serem desveladas, mas como produções situadas no tempo e no espaço, circunscritas pelos diversos marcadores sociais que atravessam a experiência das pessoas e pelo contexto etnográfico em que ocorre a entrevista.

João Biehl (2005) também faz o uso da estratégia metodológica das narrativas biográficas em suas pesquisas etnográficas, uma vez que utiliza a história de vida de Catarina, uma mulher internada no centro de reabilitação Vita, para traçar seus percursos não só “pessoais”, mas também institucionais. Situa a narrativa acerca da trajetória de vida de Catarina como possibilidade de recompor diversos espaços pelos quais ela adentrou durante sua vida. A narrativa deixa de ser entendida enquanto uma dimensão exclusivamente particular para ser compreendida como uma construção engendrada em articulações discursivas e, portanto, com especial potencial para as Ciências Sociais e a Psicologia Social.

A narrativa foi a escolha metodológica utilizada nesse trabalho, articulando a perspectiva etnográfica do fazer-pesquisa e do fazer-militante. A antropóloga Suely Kofes (2015) aproxima a etnografia da entrevista biográfica, uma vez que as aponta enquanto registros de alteridade. Por isso, é utilizada essa estratégia nesse trabalho, a fim de buscar se aproximar do local do outro de forma ética e empática. A partir das narrativas objetivou-se compreender os percursos que foram perpassando a inserção nos movimentos políticos referentes que dão pistas sobre a localização feminista das personagens. Dessa forma, entendemos que as trajetórias de vida das pessoas entrevistadas servem para compreender o cenário da Marcha das Vadias de 2014 e o que esse cenário indica o contexto político feminista jovem da cidade de Porto Alegre, de forma a traçar os fios necessários dessa análise. O objetivo, portanto, não foi o de “interpretar” as histórias de vida, tampouco o de “psicologizar” as personagens envolvidas no processo político.

O projeto de pesquisa foi submetido ao sistema do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP - CAAE: 47033115.3.0000.5334). A pesquisa só iniciou após as aprovações do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS, mesmo que minha inserção nesse campo tenha sido anterior, através da participação política. Ainda, é importante que se reflita a respeito das exigências que o Comitê de Ética reforça, sendo muitas vezes utilizados padrões burocráticos que estão longe de dar conta da complexidade da ética em pesquisa, que não se alcança a partir da assinatura de um termo de consentimento. Em minha submissão, o Comitê de Ética requisitou apenas um reparo no termo de consentimento: que eu explicitasse alguma possibilidade de apoio psicológico aos participantes, caso as entrevistas viessem a despertar algum sofrimento psíquico. Foram realizadas as correções solicitadas no projeto, mas pude

observar que as próprias entrevistas tiveram um papel de resolução de conflitos e acolhimento muito maior que qualquer possibilidade de um atendimento psicológico deslocado da temática de pesquisa<sup>13</sup>.

As entrevistas foram realizadas com algumas pessoas que fizeram parte da Marcha das Vadias de 2014, tanto organizando, quanto participando do ato, e que decidiram participar da pesquisa de forma voluntária após informadas sobre os objetivos da mesma. Essas pessoas foram contatadas por serem conhecidas da própria pesquisadora, portanto, não houve nenhum tipo de estranhamento ou dúvidas em relação ao convite. Questões éticas em relação ao sigilo e a confidencialidade dos dados me levaram a mudar o nome das pessoas entrevistadas, porém, é importante ressaltar que muitas delas são figuras politicamente públicas, que podem vir a ser reconhecidas por outras que fazem parte dessa mesma rede. Esse mesmo aspecto foi explicitado anteriormente à pesquisa a cada participante e houve consentimento em relação a esse aspecto também em todas as entrevistas realizadas.

Por eu fazer parte desse campo que aqui descrevo e problematizo, algumas pessoas entrevistadas fizeram referência a “você” – referindo-se ao grupo político do qual faço parte, chamado “Putinhas Abortadeiras”, que será descrito em seguida, ou ao “lado” em que acabei tomando na disputa. Ainda, também apareceram expressões durante as entrevistas, tais como “aí enfim... aí virou aquela zoeira toda que você sabe”, o que explicita essa minha relação com o campo. Dessa forma, é possível perceber de forma concreta a minha presença dentro da narrativa que as pessoas entrevistadas construíram, eu sendo parte da história, juntamente com elas, o que compõe sem dúvida alguma um desafio ético intenso no processo da pesquisa e análise do material.

Foram feitas sete entrevistas, com hora marcada, em diferentes locais da cidade, que são explicitadas e contadas mais detalhadamente juntamente com as descrições das personagens. Dentre elas, cada pessoa entrevistada relatou se identificar com uma nomenclatura de feminismo diferente, o que evidencia que sete entrevistas deram conta, nesse contexto, de expressar a diversidade que se propôs na pesquisa, avaliando não ser necessário realizar mais entrevistas. Essa seleção não busca aqui apresentar uma

---

<sup>13</sup> Para uma discussão sobre processos de investigação qualitativa e ética na pesquisa, ver as coletâneas “Ética e regulamentação na pesquisa antropológica” (Fleischer e Schuch, 2010) e “Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil” (Víctora, Oliven, Maciel e Oro, 2004), que trazem uma discussão no campo da antropologia, que muito se envolveu nesses debates no país.

“amostra” do feminismo, mas sim apontar que essas sete entrevistas representam um efeito das diferentes reflexões feitas ao longo do percurso. Dessa forma, essas sete pessoas são uma seleção, sendo ela obviamente parcial, uma vez que muitas outras análises sobre a Marcha das Vadias e sobre as trajetórias feministas poderiam ser feitas.

Além das entrevistas, observações e participações em eventos feministas e conversas informais foram acontecendo ao longo dos dois anos da realização da pesquisa, sendo esse material utilizado como uma forma de estar próxima ao campo e, também, para contextualizar e prover as análises de maior densidade etnográfica. Porém, vale destacar que a análise toma como material privilegiado as sete entrevistas realizadas.

## **2.2. Ética entre pesquisar e militar**

Para pensar a respeito dos feminismos contemporâneos dentro do cenário da Marcha das Vadias, parto de um lugar que se torna uma peça para que seja possível pensar a ética entre o pesquisar e o militar. Por fazer parte do cenário ativista que aqui descrevo, o meu lugar enquanto pesquisadora foi constantemente desafiado por implicações e emoções (COLLINS, 1989) que, ao longo desse percurso, não foram esquecidas. Essa ênfase no relato de ativista, imbricada ao fenômeno a ser estudado, é também uma escolha política epistemológica, uma vez que se distancia de uma ciência positivista que se propõe a ser neutra, além de escapar do pressuposto do saber único, universal e puramente intelectual.

Ter como uma ferramenta metodológica a análise de implicação (BAREMBLITT, 2002) ao longo da pesquisa contribui para a desnaturalização de expectativas sobre, também, o campo e o objeto, diluindo fronteiras entre tais esferas e tornando-as maleáveis e discutíveis durante o processo de pesquisar (LACAZ, PASSOS e LOUZADA, 2013). Para esses autores, a análise de implicação é uma forma de afirmar outro modo de pesquisar que nos possibilita um envolvimento com o campo, o que produz a impossibilidade de construí-lo através de formatações prontas. Isso não significa que a pesquisa seja um falar sobre si, ou um narrar a si mesmo, uma vez que a experiência da desterritorialização, ou seja, deslocar-se do campo, também envolve um

procedimento ético que permite estranhar-se com aquilo que, em princípio, já seria comum.

Como um exercício para pensar a análise de implicação atravessada aos estudos sobre o sujeito, da teórica Judith Butler (2015), coloquei-me a pensar a respeito desse local que aparenta ser tão borrado entre pesquisadora e militante. Butler (2015), em sua pesquisa sobre a teoria do sujeito através dos marcadores psicanalíticos e hegelianos, contribui para que seja possível pensar que a noção do “eu” está atravessada por um conjunto de relações, em que o “si mesmo” acaba afetado por uma temporalidade social. Butler (2015) faz uso desse raciocínio para que reflita a respeito da narrativa, uma vez que um relato de nós mesmos seria uma forma de responsabilidade e de assumir nossas ações. Porém, uma narrativa, para a autora, não se trata de falar “quem sou”, uma vez que essa noção de sujeito está imbricada a diversos fatores.

Essa questão cria um paradoxo entre não responsabilização das pessoas pelos seus atos e esse “eu” atravessado por diferentes relações. Esse fato acaba sendo um debate ético político que também se encontra na pesquisa, uma vez que a pesquisadora se coloca também no papel de narradora e, por ser uma pesquisa em um campo político e militante, essa interferência entre sujeito e objeto parece tornar ainda mais gritante. Por isso, Butler (2015) questiona se essa impossibilidade de fazer um relato de si mesmo fora de uma estrutura de interpelação seria um fracasso ético.

Butler (2015) conclui essa discussão apontando que o relato de si acaba sendo sempre fadado ao fracasso, uma vez que o que existirá é inevitavelmente uma narrativa ficcional. Dessa forma, no próximo ponto que segue, apresento minha breve narrativa, ou minha própria ficção, e localização dentro do campo de pesquisa. Busco apresentar o meu lugar como uma peça dentro de uma relação que é multifatorial, que é o campo da pesquisa, e atravessada por diversos marcadores dentro de uma esfera política coletiva. A tentativa, aqui, com esses apontamentos é aproximar cada vez mais o fazer-pesquisa do fazer-política, podendo entender que, portanto, ao fazer pesquisa, estamos produzindo e construindo a política do próprio campo, uma vez que somos atravessados por diferentes conceitos e leituras que sustentam o nosso cotidiano político e nossa argumentação.

### 2.3. Primeira Personagem: Quem escreve

Para começar apresentando a narradora dessa história, faço referência ao meu local de fala, atravessado a um coletivo feminista ao qual me sinto ainda pertencente. As vivências que envolvem o coletivo, como as suas ações, as conversas paralelas e as trocas cotidianas fazem parte da construção de um feminismo em que nos identificamos. Isso se atravessa no meu feminismo. O feminismo da narradora.

Este coletivo em que participo, chamado Putinhas Aborteiras, preocupa-se em debater temáticas sobre as questões discutidas pelos feminismos e transforma-las em música. O grupo, ao longo dos últimos três anos, tem demonstrado um posicionamento ético-feminista plural que acredita nos caminhos e nos processos como uma forma de não se fixar a teorias e a rótulos. O coletivo se considera anarquista e feminista, de forma a preservar um local político, porém, com um espaço aberto para se questionar. Conforme apontamos: *O coletivo se modificou em sua formação ao longo do tempo, e mesmo suas integrantes também se modificam, se afetam e se questionam. Somos um grupo fluido, estamos sempre nos revedo e nos fazendo pensar. Chegamos a reescrever trechos de algumas músicas quando sentimos que alguma questão poderia ter sido tratada diferente do que estava feito na redação original. Cada uma de nós é diferente uma da outra, somos diversas, somos peças plurais que, juntas, interseccionalizam as diferenças encontrando esse espaço comum, de feminismo e anarquismo*<sup>14</sup>.

A participação ativa dentro desse coletivo me posiciona dentro de um lugar, o de ativista feminista e de anarquista, fatores que constroem juntos a minha posição enquanto pesquisadora no presente estudo. Se um dos objetivos deste trabalho é pensar a cena feminista da cidade de Porto Alegre, tendo como campo disparador a Marcha das Vadias, para que possamos refletir a respeito dos diferentes feminismos que compõem esse cenário, não posso deixar de situar o quanto a participação dentro do coletivo Putinhas Aborteiras, assim como outras ações políticas, fazem parte da composição de uma atora dentro desse processo.

---

<sup>14</sup> Todas as informações referente as Putinhas Aborteiras foram retiradas do Manifesto postado no dia 10 de julho de 2014 na página do *facebook* “Putinhas Aborteiras Anarcfunk e Anarcrap” em resposta aos ataques sofridos após a ampla divulgação do vídeo da TVE. Segundo os índices apresentados pela página do *facebook*, o texto teve um alcance de 7056 visualizações, 198 curtidas e 31 compartilhamentos. Disponível em: <https://www.facebook.com/Putinhas-Aborteiras-Anarcfunk-e-Anarcrap-628630013846352/>. Acesso em 05 de dez de 2015.

Para situar essa história em seu tempo e espaço, é importante dizer como as Putinhas Abortadeiras começaram a sua construção, que aconteceu na efervescência dos movimentos políticos e sociais em junho de 2013, na cidade de Porto Alegre. Os protestos levaram à ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que deu possibilidade para a criação e construção do que chamamos efetivamente de coletivo. Na ocupação foi possível que vivêssemos de uma forma autogestionada, onde questões em relação às diversidades de gênero foram aparecendo na convivência diária.

O coletivo Putinhas Abortadeiras passou a criar músicas com formato, principalmente, de paródias de funk e de rap, em que os temas eram principalmente questões pertinentes ao feminismo e à crítica ao estado.

*Isso fez com que começássemos a participar de shows e eventos culturais pela cidade, priorizando tocar em ocupações, em espaços públicos e gratuitos. Nessa intensidade de protestos, ocupações e mensagens feministas, fomos convidadas a participar do programa Radar, da TVERS, que naquela semana seria sobre feminismo para apresentar nossas músicas e divulgar a Marcha das Vadias de Porto Alegre, que também ajudamos a construir juntamente a outros coletivos.*

A gravação foi feita no dia 10 de abril de 2014, mas por ter havido uma censura, foi ao ar mais de duas semanas depois. Foi também disponibilizada no *youtube*, com recortes no programa, descontextualizando a proposta e nosso posicionamento político.

*Esse recorte do vídeo teve mais de 500 mil acessos. Visando a ridicularizar nossas pautas e posturas, esse vídeo inicialmente foi intitulado “Putinhas Abortadeiras (vergonha alheia)” e foi amplamente divulgado por pessoas e páginas de posicionamento conservador e machista. A repercussão do vídeo certamente ajudou a levar mais longe nossa mensagem, nos aproximando de pessoas com posicionamentos semelhantes aos nossos e que até então não haviam nos conhecido, mas principalmente despertou incômodos e mesmo a ira daqueles que não concordam com*

*mulheres reivindicando, política e artisticamente, o direito ao próprio corpo.*

Esse acontecimento da ampla divulgação do vídeo, portanto, teve um efeito também no cenário político feminista, uma vez que muitas pessoas procuraram o Coletivo para saber, informar-se, questionar-se a respeito de questões feministas, e, também, para pedir ajuda quando necessário. Com essa visibilidade o nome “Putinhas Abortadeiras” acabou se tornando uma referência como um grupo feminista com o qual era possível contar para diferentes tipos de demanda.

Ao longo do percurso, a participação no Coletivo Putinhas Abortadeiras, a visibilidade diante do cenário da cidade, e a minha participação no coletivo da Marcha das Vadias tiveram diferentes interpelações. Publiquei um texto no *facebook* no dia 9 de abril de 2014, durante o processo de organização da Marcha das Vadias, de forma a denunciar algumas práticas que considerava não-horizontais. Dentre elas, aponte algumas críticas: sobre as reuniões de organização da Marcha se concentrarem na casa de uma única pessoa; a respeito de um texto publicado no *blog* de uma das organizadoras no qual se afirmava que “*Este debate pós-moderno de gênero é tão bizarramente sem sentido que criou algumas figuras incoerentes, como, por exemplo, a soberania do privilégio da mulher cis*”, o qual acusei de transfóbico; por haver centralização de vozes nos debates; e, ainda, em função do tom de voz que passou a ser utilizado para argumentação.

Essa manifestação, que por um lado parecia inocente, apenas como desabafo, dentro de um perfil privado, gerou rebuliços, o que acabou por contribuir para a discussão que já estava acontecendo das diferentes perspectivas de feminismo. Dentro disso houve diversas manifestações de apoio, assim como muitas críticas e construções de inimizades com algumas pessoas que compunham a organização da Marcha das Vadias daquele ano. A importância de pontuar essa localização política é reconhecer e expor que tanto as entrevistas quanto a participação dentro do campo nunca foram neutras, uma vez que, por estar diretamente envolvida em um conflito, acusações foram direcionadas a mim, da mesma forma que eu também as cometi. Esses elementos não poderiam deixar de aparecer na discussão metodológica e ética da pesquisa, assim como integram explicitamente um processo analítico que se propõe implicado e, como assinala Donna Haraway (1995), localizado.

No momento das entrevistas, um ano após o acontecimento que aqui se busca problematizar, as reações quanto às divergências anteriores foram diversas. Algumas das participantes nem citaram conflitos que poderíamos dizer ser mais “pessoais”, mas buscaram fazer uma análise política geral; enquanto em outras entrevistas houve relatos bem pontuais, citando personagens da história de forma também a soar enquanto uma tentativa de acordo estabelecido em um novo momento e reconciliação.

Essa narrativa, portanto, busca me reconhecer dentro do local do campo de pesquisa. Além disso, é importante afirmar os marcadores sociais que me compõem enquanto pesquisadora, acadêmica, ativista, mulher, 27 anos, não-heterossexual, branca, cis - categorias que aqui não buscam apresentar uma fixidez, mas dialogar com sua localidade. Esses elementos, antes de remeter a uma identidade rígida, compõem-se e recompõem-se, tanto em minha trajetória, como em diferentes momentos do trabalho de campo, bem como no contato com as outras personagens que o compõem. Cabe enxergar esse meu lugar de fala dentro desse complexo processo que é o cenário ativista, anarquista e feminista contemporâneo. Por isso reflito que esses diferentes marcadores, somados a minha experiência, produzem subjetividades que inevitavelmente serão observadas ao longo do processo de análise e da escrita do meu trabalho – o que produzirá a objetividade científica. Essa reflexão se encontra, como já apontado, ancorada nos pressupostos de um importante procedimento metodológico apontado por Donna Haraway (1995) como a objetividade da parcialidade. Uma vez que todo saber é localizado e, portanto, parcial, as inquietações e desacomodações acadêmicas aparecem coladas ao cotidiano combativo que por si só tem seus imensos desafios.

### **3. PERSONAGENS**

Uma vez que me narrei enquanto personagem, a fim de visibilizar os atravessamentos que compõe a história que estou incluída nos feminismos como parte da análise, esse capítulo se propõe a apresentar as demais personagens, a partir também de suas narrativas. Durante os encontros, foi pedido para que as pessoas entrevistadas contassem como entendem que o feminismo passou a ocupar um espaço em suas vidas e como relacionam o feminismo com suas trajetórias. Conforme já explorado

anteriormente a respeito das narrativas, Butler (2015) aponta que elas são ficcionais. Isso significa que buscar contar essa história, ainda mais sob uma perspectiva de quem esteve lá e de quem participou, não busca ser o relato de uma realidade imparcial e verdadeira, mas criar pistas para visibilizar as pluralidades que compõem o cenário de um acontecimento a partir, como destaquei no capítulo anterior, de um lugar de fala específico.

Algumas das pessoas entrevistadas focaram mais a conversa em suas histórias de vida, contando detalhes da infância e da adolescência. Já outras detiveram sua fala mais em relatar como foi a sua participação na Marcha das Vadias de 2014. Busquei não fazer perguntas específicas sobre algum momento de vida, pois entendo que quando as pessoas reconstroem suas trajetórias durante a entrevista, buscam os pontos em que naquele momento mais fazem sentido na associação a, nesse caso, os feminismos. Isso não significa que durante suas infâncias essas pessoas não tiveram experiências que, de alguma forma, fizessem-nas questionar os diferentes papéis de gênero ou contestarem algumas verdades do mundo. Não se busca aqui, também, entender esses relatos de uma forma causal. Ou seja, não parto do pressuposto que uma pessoa que passou por determinada experiência, logo irá se vincular a uma determinada corrente teórica do feminismo, por exemplo. Busco, ao contrário, visibilizar essas diferentes trajetórias e mapear suas associações dinâmicas, caminhos por vezes contraditoriamente traçados, mas não associar de forma direta as suas ações contemporâneas com suas histórias passadas, uma vez que os diversos atravessamentos que compõem a subjetividade são inalcançáveis, complexos e não-lineares. Segue, portanto, a apresentação das demais sete personagens que compõem essa história.

### **3.2. Segunda Personagem: entre relações livres e materialismo**

Jéssica, uma mulher<sup>15</sup>, branca, bissexual, de 29 anos, tem um histórico em relação com a Marcha das Vadias de Porto Alegre bem intenso, uma vez que esteve compondo o grupo de organização que puxou a primeira Marcha. A partir disso passou a participar da comissão organizadora de todas as edições, até a última, de 2015.

---

<sup>15</sup> Para os outros perfis usei a nomenclatura cis ou trans junto à identificação de gênero “mulher” ou “homem”. No caso de Jéssica, por pedido pessoal, devido à corrente teórica com a qual se identifica, prefere que não utilize esse termo. Porém, para que esse marcador não passe esquecido em relação aos outros perfis, podemos identificar Jéssica como pessoa que foi designada mulher ao nascer, a partir do que ela mesma se identifica, e continua sendo identificada socialmente como tal.

Recebeu-me na agência de publicidade em que atua. Atarefada com diversas funções relacionadas ao seu trabalho e também com a militância, foi possível perceber que tempo livre para ela é difícil. Costuma trabalhar além do seu horário estipulado, pois relata que ter que se sustentar, e também a sua filha, não é uma tarefa fácil. Quando cheguei ao local, sentei junto a sua mesa e ao seu computador, e aguardei que finalizasse algumas atividades. Relatou que, naquele momento, estava enviando um e-mail para inscrever uma atividade para a I Feira do Livro Feminista e Autônoma que aconteceria em algumas semanas. Além disso, estava organizando uma viagem a São Paulo e também organizando a impressão de alguns pôsteres com um cliente. Telefones tocando, *facebook* chamando, nesse momento foi possível estar presente na intensidade da vida cotidiana de Jéssica.

Jéssica vem de uma família com dificuldades financeiras, com um histórico de violência doméstica geracional. Sua avó materna sofreu violência doméstica, assim como a sua mãe, que viveu esse tipo de situação durante 27 anos. Ao mesmo tempo, sempre foram mulheres que trabalharam fora de casa e sustentavam a família. Jéssica se incomodava com isso, o que a levou, com aproximadamente 10 anos, a fazer um enfrentamento dentro de casa. Esse momento aconteceu, aproximadamente, ao mesmo tempo em que Jéssica havia trocado de escola. Anteriormente, estudava em uma escola perto da onde morava, em uma zona semi-rural e, então, passou a estudar no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Apesar de ser uma escola pública, na percepção de Jéssica, o colégio não estava preparado para receber alunos mais carentes, uma vez que itens como o uniforme e o almoço eram de responsabilidade dos e das alunos/as. Essas questões que envolviam o pertencimento de “classe” levaram-na a uma aproximação com o movimento estudantil.

Naquele momento, o movimento estudantil era mais orientado pelos movimentos sociais de envolvimento partidário, o que a levou a ingressar em um partido político nessa época, a ler uma grande quantidade de teorias e a participar de formações que compunham a agenda do partido, fazendo com que se formasse “intelectualmente” na esquerda. A partir dessas vivências do movimento estudantil, somadas às vivências em sua família, aos 15 anos, Jéssica saiu de casa e passou a militar de forma mais sistemática. Esse processo foi turbulento, uma vez que Jéssica era a primeira pessoa da família que estava tendo acesso a um ensino de qualidade e sua

mãe a cobrava para que se formasse e entrasse em uma universidade e que não se desviasse de tal plano em função das atividades políticas.

Jéssica conseguiu entrar na universidade e, aos 17 anos, engravidou. Nesse período, ouvindo os conselhos da mãe de que deveria estudar, passou os três anos seguintes cuidando da filha e se dedicando aos estudos, o que fez com que largasse um pouco a militância. Além de suas tarefas pessoais, percebeu que o movimento social ao qual estava filiada, de maneira geral, não estava preparado para acolher a presença de mães. Nesse momento, Jéssica se deu conta de que o movimento estudantil não era o seu lugar, uma vez que ela trabalhou desde os 13 anos e, dentro do movimento estudantil, as reuniões eram feitas em horários paralelos às disciplinas, o que não dava abertura para estudantes como ela, que trabalhavam. Quando sua filha tinha, aproximadamente, oito meses, passou a trabalhar em um sindicato como estagiária, o que fez com que sua militância se inclinasse para questões do movimento sindical, caracterizando outro ritmo em relação a sua experiência anterior de movimento estudantil.

Por ser um movimento de trabalhadores, o olhar sobre a mulher, dentro desse contexto, era mais presente que no movimento estudantil, o que fez com que Jéssica percebesse que as pautas das mulheres eram sempre secundarizadas. Com isso, passou a se focar a combater essa lacuna, com isso, aproximou-se do feminismo. Nesse momento, por trabalhar com o sindicato, era possível que Jéssica negociasse os horários do seu trabalho por alguns momentos, o que a possibilitou participar de diferentes formações e vivências em movimentos como o de luta pela moradia e o Movimento Sem Terra (MST), podendo conhecer mais a temática de gênero dentro desses contextos de militância.

Outro marcador presente em sua militância no feminismo foi a questão da não-monogamia. Jéssica teve seu último relacionamento monogâmico aos 15 anos, o que direcionou suas reflexões sobre relações não-monogâmicas ao longo de sua trajetória de vida, ao mesmo tempo em que, por ser um debate pouco feito na esquerda como um todo, Jéssica se sentia cobrada a dar respostas em relação a essa temática nos lugares pelos quais circulava como ativista.

Quando sua filha tinha um ano e dois meses, Jéssica voltou a se inserir nos espaços de esquerda e acabou se envolvendo com um grupo de pessoas que eram da mesma corrente política em que militava. Todos/as eram amigos/as, estavam em meio a

uma campanha política, aproximadamente em 2006, o que levou a terem afinidade, frequentarem a casa uns/mas dos/as outro/as e a se relacionarem intimamente, afetivamente e sexualmente. Dentre um grupo de oito pessoas, Jéssica mantinha relação com três delas. As pessoas que conviviam com eles/as dentro da corrente política e que não faziam parte dessa rede de amizades passaram a se incomodar, criando burburinhos de que esse grupo só se encontrava para se relacionar.

Depois, portanto, da eleição, aconteceu uma conferência organizada pela corrente política da qual participava, em que uma pessoa fez um discurso moralista atacando a juventude da corrente, alegando que estavam fazendo orgia, apontando suas relações como levianas, juvenis e estritamente sexuais. Indignado com a acusação, o grupo que Jéssica compunha passou uma madrugada no decorrer da conferência acordado para construir um texto que explicitasse suas discussões em relação à não-monogamia a partir de uma ótica feminista “séria”, segundo suas palavras. Essa construção levou outras pessoas a se identificarem com tal grupo, que não só defendia a questão da não-monogamia, mas era também de esquerda, materialista e feminista. Dessa forma, foi criada a Rede Relações Livres, em que a militância feminista de Jéssica se associa de forma direta.

Jéssica, em relação a sua localização nas correntes teóricas do feminismo, primeiramente se autodenomina materialista, o que a faz estar, segundo ela, em um “híbrido” entre o feminismo radical e o feminismo marxista. Para a entrevistada, o feminismo marxista é muito economicista, ao mesmo tempo em que tem críticas em relação aos métodos do feminismo radical. Dentre as polarizações que se construíram dos feminismos, das feministas radicais *versus* transfeminismo, prefere se dizer feminista radical, pois entende que o feminismo marxista, por ser tão plural, acaba não tendo uma identidade definida, podendo significar muitas coisas. Apesar dessas “auto-identificações” e filiações, refere que tem refletido sobre questões que atravessam esses feminismos muito antes de entender as suas nomeações.

### **3.3. Terceira Personagem: resistência sapatão**

Encontrei Marta, uma mulher cisgênera, branca, de 28 anos, em frente ao prédio universitário em que estava tendo aula. Conversamos sentadas em um murinho, enquanto éramos rodeadas por conversas de outros alunos e pessoas passando

constantemente ao nosso redor. Marta é estudante universitária e esse marcador perpassa a sua trajetória em relação às questões de gênero, de sexualidade, do feminismo e de seu envolvimento político. Antes do seu ingresso na universidade, durante a adolescência, essas questões foram atravessando, contudo, sua vida, sobretudo quando passou a se identificar enquanto lésbica.

Em 2007, quando ingressou na universidade, pôde ter acesso a outras pessoas, principalmente mulheres, que a levaram a fazer leituras que possibilitaram um conhecimento mais acadêmico do feminismo, que até então não tinha. Naquele ano, somado aos anos de 2008 e 2009, formou-se o Coletivo de Mulheres da UFRGS daquela época (que não é o mesmo atualmente), onde Marta participou de alguns encontros. Esses momentos foram muito importantes para ela, mesmo que não tenha participado ativamente da construção do Coletivo, pois foi um primeiro contato que teve, portanto, com a teoria feminista. Além disso, essas trocas possibilitaram que conhecesse outras mulheres, feministas, que consolidaram um ciclo de amizade importante até hoje em sua vida.

Durante os anos de 2010 e 2011, Marta fez um intercâmbio em Portugal através da universidade. Além de Portugal, viajou por outros países da Europa e foi ficando hospedada em *squats*, que é como são chamadas as ocupações anarquistas europeias. Dessa forma, entrou em contato com o anarquismo de maneira ativa, o que possibilitou que somasse seus conhecimentos e práticas do anarquismo com o feminismo. Marta entende que essa possibilidade de viagem ao exterior foi um privilégio que teve efeito direto em sua vida política.

Quando retornou ao Brasil, em meados de 2011, estava se reconfigurando na universidade o até então conhecido coletivo LGBTTTT. Nesse momento, nessa rearticulação do Coletivo, foi discutida uma proposta “não-identitária” que escapasse do movimento social LGBTTTT consolidado, e que possibilitasse pensar as questões de gênero e sexualidade interseccionadas a outros marcadores. Marta, com o objetivo de contribuir para a proposta e também para continuar as leituras e pensamentos que tinha dado início no Coletivo de Mulheres da UFRGS em anos anteriores, somou-se ao grupo junto com amigos e colegas, criando, assim, o Coletivo Ovelhas Negras. O Coletivo se encontrava a cada 15 dias e tinham como proposta fortalecer as relações entre as pessoas que dele faziam parte, pensar em atividades dentro da universidade, como atos contra atitudes machistas e homofóbicas, ou outras ações, eventualmente, mais

institucionais e a participação e organização do ENUDS (Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual).

O ENUDS é considerado por Marta um marcador importante em sua trajetória. Mesmo já tendo participado anteriormente de outros encontros universitários, como de cursos das ciências sociais, da história, da biologia, pela primeira vez esteve em um mesmo espaço compartilhado com mais de 500 pessoas que eram, como ela refere, “sapatão, gays e travestis”. O deslumbramento com as possibilidades visibilizadas no ENUDS fez com que Marta quisesse se inteirar mais daquele espaço, tendo participado dos encontros em outros anos e também da organização do ENUDS em 2013, como componente da comissão nacional.

O ano de 2013 foi central muitas pessoas ativistas de Porto Alegre e também de outros locais, devido às manifestações, conhecidas como “Jornadas de Junho”. Naquele mesmo ano, aconteceu, relacionada às questões do aumento do preço da passagem, a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da qual Marta participou ativamente. Esteve presente nos oito dias de ocupação, o que possibilitou, também, que conhecesse outras pessoas e que estivesse presente em um espaço de debate político constante. Nesse mesmo ano, Marta participou da Marcha das Vadias e considera que foi um momento importante, pois foi a primeira vez que ficou sem blusa em algum local público.

Esse fato, somado à sua participação no Coletivo Ovelhas Negras e, ao fato de ter participado dos debates do ENUDS, que compunham um caráter de micropolítica bastante grande e também de desconstrução do próprio evento por um viés anarquista; da ocupação da câmara, dos movimentos contra o aumento das passagens, e a sua experiência na Marcha das Vadias, acabou culminando na participação do debate que ocorreu na Marcha das Vadias de 2014 de maneira intensa.

Dentro dos debates das pluralidades nos feminismos, Marta observa que já foi acusada de muitas nomenclaturas, como “pós-moderna” e “liberal”. Apesar de não gostar das “caixinhas” em que são colocados os feminismos, considera que, por entender o gênero como uma performance e, por não entender a categoria mulher, de uma forma única, mas sim de uma forma plural, atravessada por outros marcadores, ela se posiciona dentro do campo do feminismo interseccional.

### **3.4. Quarta Personagem: para além dos muros universitários**

Renata, mulher cisgênera, autodeclarada parda, bissexual, 35 anos. Nasceu no dia 8 de março, dia internacional das mulheres, o que desde pequenininha achava “o máximo”, por poder comemorar seu aniversário nessa data. Natural de Alegrete, cidade do interior do Rio Grande do Sul, mudou-se para Porto Alegre com 18 anos, após diversos acontecimentos que envolveram a sua família e seu comportamento contestador. Atualmente, Renata trabalha como assessora parlamentar de uma deputada estadual do PCdoB, partido que passou a ter contato após ler sobre a política em relação às mulheres. O encontro com Renata foi em um bar de uma região central da cidade, onde comemos batata-frita com suco de laranja, juntamente com seu filho, que enquanto conversávamos ficou atento ao jogo do celular. Renata contou que havia buscado seu filho há pouco na escola e relatou que tinha algumas questões pra resolver ainda naquele dia. Depois, iria pegar o ônibus para casa, a qual se localiza longe do centro da cidade.

Renata mostrou-se bastante aberta para contar das questões que envolvem a sua história de vida, com diversos detalhes, sendo possível perceber que não parecia a primeira vez que pensava sobre como alguns marcadores a levaram a refletir sobre o feminismo. Começou me contando sobre a sua infância curiosa e contestadora. Quando tinha aproximadamente nove ou dez anos foi fazer catequese e, depois de poucas aulas, foi convidada e se retirou do grupo. A justificativa era de que estaria atrapalhando o entendimento teológico dos seus colegas, pois fazia muitas perguntas em aula. Isso acabou tendo uma repercussão negativa em sua família, uma vez que a mãe de Renata sempre foi muito querida na cidade.

Em seguida, houve uma feira do livro na escola, em que seu pai havia dado um cheque assinado para que comprasse os livros que a escola estava pedindo. Acabou comprando dois livros de astrologia, que também falavam sobre mitologia e história dos signos. A partir dessas leituras, que escapavam do ensino tradicional do colégio, passou a ver que a história não era só aquela que aprendia na catequese. Foi percebendo que havia outras possibilidades, e, dessa forma, passou a estudar autonomamente questões relacionadas à filosofia, à mitologia e à astrologia.

Em sua pré-adolescência, quando tinha aproximadamente onze anos, seus pais se separaram. Sua mãe a culpava da separação, uma vez que o seu pai a apresentava a supostas amantes, apontando como “minhas amigas”, sem Renata entrar num julgamento do que aquilo poderia significar. No entanto, quando sua mãe descobriu que

o marido mantinha um relacionamento extraconjugal há mais de dois anos, ela culpou Renata como cúmplice, dizendo que ela iria expulsá-la de casa junto com o seu pai. Porém, Renata acabou ficando, o que fazia com que sua mãe brigasse muito com ela. Ainda, tinha um irmão pequeno com apenas um ano de idade, o que tornou a situação da separação muito difícil tanto para a sua mãe, quanto para seu pai.

Com aproximadamente 14 anos, Renata começou a sair e a “matar aula”<sup>16</sup>. Uma vez, seu pai a agrediu para leva-la de volta a escola. Nesse contexto, sua mãe e seu pai brigavam muito e sua mãe sempre usava a justificativa de que ela iria virar uma vagabunda, porque era filha de pais separados, “estava muito solta”, “saía e não voltava”. A vivência desses conflitos, somada às leituras que andava fazendo sobre as questões mais relacionadas à magia e à filosofia, fez com que despertasse um lado mais místico em Renata, segundo ela “com um olhar de bruxaria”, o que a levava a contestar mais ainda as cobranças que eram feitas sobre ela. Era possível perceber isso na escola, que tentou expulsá-la umas três vezes devido às suas características “brigonas” e por questionar a escola como um todo.

Seu pai, o qual era envolvido com a política - uma política que hoje Renata rechaça -, algumas vezes, levou-a em reuniões. Em uma delas, a qual Renata tem uma lembrança, estavam alguns ícones do que podemos considerar de “direita”, como Fogaça, Simon e Markezan. Enquanto Renata ouvia as questões colocadas em reunião, o que ela pensava a respeito era: “nossa, o que não deve ser feito pras pessoas”. Como se tudo aquilo que estava sendo falado fosse o contrário daquilo que imaginava ser o certo. Renata não entendia direito, mas tinha acesso a algumas, segundo ela “ideologias”, algumas teorias e algumas histórias que fizeram com que fosse questionando cada vez mais o que estava ao seu redor.

Houve uma situação marcante para Renata, que foi quando seu pai a agrediu. Na situação, havia um amigo que estava com meningite e, junto com outra amiga, foram fazer uma vigília no hospital para dar apoio a ele. Deixou um bilhete para a sua mãe dizendo que não estaria em casa. Sua mãe ligou para o seu pai de manhã cedo dizendo, portanto, que Renata não havia dormido em casa. Seu pai a pegou na frente do hospital, a “botou a pau” para dentro do carro, deixando-a presa em casa, permitindo sair apenas para ir e voltar da aula. Com isso, Renata resolveu fugir, foi para a delegacia, onde chegou invadindo a sala do delegado de polícia. Contou toda a história para ele, dizendo

---

<sup>16</sup> Faltar aula, escapar da aula.

que não era vagabunda, que estudava, queria trabalhar, que tinha tentado ir embora de casa e seus pais não haviam deixado, e que sua mãe a culpava da separação. O delegado foi, então, até o pai dela e disse que se ele puxasse o cabelo ou desse algum beliscão que a fizesse sentir dor, ele iria ser preso imediatamente. Renata considera, assim que esse delegado salvou a sua vida naquele momento.

Posteriormente a isso, ela conseguiu um estágio na delegacia do trânsito, o que fez com que trabalhasse o dia inteiro e estudasse a noite. Isso a levou a brigar também dentro da escola, pois havia uma ideia de que quem estuda no período noturno só quer concluir o ensino médio, como se não houvesse preocupação em aprender, tampouco se preocupar com o andamento da instituição escolar. Para demarcar o seu espaço político na escola, pautava questões de melhoria de uma forma constante. Houve um dia em que chegou à escola e todas as pessoas estavam no ginásio, pois estava tendo o orçamento participativo estadual no município. Quando chegou, procurou sua turma e sua professora, que disse: “o microfone está aberto, vai lá defender a educação, porque aqui eles estão resolvendo pra o que vai vir dinheiro pra cidade. Defende que tem que arrumar o colégio, que tem que ter dinheiro pra educação”.

Só que, nesse momento, ela não sabia que quem fosse lá falar seria candidato/a a delegado/a, conselheiro/a, do orçamento participativo estadual. Ela foi, falou de uma forma que chegaram a tirar o microfone porque havia estourado o tempo. Renata foi, então, eleita e virou delegada do orçamento participativo, sendo uma surpresa para ela. A partir desse momento, começaram a chama-la para algumas reuniões no município. Nesse momento, algumas pessoas do PT (Partido dos Trabalhadores) a chamaram para ir a uma reunião. Renata esteve em duas reuniões e tinha dificuldade para entender porque havia 10 pessoas, que todas se diziam do mesmo partido e todas brigavam entre si. Queriam que ela se filiasse, mas não concordou em fazer parte desse ciclo de brigas. Passou a estudar, portanto, as questões partidárias para entender porque havia essas brigas internas e também a estudar outros partidos políticos.

Quando Renata tinha 18 anos, pegou seu último salário, que eram 300 reais e se mudou para Porto Alegre, na casa de uma amiga. Em cinco dias já estava empregada e foi morar em uma pensão. Nessa pensão, dividia com mais pessoas e Renata conta que tinha que ter cuidado com as roupas que colocava no varal e a comida que colocava na geladeira, pois em pouco tempo já não teria mais nada. Renata, que já estava envolvida politicamente e já tinha feito algumas leituras a respeito de diferentes partidos, procurou

o PCdoB logo depois que veio morar em Porto Alegre. Deixou o número de telefone e passou um ano e pouco e nunca ninguém entrou em contato. Quando chegou a campanha eleitoral, ela pensou: “vou ter que me envolver com isso”. Voltou a procurar o partido dizendo que gostaria de ajudar, que já tinha se informado sobre, lido a respeito da Jussara Cony, que era deputada estadual, sobre o trabalho dela com as mulheres, o que fez com que acreditasse que o PCdoB era o partido que tinha mais a ver com ela.

Nesse momento, em que entrou para o partido, estava trabalhando com promoções de eventos em uma empresa, onde teve muito sucesso profissional. Fez a empresa vender muito mais que outras marcas conhecidas e consolidadas, mas sabia que estava promovendo algo que iria lucrar em cima dela. Quando começou a militar, contribuía envelopando materiais para a campanha no tempo que sobrava em relação ao trabalho. Logo depois, conheceu Jussara Cony pessoalmente, que a levou para uma reunião da UBM (União Brasileira de Mulheres). Esse evento aconteceu na esquina democrática, um local político tradicional em Porto Alegre que se localiza no centro da cidade. Renata estava com um salto enorme e passou o dia abordando as pessoas e conversando sobre as propostas. Como ela sempre teve facilidade de comunicação, que era com o que trabalhava no supermercado, essa característica contribuiu para comunicar o que naquele momento realmente acreditava. Isso fez com que ela decidisse que se fosse para continuar promovendo ou vendendo uma ideia, seria o socialismo. Seria a ideia, portanto, de que é preciso ter uma transição nesse sistema, pra que um dia, quem sabe, ter uma sociedade que vai ser comum e igual a todos e todas.

Passou, então, a militar de forma ativa na UBM e, por ser jovem e mulher, muitas vezes vivenciou dificuldades em ser ouvida dentro do movimento. Uma maneira que o partido encontrou de ir possibilitando a Renata uma formação, foi que participasse da UJS (União Juventude Socialista), onde acabou encontrando algumas adversidades, pois era bastante voltada ao movimento estudantil. Dentro da UJS, somando as pessoas do movimento comunitário, do hip-hop, formou-se um bloco para movimentar outras atividades que trabalhassem a questão da diversidade, o que deu certo, tanto que rapidamente Renata foi da direção municipal para a estadual, e em seguida para a direção nacional da UJS. Com a pauta envolvendo a diversidade, participou de vários fóruns, inclusive internacionais, onde em muitos momentos foi rechaçada por não ter passagem pela academia, por não ser estudante.

Seu histórico de sair cedo da casa de seus pais e buscar emprego em outra cidade, fez com que não tivesse tido tempo para os estudos o que era um marcador dentro do movimento social jovem. Renata participou da construção da primeira campanha em parceria da UBM com a UJS que era: “violência contra a mulher a juventude não aceita, denuncie” e, logo depois, lembra de ter passado muita vergonha, pois quase agrediu umas meninas que a estavam violentando no Encontro Latino-americano e Caribenho em Serra Negra em 2006, pois elas não queriam que Renata falasse enquanto palestrante com a justificativa de que ela não estava na universidade. Esse foi um motivo que Renata brigou muito dentro do movimento, pois a UBM sempre muito ligada às mulheres da comunidade e menos à academia.

Depois desse acontecimento, estive em um congresso na Bahia, onde havia ido para ficar por duas semanas, mas acabou ficando por nove meses. Isso aconteceu devido à morte uma menina de 16 anos, grávida de oito meses, devido à falta de atendimento em Morro de São Paulo, onde não tinha posto de saúde funcionando. Renata comprou uma briga, foi até ameaçada de morte. Depois desse tempo, a Juçara Cony foi até lá para conversar com ela e dizer que voltasse a Porto Alegre, pois a UJS teria uma candidata à vereadora e Renata teria que estar lá para ajudar. Quando voltou, elegeram, portanto, esta vereadora, que, posteriormente, foi deputada federal e hoje é deputada estadual. A carreira de Renata foi sendo cada vez mais envolvida com as questões do partido e com a UBM.

Nos anos de 2009, 2010 e 2011, abriu uma microempresa individual, pois estava cansada da vida militante e precisaria de um bom período para se estruturar e se organizar. Mesmo que tenha tido sucesso no sentido profissional, não aguentou por muito tempo ficar longe do movimento, uma vez que continuou recebendo e-mails com diversos convites e conversas. Analisou, portanto, que seu filho já estava com mais de um ano e percebeu que a vida de empresária não era o perfil dela. Para Renata a vida orgânica, a vida de reunião, ato, a vida, portanto, de militante, é o que ela gosta. Quando resolveu voltar para a militância, a UBM se reorganizou e participou de vários conselhos, fóruns, comitês...

Foi quando se inseriu também na organização da Marcha das Vadias, a qual Renata passou a frequentar representando a UBM, uma vez que não participa de organizações autonomamente. Há três anos a UBM tem estado na organização da Marcha das Vadias, pois identifica que é uma das portas de entrada de muitas jovens no

feminismo sendo uma oportunidade de transmitir a política feminista em que acredita, que é a ideia do feminismo emancipacionista.

### **3.5. Quinta Personagem: a autonomia como ética de vida**

Bianca é uma mulher branca, cisgênera, de 27 anos. Seu exercício cotidiano pela cidade perpassa diferentes caminhos, ficando difícil definir Bianca enquanto uma única ocupação, seja de educadora social, de estudante, de ativista, de feminista. Além de estar inserida no meio acadêmico, Bianca ocupa um grande tempo de sua vida em seu trabalho e sua militância que estão relacionados com questões de saúde mental e com a população em situação de rua, fazendo do cotidiano sempre uma surpresa, através de muita empatia e deslocamento de seus privilégios. Eu e Bianca nos encontramos na minha casa, uma vez que temos intimidade e a conversa acabou por não ser muito longa, talvez por já nos conhecermos demais, pincelou brevemente alguns acontecimentos de sua vida que foi associando a sua prática militante e feminista.

Bianca, assim como outras feministas que aparecem nesse trabalho, tem um histórico de mulheres violentadas em sua família. A sua avó, durante toda a sua vida de casada, foi espancada pelo seu avô, que, além de bater em sua esposa, batia também em suas filhas, sendo uma delas mãe de Bianca. Sua mãe nasceu e cresceu nesse contexto, e desde que Bianca era pequena ouvia a sua mãe falar que nenhum homem mais bateria nela. Ao mesmo tempo, portanto, que nenhum homem mais bateu nela, ela acabou casando com um homem que a violentava de outras formas, que não física. Ao mesmo tempo, Bianca pode conviver e observar sua mãe, em vários momentos, enfrentando fortemente situações relacionadas a violências de homens, o que acredita que a pode ter influenciado, uma vez que se constituía como um exemplo de mulher forte. Bianca enxerga esses fatos enquanto uma herança e repete, assim como sua mãe, que nenhum homem irá bater nela. Complementa, ainda, que nenhum homem irá agredi-la de nenhuma forma. Essas vivências levaram Bianca a pensar isso não só em relação a sua vida, mas também sobre a situação de todas as mulheres: que nenhuma mulher, portanto, tenha que passar por quaisquer situações de violência.

Bianca, depois de ter ingressado na universidade, passou a se envolver com os movimentos sociais. A partir de uma movimentação relacionada à oposição de um grupo de direita que estava há muitos anos no diretório central de estudantes da

universidade em que estuda, passou a se integrar ao movimento estudantil de forma ativa. Nesse movimento, foi tendo acesso a autoras feministas e despertando, também, outras questões sociais. Mesmo que a questão de gênero tocasse Bianca mais profundamente, ela participou de diversas outras organizações dentro do campo das políticas, inclusive os movimentos contra o aumento das passagens em 2013.

Nesse processo de inserção nos movimentos, ela foi encontrando espaços, pessoas e mulheres que contribuíram para que pudesse pensar que essa luta deveria ser coletiva mesmo, que não existiria outro jeito. Além disso, durante a sua participação ativa no movimento estudantil, pode ir percebendo como eram as práticas dos partidos e as disputas de poder internas. Esses aspectos, para Bianca, eticamente não faziam sentido, mas foram fazendo com que ela se identificasse com espaços e pessoas que têm como prioridade de luta a autonomia. Com o tempo, foi se inserindo em cada vez mais espaços diversos e percebendo que a academia é um mundo bem pequeno perto de outras possibilidades mais efetivas de luta.

A partir desse momento, Bianca uniu-se, também, na construção da Marcha das Vadias, da qual participou ativamente desde a segunda edição. Passou a colocar a luta que envolve o feminismo enquanto uma prioridade em sua vida. A participação de Bianca na construção da Marcha foi turbulenta, uma vez que sempre defendeu a autonomia e a não cooptação de partidos políticos no processo. Bianca se identifica, assim, com o anarcafeminismo, tendo sido acusada de “autonomista”, em tom pejorativo, por outras pessoas que compunham movimentos em comum a ela, entre eles o espaço de organização da Marcha das Vadias. Entende que a acusação remete à sua insistência em fazer presente os princípios anarquistas dentro da luta feminista, como a autonomia, a horizontalidade e a ação direta.

### **3.6. Sexta Personagem: a experiência de ser mulher negra em um contexto branco**

Encontrei Anita, mulher negra, cisgênera, de 25 anos, na faculdade de Psicologia, onde estuda. É estudante de uma universidade federal onde sua presença ainda se configura como uma resistência, por ser uma mulher negra e moradora da periferia. Entrei em contato com Anita para que fizéssemos a entrevista, uma vez que ela participou de uma performance que aconteceu na Marcha das Vadias no ano de 2014

composta por mulheres negras em que eu, emocionada após a apresentação, lembro de ter ido abraça-la muito sensibilizada. Conversamos sob uma árvore por alguns minutos. Anita manifestou que não havia tido a oportunidade de pensar anteriormente sobre muito do que estávamos conversando, tendo sido, portanto, uma conversa breve.

Em sua adolescência, quando tinha aproximadamente 14 ou 15 anos, teve a sorte, segundo ela, de participar de um grupo de jovens multiplicadores de cidadania, fomentado pela Themis<sup>17</sup>, ONG Feminista de Porto Alegre. Essas atividades aconteciam nas vilas, em que chamavam as “gurias periféricas” para dar aula sobre gênero, sobre o que é ser mulher, entre outros assuntos relacionados ao feminismo. Foi, portanto, o primeiro contato de Anita com essa temática num sentido mais “teórico”. A partir daquele grupo, foi formada uma amizade com as meninas participantes, as quais começaram a questionar elementos que antes dessa experiência nunca haviam pensado. Anita passou a se interessar pelo assunto e a pensar que gostaria de fazer parte disso, fazer parte do feminismo. Nesse momento, ainda não lia muitas coisas a respeito. O contato que ela tinha era participar dessas aulas e discutir com o grupo.

Depois, quando entrou na universidade, passou a participar de um grupo de meninas que conversavam também sobre questões relacionadas ao feminismo, e foi percebendo várias questões machistas que apareciam dentro e fora da universidade. Nesse momento despertou para perceber a relação com o seu pai e com seu irmão que hoje enxerga como sendo muito machistas. A partir disso, foi percebendo várias questões atravessadas ao machismo e foi quebrando muitos paradigmas. Nesse momento, criou uma página no *facebook* chamada “A Mulher Negra e o Feminismo”, que, atualmente, apresenta 72.671 “curtidas”. A criação dessa página veio de um interesse em conhecer mais a respeito da relação da mulher negra com o feminismo.

Esse interesse de Anita emergiu da observação de que o feminismo é muito branco, principalmente em Porto Alegre, onde diversos grupos são compostos majoritariamente por mulheres brancas, enquanto as negras são sempre poucas, e, ainda,

---

<sup>17</sup> A THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. Sua missão é ampliar as condições de acesso à justiça. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre (RS/Brasil). (...) A THEMIS concentra sua atuação na promoção de uma rede de apoio e enfrentamento formada por diversos segmentos para compartilhar, elucidar e defender os direitos fundamentais das mulheres. Desde a sua criação a ONG desenvolveu 15 programas de formação de Promotoras Legais Populares e Jovens Multiplicadoras de Cidadania (JMCs). Informação retirada do site: <http://themis.org.br/somos/historia/> Acesso em: 27/03/2016

sempre acabam fazendo o papel de chamar atenção para o recorte de raça dentro da discussão de gênero. Nesse momento, quando criou a página, passou a escrever para o site “Blogueiras Negras” (blogueirasnegras.org) e conseguiu todo o aporte de mulheres que não estão no Rio Grande do Sul, mulheres de outras localidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, que tinham um conhecimento mais profundo em relação ao feminismo negro. Anita aprofundou, então, um conhecimento mais teórico, aprendeu muito, escrevendo, lendo o que era escrito por blogueiras negras e também por teóricas negras mais conhecidas e consolidadas.

Anita considera esse crescimento muito importante em sua trajetória. enxerga essa estratégia virtual de ter acesso à informação muito importante, uma vez que entende que, naquele momento, aprendeu mais com mulheres que não estão ao redor dela, do que com as em que convive diariamente. Ao mesmo tempo, entende que o feminismo não necessariamente tem relação com essas questões teóricas que foi aprendendo, mas, também, com a vivência cotidiana. Para ela, uma mãe periférica que cuida de três filhos sozinha é feminista também, mesmo não havendo esse “rótulo”. Na trajetória de Anita, ela pôde ver muitas mulheres enquanto crescia com esse perfil. Sua mãe, por exemplo, cuidava dos cinco filhos mesmo que seu pai compartilhasse o mesmo espaço, não contribuía da mesma forma. Pôde ver, portanto, sua mãe tendo que arcar com todas as coisas e sendo uma mulher duplamente forte.

Anita participou da Marcha das Vadias pela primeira vez em 2012 com sua melhor amiga, que é negra, e outras amigas brancas. Relata ter se sentido “*em um mar de mulheres brancas*” e não se sentindo identificada com muitas das questões colocadas pelo coletivo. Ao mesmo tempo em que sentiu que o espaço era potente por estar entre mulheres, não se sentia completamente representada. Esse assunto, em relação ao feminismo atravessado à questão de raça, foi levado ao coletivo em que fazia parte na universidade, o “Negração”, onde pôde sentir que os companheiros tratavam diferentemente as mulheres, dentro do próprio grupo. Dessa forma, um grupo se organizou para fazer uma intervenção na Marcha das Vadias de 2014 questionando o quanto se sofria machismo dentro do coletivo e o quanto elas sofriam racismo dentro do movimento feminista.

Anita considera que o seu feminismo é o feminismo negro e também, às vezes, recorre ao termo feminismo interseccional, uma vez que acredita em um feminismo em que sejam bem-vindas todas as mulheres e em que os diferentes recortes possam ser

pensados e visibilizados. Salienta que uma mulher trans não passa pela mesma experiência que uma mulher cis irá passar, e poder entender que essa mulher é diferente, poder recepcionar ela dentro do feminismo, é o que se deve fazer, uma vez que o feminismo deve dar um apoio e um aporte para todas as mulheres. Ao mesmo tempo, gosta de salientar a questão do feminismo negro por se reconhecer, também, a partir da identidade da negritude.

### **3.7. Sétima Personagem: as possíveis masculinidades no feminismo**

Eu e Marcos nos conhecemos desde um pouco antes de minha inserção no mestrado, uma vez que somos colegas do grupo de pesquisa. Nossas conversas e debates ao longo dos últimos dois anos sempre me fizeram pensar e me deslocar do meu lugar comum de mulher cisgênera. Marcos é um homem trans, branco, gay, de 28 anos, que percebe o feminismo como uma porta de entrada para repensar as próprias normas de gênero que atravessavam o seu corpo, tendo podido também colocar em questão o sujeito do feminismo em diferentes debates. Num momento inicial do campo da pesquisa, eu havia pensado em entrevistar apenas mulheres, cis ou trans, mas pela dificuldade de encontrar mulheres trans que haviam participado da Marcha das Vadias de 2014 e quisessem relatar os acontecimentos – o que é um fato a ser analisado e discutido, Marcos se ofereceu para contar um pouco da sua participação no evento, uma vez que a primeira vez que ele esteve presente em 2012 ainda era reconhecido socialmente enquanto mulher, diferentemente das suas duas últimas participações, em 2013 e 2014.

A presença de Marcos nesse trabalho não serve apenas para deixar o cenário mais “diverso”, mas serve, principalmente, para demarcar um local político e de fala que tem um efeito significativo dentro do movimento feminista de Porto Alegre: o do transfeminismo. Encontramo-nos em minha casa e, a partir de uma conversa leve, pudemos falar sobre como a questão trans aparece no feminismo e na Marcha das Vadias. Portanto, a trajetória aqui contada por Marcos, concentra-se em como ele foi sendo despertado pelas suas inquietações em relações às normas de gênero.

Aproximadamente pelo ano de 2010, Marcos, estudante de Educação Física, estava fazendo uma disciplina no seu curso, chamada história da educação física. Nessa disciplina, começou-se a discutir algumas questões a respeito da história do esporte de

forma que visibilizasse aquilo que não era contado. Nesse momento, passou a se falar das mulheres a partir de uma perspectiva no gênero, uma vez que essa história muitas vezes é apagada. Isso fez com que Marcos passasse a se questionar a respeito de algumas questões que foram o levando a querer saber mais. Passou a buscar alguns textos na biblioteca sobre a temática. Ainda, em outra disciplina em seu curso de Educação Física, relacionada à cultura e à antropologia, o seu professor falou em feminismo, sendo a primeira vez que Marcos havia ouvido falar dessa palavra dentro da universidade. Isso causou-lhe um estranhamento, uma vez que tinha a sensação de que feminismo se tratava de uma palavra um tanto quanto proibida nesse contexto, que era associada a alguma coisa “ruim”, de mulheres que tinham ideias malucas e que queimavam os sutiãs.

Em 2012, Marcos estava com a sua irmã e amigos e alguém deu a sugestão: “vai ter Marcha das Vadias hoje, vamos?”. Marcos então se juntou à Marcha e acredita esse ter sido seu primeiro contato com o movimento, mesmo sem, até então, considerar-se feminista. Nessa época, portanto, de 2012 era um momento de pré-transição, uma vez que Marcos ainda estava vivendo e sendo reconhecido enquanto mulher. Nessa Marcha das Vadias houve um fato que marcou a trajetória de Marcos, que foi o ato de tirar a camisa em público. Marcos entende que teve um significado libertador em sua vida, pois fez parte da possibilidade de se libertar um pouco das regras de gênero que estavam impostas a ele na época. Poder desviar dessas regras, quebra-las, permitiu-lhe explorar certas experiências que, depois, vieram a fazer parte de sua trajetória, podendo, assim, assumir-se enquanto homem.

Antes dessa experiência, portanto, Marcos entende que estava vivendo sob um sistema rígido de regras de gênero em que feminismo era quase um palavrão. Hoje, para ele, tirar a camisa em público compõe outro significado e é atravessado por outras regras de gênero diferentemente de quanto ele era reconhecido socialmente enquanto mulher. Hoje, quando ele tira a camisa, subverte algumas regras cissexistas que buscam invalidar vidas como a dele e a de outras pessoas trans. Mas, para isso acontecer, para ele também se sentir forte e com argumentos, refere que primeiro precisou ter passado pela experiência e pelo contato com o movimento feminista. Marcos entende que essa experiência, tanto de tirar a camisa em público, quanto em ter participado da Marcha das Vadias pela primeira vez, quanto a se envolver com o movimento feminista, fez

parte do caminho que percorreu para poder se assumir como homem, atravessado a outras questões.

A partir dessa experiência, também, passou a procurar espaços políticos para se inserir e passou a procurar espaços anarquistas e libertários. Esteve na Feira do Livro Anarquista de 2012, por exemplo, em que participou de uma oficina exclusiva para mulheres, o que soa bastante engraçado para ele hoje em dia. Mesmo estando presente, Marcos não se sentia à vontade em ocupar aquele espaço. Ele sabia que tinha um desconforto muito grande em relação ao seu gênero. Por se incomodar, enxergava o feminismo uma maneira de resolver isso. Porém, ao mesmo tempo, aquelas atividades oferecidas, que eram anarquistas, feministas e exclusivas para mulheres, ainda não tinha a ver com Marcos: “*não era eu*”.

O anarquismo, para Marcos, esteve junto compondo a sua trajetória, uma vez que passou a se questionar sobre assuntos como repressão e poder, pensando outras maneiras de vida mais livre. Nesse momento, não estava tão interessado em uma política que envolvia questões mais globais, mas em pensar em se libertar de repressões, mais ligadas à vida pessoal. Passou a frequentar, portanto, espaços e a conhecer pessoas que se identificavam com o anarquismo. Participou de alguns movimentos políticos, como as manifestações contra o aumento das passagens.

Como uma atividade política e coletiva, Marcos fomentou oficinas de defesa pessoal em relação às questões de gênero, inclusive em uma das edições da Marcha das Vadias. Inicialmente, tentou fazer oficinas mais voltadas para as mulheres, na época em que ainda achava que era mulher, mas por razões que não entendia na época, não davam certo. Além dessas participações, também, dentro da universidade passou a buscar mais espaços que se relacionavam com essa temática. Dessa forma, na academia, acabou seguindo essa direção, fazendo parte, hoje, de um grupo de pesquisa que discute gênero, sexualidade e raça.

Marcos se considera uma pessoa feminista, uma vez que apoia os valores de igualdade de gênero. Entende que pelas questões trans serem prioridade em sua militância, se coloca publicamente enquanto transfeminista. Ao mesmo tempo, entende que, por estar circulando, atualmente, em espaços mais masculinos, sobretudo relacionados ao ativismo de homens trans, acaba não estando tão presente em certos espaços feministas. Em muitos deles, acaba por não se sentir convidado, mesmo tendo os mesmos valores sobre as questões de gênero. Isso acontece, pois o modo que ele se

relaciona com essas questões acaba não sendo em um espaço feminista. Percebendo que esse é um espaço de protagonismo de mulheres e, por ele não ser mulher, acredita que não tem tanto o que contribuir, considerando-se, por isso, mais um apoiador do feminismo do que um protagonista.

### **3.8. Oitava personagem: a violência machista como disparador de revolta**

Carol tem 27 anos, é estudante de administração, mulher, branca, heterossexual e cisgênera. Conhecemo-nos durante a organização da Marcha das Vadias de 2014, em que atravessadas por diferentes debates e discussões, nossa relação, naquele momento, não se configurou em uma amizade. Depois de um tempo, portanto, fiz o convite para que conversássemos a respeito daquele acontecimento para que a história pudesse ser recontada. Carol prontamente aceitou o convite e veio em minha casa, o que também foi uma oportunidade para estarmos mais próximas. Contou dos acontecimentos da organização daquela Marcha com muitos detalhes, sendo a sua principal ênfase durante a entrevista.

Carol foi criada apenas por sua mãe, a qual se separou de seu pai quando ela tinha aproximadamente dois anos. Carol aponta que sua mãe foi mãe solteira, assim como Carol é hoje. Seu pai nunca pagou pensão, nunca ajudou de nenhuma forma. Sua mãe conta que fazia coisas que hoje Carol faz com o pai de sua filha, que é dizer “ah, teu pai ligou, te mandou um presente”, enquanto, na verdade, sua mãe que tinha comprado. Então, sempre foi filha de mãe solteira e viu sua mãe fazendo tudo para criá-la, desde o sustento. Lembra em ver sua mãe cozinhando às 11h da noite para elas terem o que comer no dia seguinte. Lembra de já ter ficado sozinha, em casa, com febre, para a sua mãe ir comprar remédio. De vê-la também fazendo serviços da casa, como trocar lâmpada e colocar rejunte no banheiro. Acredita que todas essas vivências a fortaleceram, pois via que a mulher pode ser forte. Sua mãe nunca se relacionou com outros homens e Carol acredita que isso foi importante, pois nunca cultivou a ideia romântica de um relacionamento heterossexual, nunca foi de namorar muito. Acredita, portanto, que essa foi a base que a construiu.

Em 2013, quando voltou a morar em Porto Alegre, após um intercâmbio e de ter morado em São Paulo um tempo com o pai de sua filha, viu toda a movimentação em Porto Alegre contra o aumento das passagens e foi quando começou a se inserir nos movimentos sociais. Antes de voltar, havia passado por um momento pesado, uma vez

que havia se divorciado do pai da sua filha, passado por processos da Lei Maria da Penha, por tentativa de sequestro de sua filha e por corte de pensão. Considera que chegou ao fundo do poço e a inserção nos protestos, em alguns grupos políticos e também a participação da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi contribuindo para que Carol pensasse questões políticas mais ativamente.

No final desse ano, de 2013, Carol conheceu uma menina, tornaram-se amigas e passaram a militar juntas. Hoje, Carol considera que era uma militância “verde”, uma vez que pautavam o feminismo, porém sem recortes como de raça e de classe. Carol acredita que por ter passado por toda a experiência anterior com o pai de sua filha, sabia na pele o que era abuso contra a mulher, que tudo o que havia passado era machismo, misoginia e que várias mulheres passavam por coisas ainda muito piores. Isso foi trazendo uma indignação muito forte, pensando que nada daquilo estava certo e de que algo deveria ser feito. Aí foi quando começou a se interessar por questões também teóricas do feminismo e a materializá-las em ações políticas.

A primeira coisa que fez foi criar um coletivo chamado “Divergentes”, junto com essa amiga. Muitas das meninas que militam, conversam e são amigas hoje de Carol surgiram nesse momento. Uma ação importante desse coletivo, lembrada por Carol, foi o “Biquinaço”, que aconteceu 30 de novembro de 2013, no Parque da Redenção. A descrição do evento no *facebook* dizia: “Independente do formato de nossos corpos, vamos nos divertir e gritar contra os padrões de beleza que oprimem a todxs. Contra a ditadura da magreza obrigatória, contra a pressão para o corpo "escultural" como condição para expô-lo”<sup>18</sup>. Lembra que várias pessoas foram, e chamou-lhe muito a atenção haver pessoas bastante fora do “padrão”, que estavam ali na Redenção usando biquíni, enquanto Carol havia passado o dia inteiro sem comer porque iria colocar um biquíni num evento feminista.

Por outras feministas perceberem que Carol era envolvida e organizada, chamaram-na para começar a construir a organização da Marcha das Vadias de 2014, aproximando-se, portanto, de outras meninas envolvidas no movimento. Antes disso, havia participado de uma Marcha das Vadias no ano anterior, sem estar na organização, e lembra que tinha um pensamento moralista, pois não entendia porque havia mulheres que tiravam a roupa, por exemplo. Logo em seguida, durante a organização da Marcha

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/events/600580683345677/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2016.

de 2014, começou um debate a respeito de diferentes nomenclaturas como: “feminismo radical”, “feminismo liberal”, “transativismo”, “transfeminismo”. Essa discussão acabou levando Carol a escolher um “lado” e passou a militar naquele lado. Passou, então, a se organizar em grupos que se nomeavam feminista radical. Com o tempo, passou a se desiludir com o movimento e resolveu trazer o feminismo mais para ações diárias do seu entorno do que algo organizado com outras pessoas.

Atualmente, tem pensado, junto a outra menina, propor uma cooperativa de mulheres, que é um projeto que acredita que ainda não tem muita “perna” para seguir. A ideia seria desenvolver junto com mulheres da periferia algo que pudesse gerar renda, com o objetivo de trazer mais autonomia financeira para as mulheres, a partir de um trabalho coletivo. Acredita que, primeiramente, deve-se ter uma autonomia financeira entre as mulheres para que se possa sair de alguma situação de violência em que vivem. Acredita que esse deva ser um trabalho de conversa com essas outras mulheres, especialmente de troca, para que não se reproduza uma postura “colonizadora”.

Carol, mesmo não estando atualmente participando ativamente do movimento, sente-se muito alinhada com a teoria radical, pois entende que ela tem muitas respostas ao que viveu em sua vida. Percebe que nesse último ano existiu muito desvirtuamento em relação à teoria, pois começaram a surgir muitas meninas se dizendo “radical” sem se apropriar, de fato, do que a teoria se propõe. Por isso, prefere se identificar apenas como “feminista” e *“se tem teorias liberais que me agradam, se tem teorias anarquistas que me agradam e servirem para o que eu acho que no final é o grande objetivo, a gente terminar com o patriarcado, eu não teria problema em aplicar, eu não deixaria de ler um livro porque ele é anarquista. Mas, enfim, eu me sinto bem mais alinhada como radical, é o que traz mais respostas”*.

### **3.9. Quadro das personagens**

Jéssica – mulher, branca, bissexual, mãe, 29 anos, trabalha em agência publicitária, histórico de violência contra as mulheres na família, organizadora da Marcha das Vadias desde a primeira edição, Rede Relações Livres, feminismo marxista e feminismo radical.

Marta – mulher, cis, branca, lésbica, 28 anos, estudante, intercâmbio na Europa, movimento estudantil de gênero e questões LGBTTT, anarquismo, feminismo interseccional.

Renata – mulher, cis, parda, bissexual, mãe, 35 anos, natural de Alegrete, filiada a partido político, assessora parlamentar, sofreu violência familiar, engajada politicamente desde sua adolescência, se muda para a capital com 18 anos, participa da UBM, feminismo emancipacionista.

Bianca – mulher, cis, branca, 27 anos, estudante, educadora social, ativista, a família ter histórico de violência contra a mulher, movimento estudantil, anarquismo, anarcafeminismo.

Anita – mulher, cis, negra, moradora da periferia, 25 anos, estudante, moderadora de uma página no *facebook* sobre feminismo negro, feminismo negro e interseccional.

Marcos – homem, trans, branco, gay, 28 anos, participação da Marcha das Vadias como importante no processo de identificação do seu gênero, estudante, anarquismo, transfeminismo.

Carol – mulher, cis, heterossexual, mãe, 27 anos, estudante, criada pela mãe, já fez intercâmbio, sofreu violência do pai de sua filha, participa de atividades políticas na cidade, alinhada ao feminismo radical.

#### **4. TRETAS E RACHAS**

Essas diferentes personagens descritas no capítulo anterior compuseram o acontecimento que será mais bem apresentado e analisado no presente capítulo: a ruptura, ou o “racha”, da Marcha das Vadias de 2014. A Marcha das Vadias tem uma breve história, em que tal “racha” não foi isolado de outras organizações anteriores. Primeiramente, buscar-se-á mostrar como as personagens entrevistadas narram o histórico da Marcha, depois, como essas “tretas” vão tomando forma ao longo do tempo. Nem todas as pessoas entrevistadas participaram das Marchas das Vadias anteriores, tampouco efetivamente da organização de 2014. Por isso, as falas aqui

relatadas acabam se resumindo a algumas participantes, como por Marta, Carol, Marcos, Renata e especialmente de Jéssica.

É possível observar que muitos dos relatos que envolvem as “tretas” são trazidos, principalmente, por Jéssica nas entrevistas, por ela ser e entrevistada que identificamos como tendo participado mais ativamente desse cenário. São apresentados também alguns trechos, impressões e experiências, de forma breve, que explicitam a participação das outras pessoas entrevistadas nas Marchas anteriores, mesmo que não tenham participado das “tretas” propriamente. Temáticas como a confluência de data com outra Marcha importante na cidade; disputas dos partidos políticos em ano de eleição, incluindo o debate do uso de bandeiras ou não com as pessoas autônomas e anarquistas; quais assuntos apareceriam no folder, que envolvia o debate em relação à população trans; discussões pessoais com pessoas de “gênio forte”; moderação da página virtual no *facebook*; cansaço físico pessoal e a participação de homens, são alguns itens que podem ser percebidos como fomentadores de algumas discórdias ao longo das Marchas anteriores a de 2014 e que possuem relação com o cenário que possibilitou a emergência do “racha” daquele ano.

Posteriormente, buscar-se-á recontar o acontecimento do “racha”, a partir, também, das narrativas das personagens. É possível perceber que existem várias categorias de acusações, várias formas de compreender esse momento, já que está tomado por emoções e sentimentos de quem participou. Aqui, neste capítulo, analisaremos esses diferentes desentendimentos a partir dos relatos das personagens. As principais motivações que acabam sendo apresentadas pelas personagens como justificativa do “racha” envolvem os debates em torno das pessoas trans, a transferência da data da Marcha de forma não explícita (o que reverbera na acusação de haver uma organização hierárquica), assim como a escolha do trajeto.

Por final, busco ilustrar que feminismos são esses que aparecem no campo, a partir das falas das personagens e de uma revisão bibliográfica, de forma a contextualizar a pluralidade de identidades que puderam ser observadas ao longo do trabalho e a fim de ilustrar que feminismos são esses que compõe as “tretas” e “rachas”. Ainda, que características são essas que fazem com que os feminismos muitas vezes não consigam dialogar entre si.

#### **4.1. Marchas Anteriores: as “tretas” que perpassam a Marcha das Vadias de Porto Alegre sendo contadas por quem participou**

A primeira Marcha das Vadias de Porto Alegre aconteceu no mesmo dia da “Marcha da Liberdade” de 2011. A Marcha das Vadias tinha se popularizado em diferentes cidades do Brasil e do mundo. Uma menina que mora no Rio de Janeiro, que é não-monogâmica e fazia parte da Rede Relações Livres, estava em Porto Alegre para fazer parte do EFALAC (Encontro Feminista Autônomo Latino-Americano e Caribenho) e começou a incentivar fortemente outras meninas a organizar a Marcha das Vadias em Porto Alegre, já que no Rio de Janeiro havia sido um sucesso. As meninas que foram chamadas por ela foram pesquisar para se informar, sem saber que a Marcha iria tomar as proporções que tomou. Isso, pois, muitas das meninas chamadas já tinham uma vivência feminista anterior, estavam acostumadas a fazer outras marchas, como no dia 8 de março, como no dia pela legalização do aborto, as quais nos últimos anos, segundo Jéssica, havia sido “um fracasso”.

Essa menina do Rio de Janeiro fez um grupo no *facebook*, que é o mesmo até hoje, em que atualmente tem 7.602 membros, e adicionou aproximadamente umas 10 pessoas. Dentre elas estavam mulheres da “*militância alternativa, digamos, de Porto Alegre, de vertentes muito diferentes*” (Jéssica), mas que se reuniam dentro da Rede Relações Livres. Importante ressaltar que essa menina do Rio de Janeiro é anarquista, e convidou muitas meninas anarquistas também para participarem, enquanto a RLi não é anarquista, pois se identifica enquanto comunista-marxista. Essas mulheres, então, começaram a insistir na ideia de organizar a Marcha das Vadias de Porto Alegre. Nisso, quando se deram conta, a possibilidade seria para três semanas em seguida, junto com a Marcha da Liberdade que reuniu várias outras marchas e causas, inclusive, sendo organizada por muitas pessoas que faziam parte da organização da Marcha da Maconha. Segundo Jéssica *rolou vários estresses, porque a galera da Marcha da Maconha são uns escrotos, assim, rolou várias tretas na organização, rolou vários incômodos.*

No ano seguinte, 2012, decidiram, portanto, fazer a Marcha das Vadias sem se envolver com as pessoas que estavam organizando a Marcha da Maconha, em um dia separado. Então, aconteceu de marcarem a Marcha das Vadias para um sábado e a Marcha da Maconha foi anunciada para o mesmo sábado, o que fez com que percebessem que as marchas não estavam se conversando. Dessa forma, decidiram não

fazer as marchas juntas e fazer no dia seguinte, portanto, no domingo. Jéssica conta que essa Marcha de 2012 foi um grande evento, que conseguiram fazer divulgação, folder, cartaz, festa, colagem, *acho que das marchas foi a melhor organizada*, Jéssica.

Em relação às tensões dentro da organização da Marcha das Vadias, Jéssica pontua que a primeira que ela percebeu foi entre anarquistas e comunistas, que entende ter sido o mesmo motivo do “racha” da Marcha de 2014. Jéssica percebe que desde quando começou a ser organizada a Marcha das Vadias de 2012 algumas pequenas coisas começaram a incomodar: havia participantes que reclamavam da falta de pauta na reunião, que reclamavam quando alguém fazia uma cobrança de tarefa não cumprida, enquanto, por outro lado, havia gente que se incomodava que as meninas se incomodavam com a cobrança das tarefas, *várias pequenas tretinhas que foram assim gerando algumas animosidades*, conta Jéssica.

Ainda, além das questões de organização internas, a segunda Marcha, de 2012, portanto, ainda teve o agravante de ser no período pré-eleitoral. Foi em maio daquele ano, na véspera do TRE abrir as candidaturas. Então, os futuros candidatos já estavam se organizando. Com isso, começou a haver divulgação de candidatura na página da Marcha das Vadias no *facebook*. Nesse momento, acabou-se criando uma falsa polêmica que a página de Marcha estaria servindo de espaço para as pessoas divulgarem suas campanhas partidárias. Foi feita uma reunião em que foi dito *ó, pessoal, por uma questão de bom senso, independente ser ou não de ser de partido, se for divulgado do PT, do PSTU, vai ter que divulgar do PP, vai ter que divulgar de todo mundo*, conta Jéssica. Por isso, chegaram à conclusão de que se fosse permitido que se publicasse campanha política dentro da marcha, *o negócio ia... por água abaixo*.

Isso, pois a comunidade do *facebook* havia virado um espaço de debate, em que no início, por ter pouca gente, era um local virtual que possibilitava discutir *coisas legais*. Com esse debate partidário, acabou ficando exaustivo e quando a Marcha daquele ano acabou estava todo mundo *podre, cansado, morrendo*. Com isso, algumas pessoas foram largando o grupo de organização, restando apenas Jéssica, outra menina anarquista, e mais uma que também era bem ativa na organização e que fazia parte do RLi. Eram as três gerenciando *aquela treta* da comunidade no período eleitoral. Nesse momento, alguns posicionamentos foram se acirrando e algumas *tretas* foram ficando

mais tensas, principalmente entre Jéssica e a menina anarquista, que, segundo Jéssica, *tem um gênio muito parecido* com o dela.

Quando acabou a eleição, em outubro, a organização da página virtual da Marcha tinha se configurado em um *puta tretão que tinha se tornado já uma questão pessoal*. A “tretã” foi acontecendo durante três meses de uma forma constante, setembro, outubro, novembro. Em novembro, algumas pessoas se deram conta de que já era importante começar a organizar a próxima marcha. A terceira Marcha das Vadias começou a ser organizada em dezembro de 2012. O processo de organização dessa Marcha deu uma arejada, pois muitas das pessoas que haviam organizado a anterior e estavam participando de tantas brigas, não queriam organizar a de 2013. Nesse momento, várias pessoas novas começaram a participar, o que deu uma aliviada nas tensões.

Anteriormente à Marcha de 2013 acontecer, a organização divulgou a possibilidade de fomentar oficinas que aconteceriam em um assentamento urbano no centro da cidade. Marcos lembra que foi uma oportunidade que teve para conhecer novas feministas, pois propôs duas atividades: uma oficina de defesa pessoal e outra temática, que não se recorda bem. Inclusive, lembra que alguma das oficinas estava com o seu nome de registro em algum lugar no *facebook* e ele pediu para que fosse tirado logo depois. As oficinas funcionaram com uma pré-inscrição e as pessoas que participavam também se inscreviam. Antes das oficinas, a organização chamou para uma reunião da Marcha, na qual Marcos lembra que conheceu Jéssica. Refere não saber se ela e outras pessoas da organização já tinham algum pensamento formado sobre pessoas trans, mas não recorda de isso ter entrado em questão naquele momento. Outra memória de Marcos em relação a essa Marcha é que, dessa vez, ele já não tirou mais a blusa, pois aquilo tinha deixado de fazer sentido para ele. Lembra, também, que estava, em 2013, com um colega de grupo de pesquisa que estava usando saia, e *homens de saia* acabou se tornando uma temática polêmica no decorrer das Marchas.

Em 2013 a Marcha foi um pouco menos organizada, mas, em função do processo das “Jornadas de Junho”, que configurou um ano bem ativo politicamente, o número de pessoas na comunidade do *facebook* aumentou em muito. Durante a organização dessa Marcha, muitas das questões não entraram em consenso, explicitando, novamente, um momento de “tretã”. Uma delas foi a questão do panfleto

que, se no ano anterior havia sido feito com muita calma, com uma arte gráfica bonita e explicativo, nesse ano só foi feito para *tapar buraco* conforme refere Jéssica. A organização fez três comissões para escrever o texto e, por não haver consenso em diferentes questões, saiu um texto muito pequeno, só com o que todas concordavam. Jéssica analisa que muitas coisas que foram vetadas poderiam ter sido mais bem discutidas e aprofundadas. Depois de passar um mês em uma discussão sobre o que poderia ir e o que não poderia, foi mais fácil fazer um texto curto do que problematizar os diferentes pontos: *Meio que a gente fez um folder só pra dizer que tinha um folder*, relata Jéssica. Foram impressos dois mil panfletos em preto e branco distribuídos no centro da cidade. Um dos pontos, inclusive, que Jéssica entende enquanto uma disputa política, foi a questão de pautar as pessoas trans dentro da divulgação da Marcha. Nesse momento, não foi colocado nada relacionado a pessoas trans no panfleto, pois não houve consenso, diferentemente de 2012, quando a população trans foi citada enquanto uma população vulnerável a assédios e violência.

Dentre as problemáticas que foram levantadas no decorrer da organização dos atos contra o aumento das passagens, estava a questão das bandeiras de partido, o que acabou se refletindo na organização da Marcha das Vadias. A Marcha das Vadias naquele ano teve umas 4 mil pessoas, *que foi linda, que foi maravilhosa, mas assim, ela acabou e aí a gente tava puta estressada com as coisas da marcha, já tinha desembolado de novo o atrito entre o pessoal comunista e o pessoal anarquista, por causa da história das bandeiras de partido*, conta Jéssica. Nesse momento, já havia virado guerra de novo, *porque não pode bandeira, porque pode bandeira* (Jéssica). Quando acabou a Marcha daquele ano, a organização e a moderação da página do *facebook* já estavam mais esgotadas. Nesse momento, ao invés de

*administrar 2 mil pessoas num ato, numa comunidade com mil pessoas, a gente estava administrando 4 mil pessoas num ato, numa comunidade com 3 mil pessoas. Assim...com um monte de administrador na comunidade que tava ali porque tinha sido colocado há um tempo atrás... aí a gente saiu da Marcha querendo organizar comunidade do facebook sem consenso nenhum, porque as pessoas já tavam puta da cara uma com a outra, não queriam nem olhar na cara, tendo que administrar falta de grana, porque tinha saído panfleto do bolso de uma, festa*

*do bolso de outra, microfone sumiu na festa... (...) Aí a gente passou todo o período Pós-marcha administrando as tretas que tinham vindo da Marcha. Com alguns problemas que tinham surgido assim, (...) pra enfeitar o bolo. (...). A gente já tinha se consolidado quanto referência, então a gente tinha muitas meninas nos procurando pra resolver outras tretas aleatórias que não eram da Marcha. Assim, menina que tinha sido colocada pra fora de casa, questão de abuso, questão de aborto... então a gente estava administrando uma rede de apoio pra mulheres, só que sem uma rede de apoio, o que dificultou muito o trabalho”, relata Jéssica.*

Bianca, que se identifica enquanto anarca-feminista, analisa esse fato da discussão em relação ao uso ou não de bandeiras partidárias como fazendo parte de uma problemática que acontece com quase todos os movimentos sociais. Isso porque os espaços de militância que se propõem serem abertos e plurais acabam virando espaços de disputa por uma forma de pensamento. Bianca entende que esse ponto permeia a organização de uma Marcha como sendo um dos mais polêmicos. Ela complementa, que por ocupar um lugar na organização, de quem defendia o anarquismo e a autonomia, participou ativamente desse debate. Entendia que esse seu lugar era também em não deixar que outros coletivos usassem a pauta do feminismo e da popularidade da Marcha das Vadias para ter benefícios próprios.

Outra questão que foi aparecendo ao longo da organização da Marcha das Vadias, foi a presença de homens. No início, tanto na organização presencial quando na moderação virtual, havia homens participando ativamente. Essas diferentes “tretas” e problemáticas foram levando à exclusão desses homens da página do *facebook*, uma vez que começou a haver denúncias virtuais de mulheres em relação a eles. Dessa forma, não foi deliberado que homens não iriam mais organizar a Marcha, não houve um desgaste político debatendo a participação de homens, pois em determinado momento ficou inviável a suas participações, uma vez que havia meninas que começaram a reclamar. Com isso, os homens foram sendo excluídos da página do *facebook* *porque eles foram fazendo bosta* (Jéssica). Jéssica analisa que esse sentimento de insegurança com homens em espaços onde as mulheres estão fazendo processos organizativos acabou tomando conta do grupo de uma maneira geral, como relata:

*gerando desconforto em meninas que nunca tinham ouvido falar de nenhuma teoria feminista na vida e que não queriam estar numa reunião com caras porque, bom, já tinham acontecido “n” coisas e elas não queriam estar numa reunião com caras. E aí, bom, meio que naturalmente aconteceu esse processo de excluir homens das reuniões, excluíram homens da administração.*  
(Jéssica)

#### **4.2. Marcha das Vadias de 2014**

A primeira reunião para a Marcha das Vadias de 2014 foi convocada para novembro de 2013. Neste dia havia uma atividade do movimento negro, uma vez que ela aconteceu no final de semana da consciência negra. Isso fez com que muitas das mulheres do movimento negro que estavam lá se agregassem à reunião da Marcha, que começou logo em seguida à atividade programada, lembra Jéssica. Jéssica acredita que tenha sido uma das maiores reuniões que a Marcha já teve, com aproximadamente 40 pessoas. Na medida em que a Marcha foi se aproximando, o número de pessoas foi reduzindo. O grupo de organização que havia se consolidado até então foi fazendo, aproximadamente, uma reunião por mês, inclusive no verão. Em um dado momento se decidiu que não iria mais haver reunião aberta, apenas reunião por GT (Grupo de Trabalho), pois estava virando *zoeira*, fazendo-se referência ao fato de que as pessoas não se comprometiam. Dessa forma, as reuniões deixaram de ser divulgadas e passaram a ser fechadas.

Os GTs formados a partir desse momento eram de comunicação, de segurança, do trajeto. Cada um estava *tocando as coisas* independentemente: *aí quando a gente consegue, a gente meio que marca uma reunião geral* (Jéssica). Essa decisão de não divulgar mais as reuniões abertamente e, também, dos grupos se encontrarem de forma separada acabou gerando alguns efeitos. Essa forma de organização refletiu na falta de comunicação entre os GTs e na acusação de que as decisões eram tomadas em forma de cúpula, conforme aponta Marta.

Marta conta que dentre os diferentes movimentos que participava, a Marcha das Vadias considerou ser importante também frente ao coletivo em que participava. Dentro

do coletivo, compunha também o grupo uma mulher trans, em que essa experiência muito próxima, entre outras coisas, abriu o olhar de Marta sobre a transexualidade, fazendo com que o coletivo como um todo se posicionasse em um viés transfeminista interseccional. Além disso, Marta teve a experiência de morar na mesma casa com outras duas pessoas trans, um homem trans e uma pessoa não binária. Essas experiências contribuíram para que Marta percebesse essas vivências das pessoas trans de forma não ilusória, de forma “muito real, muito carnal, muito forte”, o que teve efeito na sua participação em relação às discussões da Marcha das Vadias naquele ano.

Marta vinha acompanhando alguns debates virtuais na página do *facebook* da Marcha das Vadias que explicitavam essas tensões em relação às pessoas trans, uma vez que, para ela, pareciam polarizadas entre as categorias “transfeminista” e “feminismo radical”. Participar desses embates virtuais foi gerando um incômodo muito grande em Marta e isso fez com que se aproximasse, efetivamente, da organização da Marcha daquele ano. Entende que esse embate não está presente só na Marcha das Vadias, mas que se apresenta como um embate teórico feminista como um todo. Além disso, sentiu-se muito incomodada quando ficou sabendo, através das pessoas que tinham ido às reuniões organizativas, que a Marcha das Vadias iria para frente do palácio da polícia.

Quando ela ficou sabendo disso, num momento em que faltava, aproximadamente, um mês e meio para a marcha, ela pensou *bem, agora eu tenho que tomar uma posição, porque eu, como pessoa, não iria pra frente da delegacia pedir nada, só iria na delegacia fazer uma denúncia, nunca para pedir* (Marta). Isso, pois, o grupo da organização que propôs a ida ao palácio de polícia alegava que iria pedir para que a polícia fosse mais eficaz nos processos de investigação da Lei Maria da Penha. Nesse momento, Marta passou a ir às reuniões organizativas e não havia tido um “racha” ainda, apenas embates. Primeiramente, pensou que dentro desses embates seria possível entrar em um acordo sobre um trajeto. Porém, quando esteve na reunião, diz ter percebido o quão ingênua estava sendo, que a questão era em relação a *egos de militância se batendo, eram organizações que tinham uma ideia hierárquica de organização, porque no momento que tu tomava uma decisão, essa decisão não podia mais ser revista, era uma coisa nada coletiva, assim, na minha ideia* (Marta).

Marta passou a ir, portanto, nas reuniões e percebeu que, por mais que houvesse embates, o trajeto não ia ser mudado, uma vez que já havia se decidido em uma reunião

*que eu nem sabia, nem fiquei sabendo, não era algo assim tão explícito.* Foi assim que um grupo passou a questionar que, ao invés de fazer parte dessa *cúpula*, a Marcha poderia tomar outros caminhos que não passasse pela “aprovação” de pessoas que não concordavam politicamente:

*não precisava da autorização de ninguém, foi quando se decidiu que poderia, sim, se fazer outro trajeto, né, (...) que o ponto final não fosse uma delegacia. Não só uma delegacia, o palácio da polícia, né... E enfim, daí a partir disso que se começou a se organizar, a se pensar um outro trajeto. E o mais importante nem seria o outro trajeto, era não fazer o trajeto principal, o que era mais importante, era não ir pra frente da delegacia. Enfim, fazer um ato na frente do palácio da polícia como uma reivindicação ao palácio da polícia, à polícia, isso eu achava que realmente era o que era mais importante. Não era nem pra onde a gente iria fazer o outro trajeto, isso era o de menos, mas era não ir pra lá, e daí foi... foi tudo muito rápido, era organizar a vida em um mês e meio.” (Marta)*

Renata conta que até o dia da Marcha acreditava que todo mundo iria até a delegacia, pois isso é que havia sido combinado em reunião, embora houvesse desacordos. Primeiro houve uma reunião específica – que aconteceu na Casa de Cultura Mário Quintana – que se debateria a questão do trajeto. Carol conta que o grupo que queria ir à delegacia se organizou previamente a essa reunião para ter argumentos e um maior número de pessoas, contatando companheiras que não tinham comparecido até o momento em nenhuma discussão, *para fazer peso para contar os votos* (Carol). Quando chegaram lá, viram que realmente estavam em maior número, mas se assustaram quando viram que *vocês* – referindo-se a mim e ao “lado da treta” que meu grupo de ativismo ocupou - também estavam em um número muito grande.

Como a reunião estava muito numerosa, decidiu-se naquele momento que se votaria para decidir o trajeto da Marcha das Vadias daquele ano. Renata entende que aquilo acabou soando estranho, pois na maioria dos espaços em que participa se busca construir um consenso, e acredita que depois que se faz um acordo deve-se manter o mesmo. Pois aconteceu que, depois que foi feita a votação, foi dito *não, votar não é o*

*que representa ou o que vale pra nós, o que gerou uma situação incômoda, segundo Renata. Dessa forma, o que foi votado e aprovado era que a Marcha iria até a delegacia. Renata entende que foi super correto a Marcha ter ido pra lá para chamar a atenção do estado e que se eles têm que prestar um serviço público e se não está prestando a contento, é digno do movimento reclamar.*

Outra questão que gerou polêmica e desacordos, além das questões apontadas a respeito das pessoas trans e do trajeto, foi a questão da transferência da data. A Marcha das Vadias em todos os anos é organizada para acontecer no domingo, e nesse mesmo domingo estava marcado o final do campeonato gaúcho de futebol, que era um Grenal (Grêmio versus Internacional, jogo importante na capital gaúcha). A justificativa que foi dada por essa cúpula, segundo Marta, era de que *ia ter um monte de homens bêbados na rua, na Cidade Baixa, e ia comprometer toda a segurança da Marcha e resolveram transferir*. Para ela, esse modelo que foi utilizado para transferir não permitiu um debate aberto sobre isso:

*ninguém me perguntou o que eu achava sobre a minha segurança naquele dia, né. Não foi um processo que eu tomei uma decisão, não, né... Foi um processo bem hierárquico, de cima pra baixo, algumas mulheres que tem mais anos de (...) movimento feminista, (...) o que elas entendem como militância, que outras não tem. E que isso dava autoridade, autoridade não, autoritarismo pra mudar a data e dizer o que era mais seguro pras pessoas que iriam participar da marcha. (Marta)*

Carol acredita que o dia em que foi transferida a data da Marcha foi quando desenrolou todo um problema de organização, de comunicação, de ideias diferentes e de como fazer, o que acabou “rachando” a Marcha. Isso porque essa reunião aconteceu em um dia de semana que estava chovendo:

*(...) aí uma companheira decidiu que tava chovendo muito e que queria cancelar a reunião, aí ela fez todo o contato. Eu disse que eu era contra cancelar, eu já tinha me programado pra isso, outras pessoas também já tinham se programado pra isso. Aí ela postou lá no evento “reunião está cancelada porque está chovendo, a gente vai fazer outro dia ou combinar pelo Skype”*

(...). *Aí foi justo a reunião que vocês foram. Aí vocês chegaram lá, o interfone tava quebrado e a reunião tinha sido cancelada.*  
(Carol)

Marcos entende que a Marcha de 2014 teve dois trajetos porque um dos “lados” tinha uma adesão das feministas radicais, que tinham todo um posicionamento sobre pessoas trans. Marcos, sentindo-se diretamente afetado com isso acabou considerando que tinha um “lado”. Ele participou da caminhada junto a um coletivo, e com outros dois grupos universitários em que participa. Ele não chegou a participar diretamente das reuniões em que houve os debates em relação aos dois trajetos, pois considera que não estava muito disposto a ouvir argumentos que eventualmente pudessem ser violentos ou preconceituosos contra pessoas trans. Além dessa questão que o afetava diretamente, também entende que o outro motivo do racha era em função da ida à delegacia da mulher. Percebe que as *gurias do feminismo radical* pareciam não considerar o elevado número de assassinatos de mulheres trans e travestis, uma vez que carregavam faixas que diziam *não sei quantas mulheres foram assassinadas esse ano*. Marcos refere que refletia: *será que nessas mulheres elas estão contando as mulheres trans e travestis ou eram só as mulheres cis?*

Marcos conta como foi sua participação na Marcha. Desenhou o símbolo do transfeminismo em seu rosto e em seus braços. Lembra que as duas marchas saíram juntas pelo parque da Redenção. No momento da concentração, Marcos tem a memória de uma faixa roxa e preta que dizia “mexeu com uma mexeu com todas”, *meio anarcafeminista*. Resolveu pegar essa faixa para que a Marcha se movimentasse, uma vez que viu *um pessoal do Juntos*<sup>19</sup> começando a puxar a Marcha enquanto outras pessoas não estavam nem prontas. Nesse instante, provocou uma pequena aceleração para quem ainda estava se pintando e se organizando para a saída. A Marcha seguiu a Avenida João Pessoa e, em um determinado momento, na Rua Venâncio Aires, deu-se a ruptura. Lembra que nesse momento houve muitas dúvidas de pessoas que não haviam sido informadas sobre o que aconteceria, sobre isso, Marcos conta:

*algumas pessoas que me conheciam da oficina de defesa pessoal que já tinham feito na Redenção aberto, não sabia e “ah, que que eu faço?”, umas pessoas que eu conhecia de minha cidade, me*

---

<sup>19</sup> Corrente política de jovens ligada ao PSol

*perguntaram “ah, o que tá acontecendo?”, e eu: “ah, é que a Marcha tem dois trajetos, um é mais relacionado com o feminismo radical e outro o feminismo interseccional, anarcofeminismo, feminismo anarquista”, aí as pessoas decidiram seus lados. Uma amiga da minha cidade ficou meio nervosa com essa coisa da divisão e foi embora, porque falou em feminismo anarquista ela ficou com medo da repressão da polícia. Daí acho que ela foi embora, nem quis ficar na Marcha, a primeira Marcha que ela ia, sabe? E outras eram da oficina lá, aí foram ali onde eu falei, sabe? “ah, não, o Marcos falou que era ali, então eu vou ali”, sabe? Achei isso legal também, aí teve isso, teve o momento da divisão e seguiu. (Marcos)*

O pessoal do coletivo em que Marcos tinha se unido durante a Marcha tinha proposto algumas tarefas anteriores que envolvia *pichar coisas*. Havia um *stencil* escrito “ambiente machista”, que “pichavam” em cima de lugares denunciados pela ocorrência de alguma situação de machismo. Marcos lembra de terem pego e queimado o tapete do bar “Pinguim”, bar conhecido por ser homofóbico, por ter expulsado pessoas gays que estavam se beijando. A Marcha também passou por algumas igrejas nas quais algumas pessoas jogaram umas garrafas. O que chamou-lhe a atenção foi um bar em que foi “pichado” “ambiente machista” e foi a questão do grupo dar a volta na quadra e já havia pessoas pintando por cima:

*Aí assim, teve uma denúncia de alguma coisa que aconteceu lá dentro, de alguém ter feito alguma coisa e de o segurança não fazer nada, aquela coisa meio repetitiva. Alguém passar a mão na guria, alguém estar fazendo uma cantada, que na verdade é assédio. Daí não ter ninguém do bar que se responsabilizasse, mas na hora que estava pichado “ambiente machista”, logo já estavam pintando por cima... nessa hora logo alguém resolvia. (Marcos)*

Em relação à performance, já citada por Anita, que as mulheres negras realizaram na Marcha de 2014 muitas delas não sabiam anteriormente que haveria a divisão de trajeto. Algumas sabiam, outras só achavam que haveria essa possibilidade

devido às discussões que andavam tendo, mas o coletivo das mulheres negras não levou tão a sério assim, conta Anita. No momento anterior à Marcha, esse grupo que faria a intervenção se organizou para debater o assunto, uma vez que foi divulgado através de *zines* que haveria a separação. Nesse momento, várias das mulheres desse coletivo pensaram

*tá, mas a delegacia também não nos representa, eles estão matando nossos manos pretos pra caramba, estão violentando a população negra. Se a polícia é a que mais violenta a população negra, então como que a gente vai pra lá, pra meio que tipo estar lá na frente, com aqueles caras, as primeiras que vão cair vai ser a gente, né (Anita).*

Dessa forma, pensaram também na questão da segurança das que estavam presentes. Durante a Marcha, em um determinado momento viram, portanto, que um grupo se direcionou para um lado, outro grupo para o outro. Perguntaram para quem estava por perto qual dos grupos estava indo para delegacia e nesse momento decidiram não ir. Não sabiam o que significava por completo o lado que estavam acompanhando, mas sabiam que não queriam ir à delegacia. No momento do “racha” fizeram a intervenção que tinha como objetivo fazer um recorte de raça na Marcha:

*a gente foi lá, fez a intervenção, foi super massa, a gente falou que as mulheres que mais morrem são as negras (...), a gente colocou essa questão da violência, das mulheres que mais apanham também, da gente tá marcada nessa estatística pra caramba, daí a gente fez a intervenção e foi muito massa, foi muito recepcionada pelas gurias. (Anita)*

Carol, que esteve no trajeto que foi até a delegacia da mulher, conta que na hora em que houve a separação algumas meninas dos partidos que estavam com os megafones falavam do outro trajeto: *esse trajeto é desorganizado, esse trajeto é bagunçado*. Ao mesmo tempo, lembra que existiam pessoas do outro trajeto falando que aquele que iria para a delegacia era transfóbico: *Acusações por acusações totalmente levianas e que na verdade estavam disputando pessoas, e por que não podiam as pessoas escolher pra qual lado iam? Por que um lado tinha que ser melhor que o outro* (Carol). Conta que quando a Marcha que se direcionou à delegacia da mulher terminou,

o grupo se abraçou e o que se falava era o quanto nesse lado tinha mais gente que do outro, o que fez Carol pensar: *por que a gente não está comemorando o nosso ato que a gente fez? Por que a gente está falando nelas?*

Carol entende que um lado era anarquista, mas que do outro lado não conseguia ver uma unidade, uma vez que existiam pessoas de partido e também autônomas, mas que considera um lado mais “institucional”, que tenta brigar mais pelo feminismo dentro da política. Inclusive, relata sobre companheira que tinha ido às reuniões, que é anarquista, que tinha até falado que concordava com a ida até a delegacia, mas que chegou na hora da Marcha e disse: *gurias, não estou me sentindo à vontade pra ir com vocês, então vou ir com as guarias, independente das tretas, espero que vocês entendam*, conta Carol.

Bianca relata que na época da Marcha o espaço de disputa foi ficando mais evidente e se materializou nesse “racha”, mas acredita que não foi um fato isolado, uma vez que ela vê também o mesmo acontecer em vários outros movimentos sociais. Observa algumas características comuns como o fato de algumas vozes falarem mais alto que outras. Bianca enxerga, ainda, esse momento como potente, uma vez que pôde ver um movimento coletivo de mulheres autônomas, que se identificam mais com o anarquismo, em que puderam se juntar e se organizar para impedir que algumas coisas fossem atropeladas, com o objetivo de que as decisões fossem tomadas de forma mais horizontal. Entende que em um primeiro momento se tentou dialogar em relação ao trajeto, o que não teve muito sucesso, e que a decisão de fazer outra Marcha veio pelo fato de um grupo não concordar com *esse alvo simbólico, que seria a delegacia da mulher*. Salienta também que, na verdade, não identifica a delegacia enquanto um alvo, uma vez que se foi até lá não com o objetivo de atacar, mas sim em busca de propor melhorias o que, para as anarquistas, não seria a melhor forma de fazer política.

Essa decisão de romper a marcha foi com o objetivo de demarcar também essa posição que Bianca considera mais anarquista:

*a gente acabou mostrando na prática que somos nós que vamos resolver o que diz respeito a nós, nós com as nossas mãos e algo que em outros contextos eu tenho tido mais certeza disso. Que mais do que tentar conscientizar os homens, ou lutar por políticas públicas o que é mais potente mesmo é esse processo de*

*empoderamento das mulheres, desse processo coletivo que é de união e de enfrentamento que é de tu romper com esse papel de vítima e se colocar em outro lugar de enfrentamento mesmo.*  
(Bianca)

### **4.3. Feminismos presentes no campo**

Neste capítulo, irei apresentar as nomenclaturas dos feminismos que se encontram presentes no campo – as identidades que as pessoas entrevistadas se auto-atribuem: Feminismo Marxista, Feminismo Interseccional, Feminismo Emancipacionista, Anarca-feminismo, Feminismo Negro, Transfeminismo, Feminismo Radical e, ainda, uma nomenclatura que apareceu no trabalho de campo como uma categoria de “acusação” comum: o Feminismo Liberal. Elas serão apresentadas na mesma ordem em que apareceram no campo em relação à auto-identificação, com exceção da última categoria.

A partir da fala das pessoas entrevistadas, somadas a uma pesquisa no meio virtual e na literatura, busco descrever do que se trata essas diferentes identidades associadas aos feminismos. Não busco aqui indicar que essas nomenclaturas se limitam ao que está apresentado, uma vez que cada pessoa pode resignificar, a partir de sua vivência, o que um termo expressa. Por tratar-se também de teorias, muitas vezes, longas e complexas, a ideia não é adentrar conceitos teóricos-conceituais, mas, sim ilustrar melhor os feminismos que compõem o campo do modo como articulados pelas personagens, para que seja possível visibilizar diferentes perspectivas que compõem a “treta”.

#### **4.3.1. Feminismo Marxista**

Dentre as diferentes nomenclaturas utilizadas nesse trabalho para se referir aos feminismos, no decorrer da própria pesquisa do termo, é possível perceber algumas diferenças. O feminismo marxista não parece ser muito utilizado na contemporaneidade por um feminismo mais relacionado a blogs, *facebook* e a movimentos de pessoas jovens. É possível encontrar bibliografia sobre essa temática em blogs sobre o marxismo com textos longos e teóricos, além de artigos científicos. Essa característica já está atrelada também ao motivo pelo qual Jéssica acaba se identificando com o feminismo marxista, mas reivindicando um local na “treta” de feminista radical.

Segundo ela, em muitos contextos, falar que é feminista marxista pode não significar nada, não só pela pluralidade que essa temática tem, de existirem vários feminismos marxistas, mas também por não parecer ser uma nomenclatura que dialoga com as jovens feministas que buscam informações.

O feminismo marxista, principalmente no Brasil, ganhou corpo com influências vindas do exterior, principalmente em relação a autoras da conhecida segunda onda do feminismo e está articulado a organizações marxistas que tem influências de autores como Marx e Engels. No momento da ditadura militar, foi um grupo fortemente comprometido com a oposição ao regime, mas ainda assim era rechaçado pela esquerda, uma vez que era um movimento visto enquanto intelectualizado em relação à discussão da luta pela superação das classes. O feminismo marxista faz justamente a crítica em relação à ideia de que bastaria a eliminação das classes, uma vez que entende que isso não traria emancipação às mulheres (RODRIGUES, 2010).

A autora Rodrigues (2010) pontua a necessidade de serem trabalhadas as questões de gênero em conjunto com as questões de classe. Isso indicaria que há materialidade na superestrutura e isso deve ser pensado pelos teóricos marxistas contemporâneos. O feminismo marxista se associa, portanto, as contribuições do materialismo-histórico para a formulação de uma crítica radical ao sistema capitalista que conduza à emancipação feminina. A teoria materialista-histórica tem uma formulação também em relação à nomenclatura “gênero” e “mulher” também se diferenciam por si só de outras teorias. Isso porque o significado de ser mulher está vinculado ao papel em relação à exploração do trabalho. Por isso, ser mulher acaba se associando às questões consideradas materiais que levam a serem donas de casa e mães de família.

Jéssica entende essa questão pontuando que o feminismo marxista contribuiu para que pensasse na questão da exploração do trabalho, que quando tiver fim, irá também acabar com a exploração da mulher. Isso, pois, pela teoria marxista, a exploração da mulher se dá porque existe a exploração do homem pelo homem. Acabando com isso, as mulheres estariam livres. Jéssica acredita que essa teoria tem um limite, uma vez que ela passou a criticar a posição que as mulheres ocupam dentro dos próprios movimentos marxistas e da esquerda.

Entende que o feminismo radical é mais específico de mulheres para mulheres, não abrindo espaços para *a escrotice de homens dentro de partidos políticos*, mas percebe que, teoricamente, não existe nada do feminismo radical que não tenha em algum outro feminismo marxista. Isso porque conceitos como feminismo lésbico, ou lesbofeminismo, são materialistas marxistas, e, apesar das meninas não acionarem Marx, é também utilizado o materialismo como método de análise.

Podemos, portanto, entender, primeiramente, que a teoria do feminismo marxista está atrelada à exploração da mulher devido à relação entre o trabalho e a vida doméstica. Neste trabalho doméstico desvalorizado e imensurável, estariam as raízes materiais do status social secundário das mulheres. O capital, portanto, teria moldado a família para atender às suas necessidades, desatrelando o homem dos trabalhos realizados na esfera e intensificando o isolamento e a opressão de seus membros não assalariados – mulheres e crianças –, que, excluídos da produção de mercadorias, acabam por depender do salário do trabalhador adulto masculino para sua subsistência. Essa dependência constrói o “mito da incapacidade feminina”, em que o trabalho das mulheres se resumiria à realização de serviços e à produção que não contribui para o capital (ANDRADE, 2015).

A libertação das mulheres seria atingida não apenas através da renúncia dos trabalhos domésticos e da participação no trabalho social, mas esses seriam elementos de luta somados a destruição da família nuclear, tal como foi estabelecida pela ordem social capitalista. Esse fator se associa com o fato de Jéssica ser militante da Rede Relações Livres, a partir de uma perspectiva materialista, em que é debatido em suas pautas a questão do fim da família nuclear.

Caberia às mulheres, portanto, saírem de casa e se unirem a outras mulheres, participando ativamente de reuniões de fábrica, assembleias de bairro, encontros de estudantes e quaisquer espaços em que possam expor as contradições e frustrações impostas pelo capital sobre a família. Fora do “gueto doméstico” e da “clausura da família”, as mulheres são capazes de descobrir novas identidades e exercer o seu poder como protagonistas da luta, desfrutando de vastas experiências de organização e planejamento da luta coletiva. A revolta social, pois, seria a fonte básica de educação e capacitação das mulheres, que, juntamente com suas próprias formas de rebelião, adeririam também às tradicionais organizações de classe. Sendo assim, mesmo

constituindo uma “casta” própria, caracterizada pelas relações sociais derivadas da exploração de seu trabalho doméstico, as mulheres donas de casa não poderiam ser consideradas como exteriores à classe trabalhadora (ANDRADE, 2015).

Jéssica conta que se reconhece na perspectiva materialista, que a localiza entre o feminismo radical e o feminismo marxista. As suas críticas em relação ao feminismo marxista é que seria muito “economicista”. Porém, entende que tiveram espaços que o feminismo radical não chegou dentro do movimento social, como na área de educação popular, sendo necessário, portanto, dialogar com o feminismo marxista. Ainda, aponta que dentro do feminismo marxista existem pessoas de partido, em relação às quais tem muita crítica, tornando-se um conceito muito amplo. Por isso, acredita ser complicado fazer o uso da nomenclatura feminista marxista, pois entende que existem divergências dentro do próprio significado, o que acaba não querendo dizer algo muito sólido.

#### **4.3.2. Feminismo Interseccional**

A nomenclatura Feminismo Interseccional, por mais que pareça um tanto quanto rebuscada, acabou tomando certa popularidade nos meios virtuais nos diferentes debates sobre os feminismos. Ao procurar por esse descritor na internet, é possível encontrar blogs como “Blogueiras Negras”, “Blogueiras Feministas” ([blogueirasfeministas.com](http://blogueirasfeministas.com)), “Lugar de Mulher” ([lugardemulher.com.br](http://lugardemulher.com.br)), “Não me Kahlo” ([naomekahlo.com](http://naomekahlo.com)) com textos explicativos e didáticos logo na primeira página do *site* de busca. Mesmo existindo uma influência forte acadêmica nesse termo, pode-se perceber que ele acabou ganhando maior visibilidade principalmente nos debates virtuais que acabaram envolvendo as pessoas negras e trans, uma vez que esse feminismo abre espaço para resignificar o sujeito do feminismo.

Kimberlé Crenshaw (2004), pesquisadora norte-americana, é conhecida como a primeira teórica a apresentar uma teoria sociológica sobre a interseccionalidade, a partir dos marcadores de raça e gênero, em 1989. Antes disso, o termo já era utilizado dentro da militância negra estadunidense. Crenshaw (2004) explica a questão das sobreposições dos marcadores em relação à proteção dos direitos humanos:

“(…) significa que precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero. As mulheres devem ser protegidas quando são vítimas de discriminação racial, da mesma maneira que os homens, e devem ser protegidas quando sofrem discriminação de gênero/racial de maneiras diferentes. Da mesma forma, quando mulheres negras sofrem discriminação de

gênero, iguais às sofridas pelas mulheres dominantes, devem ser protegidas, assim quando experimentam discriminações raciais que as brancas freqüentemente não experimentam. Esse é o desafio da interseccionalidade.”

Esse termo sugere, portanto, que nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com dimensões sobrepostas. Para Brah e Phoenix (2004) o conceito de interseccionalidade significa poder dar visibilidade aos efeitos variados os quais os múltiplos eixos de diferenciação se intersectam em contexto historicamente específicos. Isso significa que as diferentes dimensões da vida social não podem ser separadas a padrões iguais. Dessa forma, o significado de “mulher”, por exemplo, dentro do debate do feminismo interseccional, deve ser levado em conta fatores econômicos, políticos, culturais, físicos, subjetivos e de experiência, podendo dar significados múltiplos para o que significa “ser mulher”.

Anita, que se identifica mais com a nomenclatura feminismo negro, também faz uso do termo feminismo interseccional, uma vez que entende que

*é um feminismo que aborda todas as mulheres e que é bem vindo pra todas as mulheres, e de ter vários recortes. Porque (...) uma mulher trans não vai passar pela mesma coisa que uma mulher cis vai passar, sabe? E a gente conseguir ver que pra essa mulher é diferente, e a gente conseguir... sei lá,.. receptionar essa mulher dentro do feminismo. Porque é isso que o feminismo é, né. Dar um aporte pras mulheres e tá ali uma pelas outras. (Anita)*

O termo interseccional originalmente surgiu em um contexto em que se debatia a intersecção entre raça e gênero, mas passou, também, a ser utilizado nas discussões que envolvem as pessoas trans, uma vez que a sexualidade é um marcador de opressão que também se sobrepõe aos demais (BUTLER, 2010). Marta, que se coloca publicamente enquanto feminista interseccional, entende que ter convivido diariamente com pessoas trans contribuiu para que ela pudesse enxergar o gênero como algo performado, o que acredita que faz parte de uma perspectiva interseccional. Marta explica que busca não se limitar a uma classificação, mas entendendo que por ser uma mulher, branca, cisgênera, lésbica, muito mais do que se limitar, significa se localizar: *são marcadores sociais que me atravessam e que geram, que me dão alguns privilégios sociais independente da minha vontade, né. O fato de eu ser branca, de ser cisgênera, ser parte de uma classe universitária, isso me dá uma série de privilégios.*

Marta, ao utilizar esses marcadores para falar de si, associa-se a forma de como ela entende o feminismo, uma vez que

*entendo um feminismo interseccional justamente por não entender e categoria mulher, digamos assim, de uma forma uma. Ela é plural, e justamente é atravessada por esses marcadores. Com certeza, ser uma mulher negra, é bem diferente de ser uma mulher branca, uma mulher negra trans... Pô, é outro tipo de vida, de vivência e que não pode ser hierarquizado e muito menos diminuído. Então, eu acho que essa intersecção o feminismo tem que contemplar, porque senão ele não abarca mais aquilo que ele se propõe a fazer. (Marta)*

Dentro dessa complexidade, Marta conta que já foi chamada e “acusada” de muita coisa, como “pós-moderna” e “liberal”. Acredita que a situam nessa localização devido à forma que entende o gênero: (...) *o gênero como uma performance, (...), gênero né, é hierarquizado, mas ele é performado. Existe uma pluralidade de performances de gênero, não é algo binário, o masculino, o feminino, é algo que ta sendo performado.* E a experiência de ter convivido com pessoas trans, para Marta, reforçou que era quase impossível dizer que o gênero não é performado:

*Tu vê a performance da pessoa mudando. Não é porque o gênero é performado que ele é falso, não é aquilo que aquelas pessoas estão fazendo seja falso (...) E negar isso é negar a experiência dessas pessoas, é dizer que essas pessoas não são reais, que elas não existem. Se tu tá convivendo com elas, é dizer assim, como tu pode negar a vida e a experiência dessa pessoa, é violento tu negar isso... pra mim é extremamente violento. (Marta)*

Podemos perceber que, para Marta, a forma como ela entende alguns conceitos do feminismo está articulada à forma como ela se identifica. Utiliza o conceito de performance de Butler (2010) para sustentar também o tema da interseccionalidade. Mesmo Butler (2010) não se auto-definindo exatamente com essa nomenclatura de feminista interseccional, desde sua primeira obra, “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, ao questionar quem representaria a mulher no campo político, aponta que a representação, ao mesmo tempo em que buscaria dar visibilidade e

legitimidade a um sujeito político, acaba por tornar-se uma função normativa que poderia distorcer o que é tido enquanto a categoria mulher. Dessa forma, ser mulher não se torna tudo aquilo que a pessoa é, pois o gênero estabelece suas intersecções com modalidades raciais, de classe, étnicas, sexuais e regionais, sendo impossível separar o gênero das intersecções políticas e culturais.

### **4.3.3. Feminismo Emancipacionista**

Feminismo emancipacionista, categoria relatada pela entrevistada Renata, é um termo pouco utilizado no meio acadêmico. É possível encontrar mais informações e identificações com essa nomenclatura dentro de partidos políticos e movimentos sociais de esquerda que tem o socialismo como base de projeto político: *o socialismo, a ideia de que a gente precisa de uma transição nesse sistema, pra que um dia, quem sabe, ter uma sociedade que vai ser comum e igual a todos, que a gente não vai precisar de estado, nem de partido, de nada, que a gente vai ter uma comunhão entre todos os seres humanos.* (Renata). Ao fazer a pesquisa com esse descritor, no *site scielo* é possível encontrar apenas um artigo, em espanhol, que cita o feminismo emancipacionista, porém desde uma perspectiva de emancipação anarquista, que se diferencia do movimento emancipacionista brasileiro. A maioria das informações que seguem foram retiradas de *blogs* de organizações de esquerda.

O feminismo emancipacionista teria tido origem no século XIX, na Inglaterra, e seu surgimento estaria associado às contradições que permeavam a sociedade liberal da época, onde as leis em vigor formalizavam juridicamente as diferenças entre os sexos masculino e feminino. Nesse momento, os escritos do pensador inglês Stuart Mill ganharam destaque ao propor o princípio geral de emancipação das mulheres. Para isso, seria necessário a abolição das desigualdades no núcleo familiar, a admissão das mulheres em todos os postos de trabalho e a oferta de instrução educacional do mesmo nível que estava ao alcance dos homens (CANCIAN, 2008).

No Brasil, a corrente emancipacionista teve origem na época da luta contra a ditadura e da redemocratização, segundo Renata. Campos (2012) descreve que, nesse momento, as mulheres saíram às ruas para lutar pela democracia, para denunciar a violência, para lutar por políticas públicas. Naquele momento, a luta era por visibilidade e reconhecimento da mulher como sujeito político, em que fomentou ações concretas de combate às ações conservadoras e buscou a defesa das políticas públicas como aspecto

fundamental para a ampliação dos direitos, em particular para as mulheres dos estratos subalternos.

A corrente emancipacionista (ou feminismo emancipacionista), defendida pela UBM, instituição que Renata se filia, orienta-se pela teoria marxista, a partir da qual considera a estrutura de classes e nossas relações pautadas pelas hierarquias de gênero, raça e outros marcadores. Compreende-se que a opressão de gênero deriva de bases culturais, se constrói e se reproduz culturalmente, interagindo com as demais opressões, sobretudo com a de classe. Teoricamente parte da compreensão de que, no curso da história, a divisão sexual do trabalho entrelaça-se à divisão social do trabalho, e, por este pressuposto, mulheres e homens participam de modo desigual da produção (CAMPOS, 2012).

Para a corrente emancipacionista, o conceito de gênero se constrói historicamente considerando os valores culturais atribuídos às diferenças de sexo, e é por este caminho que irão se desenvolver valores e práticas sistemáticas que diferenciam o feminino do masculino: *a gente quer uma sociedade emancipada onde todos podem viver as suas diferenças, que são biológicas, né, e são determinantes para continuidade da espécie em condições de igualdade de direitos e oportunidades* (Renata).

Lutar contra a opressão de gênero, para o pensamento emancipacionista, significa lutar contra toda forma de opressão, buscando atribuir à luta de gênero um significado radical que busque romper tanto o elo estrutural levando-a para a luta da emancipação social, como o elo cultural, percorrendo caminhos próprios nas diversas esferas da sociedade (CAMPOS, 2012). Renata relata que existe um debate político bem forte em relação aos países onde já se tentou implantar o socialismo, ou mesmo onde se fala em comunismo, em que a vida das mulheres não mudou completamente. Isso corroboraria com o fato de que se deve acabar com a opressão na estrutura, para que se possa haver avanços. *Então, a gente faz um debate mais aprofundado nesse momento histórico. A gente ainda vai precisar ter o nosso movimento muito forte, inclusive pode ser determinante pra gente chegar no comunismo um dia.* (Renata).

Em texto do blog da UJS, escrito por Paulo Vinícius Silva (2013), na forma como se refere ao movimento feminista emancipacionista é possível perceber duas características que envolvem essa corrente teórica: uma, é a ideia de que seria um

movimento liderado por uma geração mais avançada, não sendo um movimento jovem, até mesmo pensando a respeito de sua origem, que foi na época da ditadura militar; e, a segunda característica, em relação à participação de homens:

“chama atenção a ausência de lideranças jovens à frente da luta feminista emancipacionista, emprestando-lhe o talento, a coragem e a ousadia da nova geração que tem ocupado brilhantemente outros espaços. Qual o futuro do movimento feminista emancipacionista se não se fizer também aí a sucessão geracional que partilhe com as jovens lideranças mulheres as lições de luta construídas no Brasil e no mundo? (...) Um movimento de mulheres tão diferente, generoso e potente que até possibilita que a reflexão e a luta emancipacionista – a exemplo desse artigo – tenha a contribuição das mulheres e dos homens.” (SILVA, 2013)

Renata confirma essa característica ao relatar como as militantes mais velhas acabam resistindo à participação de mulheres jovens:

*(...) as idosas se sentem extremamente atingidas e ameaçadas com o crescimento, da efervescência do feminismo na juventude. É impressionante. No momento do credenciamento da conferência estadual agora, elas queriam banir uma delegada de 17 anos do interior, porque, tipo, “quem é que vem de responsável dessa menina”, sabe? “Não, só um pouquinho, ela foi eleita delegada”, “Não, mas ela é do interior, e se ela quiser ficar no alojamento, quem se responsabiliza se ela voltar grávida pro seu município?” (Renata)*

A experiência de Renata já ter sido uma feminista jovem contribui para que, mesmo sabendo que dentro das instâncias que ela milita exista essa visão, ela possa fazer o uso dessa experiência para propor algo novo:

*eu acho (...) que é a essência da minha militância, o esforço maior que eu faço, é pra abrir portas pra que muitas jovens feministas venham com tudo mesmo pro movimento e que não se sintam rechaçadas ou sabe... impedidas de qualquer coisa. Porque não vai deixar de ser difícil pra nós em qualquer espaço. Eu não sou mais jovem, mas eu continuo defendendo que elas consigam tomar conta do movimento. Por isso que eu fico enchendo o saco pros coletivos que venham pro fórum municipal, pro fórum estadual, pra puder disputar esses espaços de*

*conselhos, pra que esses espaços sejam mais representativos dessa diversidade do movimento. Porque o movimento é muito diverso, né, e eu acho que tem que respeitar e essa diversidade que faz o movimento feminista ser tão rico.*

Essa perspectiva de Renata é corroborada por Silva (2013), uma vez que entende que é decisivo ao movimento sindical e ao movimento feminista compreender o papel que podem cumprir as jovens mulheres para a sua atualização e vigência, assim como para maiores avanços na luta emancipacionista.

A segunda característica apontada, em relação à participação dos homens, podemos perceber não só através da escrita do artigo citado de Silva (2013), mas também através da fala de Renata: *os homens não participam da direção da UBM, mas eles podem se filiar a UBM e contribuir com a UBM. Contribuir financeiramente, estruturalmente. Nos nossos eventos, eles vão, eles vão fazer as fotos, eles vão servir a comida, eles vão cuidar das crianças.* Renata acredita que é uma forma de eles contribuírem para que as mulheres não tenham que ir para a cozinha e também para que eles não percam o debate. *A gente não vai excluir os homens do debate porque a gente não vai excluir os homens da sociedade,* fala Renata.

Renata acredita que essa característica, de ser um movimento que recebe a participação dos homens, acaba caracterizando um papel de “mediadora”: *Essa coisa da unidade e da amplitude (...) é muito presente na nossa política. Tanto que a gente acolhe tudo, que se tu for ver no movimento feminista não é todo mundo que dialoga com as profissionais do sexo, que dialoga com as trans, entendeu? Que permite que os homens participem.* Dessa forma, Renata salienta que considera importante que se possa haver uma unidade dentro do movimento. Essa unidade fortaleceria o movimento internamente para barrar, também, a onda conservadora, além de contribuir para a participação de pessoas jovens que, muitas vezes, não querem se envolver nesse tipo de briga: *A gente fala, fala, em unidade e não respeita a diferença ideológica que a outra menina tem. Ou quer resolver que ela não é assim tão feminista, porque ela se depila, ou porque não se depila, ou porque ela defende as trans, ou defende as putas e isso a gente acaba afastando outras jovens (...).*

É possível perceber que a corrente do feminismo emancipacionista está envolvida com diversas organizações, uma vez que se articulam de maneira ativa com o

estado e o governo. Renata conta onde a UBM se inclui: *já era da executiva do conselho, (...), já era secretária de mobilização, (...) a gente foi eleita pelo fórum de mulheres, que tem muitas entidades da sociedade civil e na escolha da executiva eu fui eleita a presidenta.* Inclusive, a participação na Marcha das Vadias faz parte de um projeto maior da UBM: *Cheguei na Marcha representando a UBM, não fui na Marcha autonomamente. Eu não participo de nenhum movimento autonomamente,* conta Renata.

Em relação à participação ativa da Marcha, está vinculada, também, com a questão geracional discutida anteriormente:

*A gente há três anos tem priorizado e estado na organização da Marcha das Vadias porque a gente identificou que é uma das primeiras portas de entrada de várias jovens no feminismo. E não que a gente tenha que disputar essas jovens com as entidades feministas, mas que a gente quer transmitir a nossa política feminista, a nossa ideia de feminismo emancipacionista pra essas jovens também.* (Renata)

Renata acredita que estejamos vivendo um momento em que muitas das pessoas estão se dando conta do feminismo: *não é a toa que tão chamando aí de “primavera das mulheres” porque parece que as mulheres, todas manhãs, acorda uma e diz “eu sou feminista”. “Acordei hoje e descobri que sou feminista, que eu tô sofrendo e sou feminista”.* Essa popularidade, para a visão de Renata, dá margem para que seja possível apresentar o feminismo emancipacionista para a juventude. Para Campos (2012) seria através do feminismo emancipacionista, reafirmando o socialismo, como o único projeto capaz de atribuir passagem a um processo que vise ao fim das discriminações de gênero. Renata confirma, em que acredita nisso, *eu sei que pode parecer a maior utopia de todas, mas eu tenho convicção que do jeito que tá a gente só vai destruir o planeta e a comunidade.* A luta emancipacionista, portanto, para a Renata, *quer as mulheres emancipadas e a sociedade toda vivendo sem opressão, sem violência.*

#### **4.3.4. Anarca-feminismo**

O desafio em descrever e situar o feminismo anarquista, ou anarca-feminismo, relaciona-se com a mesma problemática que estamos sustentando nesse trabalho: a de

que existem vários feminismos. O mesmo serve para o anarquismo, portanto, anarquismos. Em um primeiro momento, ao pesquisar virtualmente a respeito de feminismo anarquista ou anarca-feminismo, o que é possível encontrar são textos que se referem ao fim do patriarcado, que fazem referências a mulheres anarquistas como Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman, ao mesmo tempo em que apontam a desigualdade que existe entre os sexos “homens e mulheres” (AÇÃO ANTISEXISTA, sem ano; BOLEVARI, 1995; LUANA e DIAS, 2007).

Referências como essas podem ser sustentadas por outro momento e referencial teórico que envolvem o anarquismo. Isso devido à origem do anarquismo se relacionar com o movimento sindical e, posteriormente, ter havido uma “virada” epistemológica, se aproximando das universidades, conforme Simão (1989):

Embora o pensamento libertário se tenha preservado em essência, ocorreram alterações quanto à quantidade e origem social dos adeptos, à situação do movimento na sociedade industrial moderna, às relações institucionais e técnicas de ação social. Em termos gerais, o terreno de sementeira do anarquismo passou da classe operária e do sindicato às classes médias e à universidade.

Na contemporaneidade o anarquismo tem aparecido com outras caras. Nos debates em relação ao gênero e à sexualidade, o que chamamos de *queer* se aproxima, principalmente nos Estados Unidos, a uma cultura anarquista (DARING, ROGUE, VOLCANO e SHANNON, 2012). O *queer* questiona a noção de patriarcado para pensar no sistema sexo/gênero que, justamente, cria e constrói os papéis binários de ser homem e ser mulher, aqueles afirmados pelas referências anarca-feministas citadas anteriormente. Existe uma disputa em relação à origem do termo *queer*, se teria surgido na academia, pelos movimentos sociais, pelo meio cultural, ou ainda, dessas três ou mais formas concomitantemente (PAES, 2014). Dentro disso, o que é importante pensar é como esse termo foi ganhando uma popularidade nesse contexto americano e, independente da onde tenha sido sua origem, da forma como dialoga com diferentes espaços e instâncias sociais.

O movimento político, portanto, é conhecido como “anarco-queer”, que teria surgido no século XX, com o foco político da não-obtenção de direitos junto ao estado, tampouco com movimentos LGBTTT. Seus objetivos seriam a contraposição à heteronormatividade e a libertação sexual como fator necessário para outras formas de libertação. O anarquismo *queer* seria uma alternativa importante para o movimento do

libertarismo gay em ascensão, segundo Judith Butler (2012), uma vez que entende que esse libertarismo muitas vezes reproduz significados individualistas a respeito de uma liberdade pessoal, sem fazer uma crítica em relação ao sistema em que estão inseridos e ao estado.

Judith Butler (2012) acredita que não se deve pautar o anarquismo enquanto um ideal, tampouco enquanto uma identidade, mas enxerga-lo enquanto um movimento, que sempre funciona de modo contínuo. Bianca, em sua entrevista, conta que mais do que se identificar com o anarquismo, a maioria das pessoas que estavam envolvidas com a organização da Marcha conheciam a sua posição e a liam dessa forma: *Ao mesmo tempo que pode gerar uma identificação, também pode gerar um afastamento, né, então, tipo... aquela ali é anarquista ou autonomista, as gurias mais comunistas, assim, falam “autonomista” com um tom pejorativo.*

O anarquismo não busca ser uma ideologia que produz verdades sobre algum modelo. O anarquismo, de forma a enxerga-lo enquanto um movimento, se ocuparia em pensar como as opressões e as hierarquias aparecem nas nossas relações cotidianas, além das questões que envolvem o estado e as políticas públicas. Podemos pensar que as questões de gênero e sexualidade são temas que se atravessam de forma constante também com o anarquismo, uma vez que, se questionamos como o estado a suas instituições acabam produzindo relações de poder hierárquicas, estamos questionando também como essas relações atravessam nossos corpos, portanto, nosso gênero e nossa sexualidade, fazendo-o deles, corpos políticos.

A auto-identificação enquanto anarquista não irá falar, necessariamente, de onde essa pessoa bebe teoricamente. Dentre as pessoas entrevistadas, Marta, Bianca e Marcos se identificaram enquanto anarquistas, mas apenas Bianca sustenta o seu feminismo enquanto “anarca-feminismo”, o que também aponta para o fato de que a forma de fazer feminismo pode ir muito além da categoria de ser anarquista ou não. Marta, por sua vez, considera-se feminista interseccional e Marcos transfeminista.

Para Bianca, o feminismo anarquista ou anarca-feminismo sustenta os princípios anarquistas dentro da luta feminista, como autonomia, horizontalidade e ação direta. Seria o alvo da luta: *não acreditar no partido ou no estado como... não que eu não ache que seja válido tu lutar através do estado, ou tu lutar através de partidos. Mas eu, tipo, pra mim, dentro da minha vida, dentro da minha luta, isso não faz sentido.* A visão de

Butler (2014) corrobora o que Bianca fala em relação a não ser através do estado que se faz a política, uma vez que acredita que na existência de um modelo estatal haverá mecanismos de controle que irão cooptar, também, estratégias de luta política. Dentro dessa lógica os furos podem ser localizados onde a institucionalização não alcança tão facilmente. Por isso, não seria através do estado que se reivindicaria as demandas políticas, pois se busca construir outras relações, contestando essas dimensões legais do poder do estado, colocando desafios perturbadores sobre sua legitimidade (BUTLER, 2014).

Podemos pensar, portanto, que o anarquismo e o feminismo se interseccionam em diversas formas, uma vez que se questiona as relações hierárquicas através da subversão de identidades disciplinadas do cotidiano, além da questão da institucionalização do estado. O anarca-feminismo seria, a partir desse ponto de vista, mais uma estratégia de luta política, que envolvem alguns princípios, mais do que um “referencial teórico” acadêmico, mesmo havendo uma retroalimentação constante de autoras e autores que tem afirmado um lugar de anarquismo dentro da academia.

#### **4.3.5. Feminismo Negro**

A nomenclatura “feminismo negro”, assim como o “anarca-feminismo”, é possível encontrar em diferentes campos do conhecimento. Tem sido mais comum, a partir de pesquisas na internet que refletem um feminismo jovem, encontrar o feminismo negro associado ao feminismo interseccional, como no *site* “blogueiras negras”: “O Feminismo Interseccional é de extrema relevância atualmente porque auxilia na organização das pautas das mulheres negras levando em consideração as suas reais necessidades, já que elas sofrem uma tripla opressão: racismo, machismo e preconceito de classe social.” (ANUNCIADA, 2015).

Anita, que se auto-identifica enquanto feminista negra e interseccional, acaba que não deu muitos detalhes em relação ao seu feminismo negro, aqui falha também da entrevistadora. Aponta que chama de feminismo negro devido a sua identidade com a negritude. Para Patricia Anunciada (2016), professora que escreve no *site* “blogueiras negras”, a questão da identidade negra é por si só um ato político, uma vez que o mito da democracia racial no Brasil (em que diz que “todos somos iguais”, “todos somos misturados”, “somos todos brasileiros”) inviabiliza quem, de fato, sofre com o racismo e demais opressões atravessadas a ele. Para Anunciada (2016), portanto, a identidade

negra vai muito além do tom de pele, pois se relaciona com a questão cultural, com a ancestralidade, “sendo protagonistas dessas histórias, de nossas memórias, sendo devidamente representados na sociedade e não mais silenciados, ocupando espaços que nos são historicamente negados”.

A afirmação da categoria “feminismo negro” tem uma importância que se relaciona com o rompimento de um discurso dominante, o feminismo das mulheres brancas, as quais, segundo Bell Hooks (2015) são a maioria que formulam a teoria feminista. Para a autora, poucas dessas mulheres brancas têm qualquer compreensão acerca da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um estado racista, sexista e capitalista. Bell Hooks (2015), em um texto que relaciona as mulheres negras com o feminismo, busca justamente trazer o marcador da negritude no feminismo, a partir de sua experiência acadêmica, de mulher e negra de forma a visibilizar o silenciamento constante das mulheres negras dentro do feminismo:

Frequentemente, as feministas brancas agem como se as mulheres negras não soubessem que a opressão machista existia até elas expressarem a visão feminista. Elas acreditam estar proporcionando às mulheres negras “a” análise e “o” programa de libertação. Não entendem, não conseguem sequer imaginar, que as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência (mesmo que não consigam resistir de forma sustentada e organizada). (HOOKS, 2015)

O fato que experiência de vida contribui para desenvolver estratégias de resistência, como trazida por Hooks (2015), se aproxima da fala de Anita, uma vez que entende que uma mãe periférica que cuida de seus filhos sozinha é, também, feminista, mesmo sem ter esse “rótulo”: *eu vi muito das mulheres enquanto eu crescia, minha mãe cuidando de cinco filhos e o meu pai tá ali, mas meu pai não tá fazendo a mesma coisa*. As experiências constituem também a construção da identidade, da identidade negra. Existe uma relação direta entre a experiência e a construção da identidade, como sustentando por Scott (1999). Por isso que tomar as experiências vividas de opressão é uma potente forma de construir práticas de resistência para enfrentar questões como o racismo e o sexismo (CARDOSO, 2013), o que contribui para a construção da identidade de feminista negra.

Hooks (2015) aponta que o fato das mulheres negras não se organizarem coletivamente em torno da questão do “feminismo” existe devido a muitas nem

conhecerem ou usarem esse termo, de não terem tido acesso ao mecanismo de poder que permitem que possam compartilhar as análises ou teorias sobre gênero, como a academia e outras instituições políticas, o que acaba colocando numa posição de dependência em relação às feministas brancas e não brancas que falam a um público maior. Essa passagem de Hooks (2015) corrobora com a fala de Anita na entrevista:

*A gente tentou criar um coletivo nosso, de mulheres, mas aí cada uma foi pra um lado diferente. Porque tem manas que não concordam com o feminismo, porque acham que o feminismo é muito branco. Concordo com elas, acho que elas tem que fazer a caminhada que é bom pra elas, né. Então, não tem tanto essa pegada forte de feminismo dentro do movimento negro porque o movimento negro é muito heteronormativo também, é muito mais pelos homens do que pelas mulheres. As mulheres tu tenta, é a mesma coisa de tu tá dentro do feminismo branco e tu querer levantar a questão do feminismo negro e tu é silenciada, e no movimento negro tu quer levantar questões das mulheres negras e tu é silenciada, é um silenciamento que cai totalmente em cima da mulher negra. (Anita)*

Hooks (2015) também traz a questão do silenciamento, uma vez que pontua que, se as mulheres negras se achessem a criticar o movimento, ou assumir responsabilidade por reformular ideias feministas e introduzir novas ideias suas vozes seriam abafadas, desconsideradas, silenciadas. E se, ainda, em algum debate alguma mulher negra era atacada, as feministas brancas acabavam como sendo as que estavam sob ataque, se colocando enquanto “vítimas” da situação, construindo um cenário que despotencializa a participação da mulher negra nesses espaços e as exclui.

Mesmo que haja mulheres negras que são contra a nomenclatura “feminismo negro”, pois consideram o termo “feminismo” por si só um campo branco demais, como algumas conhecidas de Anita, Hooks (2015) sustenta a ideia de que se possa fazer o uso da experiência de vida de ser mulher negra para desafiar diretamente a estrutura social. A partir dessa experiência, Hooks (2015) acredita que seja possível moldar a consciência das mulheres negras para que a “nossa visão de mundo seja diferente da de quem tem um grau de privilégio (mesmo que relativo, dentro do sistema existente).”

Reforça a importância e a permanência de um feminismo negro: “É essencial para a continuação da luta feminista que as mulheres negras reconheçam o ponto de vista especial que a nossa marginalidade nos dá e façam uso dessa perspectiva para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia” (HOOKS, 2015).

#### **4.3.6. Transfeminismo**

O Transfeminismo, que pode ser considerada uma corrente do feminismo, teve sua origem em debates dos movimentos autônomos e teorias acadêmicas nos Estados Unidos. Surge como uma corrente voltada às questões das pessoas trans que, frustradas com a falta de visibilidade e até mesmo exclusão dentro do movimento feminista, se organizam em prol de sua autonomia frente à estrutura que invisibiliza e marginaliza essa população (ALVES, 2015). Essa estrutura se relaciona com a concepção estatal e social de que o sexo determina o gênero, o que se reverbera nos registros civis de forma geral (certidões de nascimento, carteiras de identidade, crachás, frequências, contracheques, entre outros), o que, no que tange a homens e mulheres transexuais e travestis, isso incorre em sofrimento e negação de direitos (JESUS e ALVES, 2012).

No Brasil o blog “Transfeminismo ~ Discussões Transfeministas” (<http://transfeminismo.com>) deu visibilidade e popularizou essa temática, sendo uma plataforma que conta com diferentes textos e informações de fácil acesso que não, necessariamente, são acadêmicos. Dentre as disputas dos feminismos, não só as pessoas trans tem reivindicado essa categoria, uma vez pessoa não-trans que apoiam a causa também podem fazer o uso dessa nomenclatura afim de marcar um posicionamento.

O transfeminismo, por problematizar e estar sempre atento às pautas das pessoas trans, acaba se relacionando ao feminismo interseccional, uma vez que, ao reconhecer a interseção (JESUS e ALVES, 2012) entre os variados marcadores, as questões de gênero e sexo se tornam presentes constantemente dentro do campo de análise. Em termos epistemológicos, o transfeminismo, dessa forma, acaba se aproximando mais a teóricas que vem questionando o sujeito universal do feminismo para ser possível colocar em debate, também, a relação entre corpo e ciência. Isso, pois, por si só, o transfeminismo tem enquanto principal bandeira o reconhecimento das identidades trans. Isso significa torna-los inteligíveis, sendo seus corpos reconhecidos enquanto legítimos frente às normas de sexo e de gênero.

Ainda, o transfeminismo se relaciona com o debate a respeito da ciência e a produção dos corpos, uma vez que a medicalização em relação à hormonização e às intervenções corporais de readequação do sexo compõem seu campo político. Preciado (2014) se ocupa em fazer uma crítica ao campo farmacológico através de uma ótica transfeminista, uma vez que entende que a medicina e a ciência, por muitos anos, medicalizou e medicaliza tentando normatizar os corpos. Porém, quando esses mesmos componentes químicos são utilizados para outros fins, sejam de transgredir as normas sociais, ou auto-medicalização, costumam ser apontados enquanto um desvio.

Emi Koyama (2011 em JESUS e ALVES, 2012) define o sujeito do transfeminismo como sendo, “primordialmente, um movimento feito por e para mulheres trans que entendem que a sua liberação está intrinsecamente ligada à liberação de todas as mulheres, e além”. Aqui cabe colocar em debate o sujeito do transfeminismo. Viviane V. (2012) define por 'identidades trans', ou identidades transgêneras e não-cisgêneras, o conjunto de individualidades cujas identidades ou expressões de gênero sejam, em diferentes graus, deslegitimadas em relação às normas cisgêneras dominante. Paul Preciado (2013) questiona a identidade de “mulher trans” do transfeminismo, uma vez que descreve que as pessoas transfeministas não, necessariamente, devem se enquadrar em categorias identitárias, se colocando em primeira pessoa e se incluindo como sujeito do transfeminismo.

Marcos, que se considera transfeminista, fala a respeito da sua participação enquanto homem trans no transfeminismo. Ele entende que isso pode criar um paradoxo uma vez que sua participação está atravessada a uma vivência anterior – de ser reconhecido socialmente enquanto mulher – e uma vivência atual, que está cada vez mais distante desse reconhecimento:

*na minha trajetória, em algum momento que eu tava mais próximo dessa vivência, do que é considerado ser mulher, o feminismo tava mais próximo pra mim. Foi como eu consegui desvencilhar de algumas regras, de algumas imposições de gênero que, eventualmente, me levaram a me assumir como homem. Mas, uma vez que eu me assumi como homem e isso ficou mais fortalecido e eu me afastei dessa vivência como mulher (...) isso muda também a relação com o feminismo. Mas é uma*

*trajetória talvez diferente de um homem cis que não teve essa aproximação tão pessoal, com ser tratado como mulher. (Marcos)*

Marcos não enxerga a mesma complexidade ao ver as mulheres trans reivindicando o espaço no feminismo, uma vez que são mulheres e isso bastaria para terem sua identidade reconhecida. Porém, enxerga uma complexidade dentro da participação do homem trans, pois considera importante que ele possa levar ideias do feminismo para os espaços em que ocupa hoje, que são espaços mais masculinos: *e é essa minha missão*, uma vez que os espaços de mulheres já não o representam, pois *pra mim muito desses espaços produzem o que é ser mulher e eu não tô interessado em produzir o ser mulher em mim*. Marcos prefere estar nos espaços masculinos onde se propõe a construir e a produzir o que é ser homem. Esse espaço onde quer habitar e levar as discussões de gênero. Admite que não é uma tarefa fácil, sendo homem, principalmente sendo homem trans, *porque muitas vezes não é permitido que tu ocupe esses espaços, tu não é tido como um homem legítimo, um homem como os outros, então, tu é um homem lixo, né*.

Marcos entende ser muito difícil essa negociação de qual espaço pode ocupar e de qual espaço é ouvido. Também entende que existem homens trans machistas, *porque se, bom, os homens são ensinados que pra ser homem tem que ser machista e eles tã ali como homens qualquer, sendo que eles já são um lixo, entendeu? (...) é que nem tu tentar fazer toda essa coisa, mas tu ter dois braços e duas pernas amarradas, é difícil*. Marcos conta que cobrar dos homens trans que desconstruam o seu machismo é difícil, pois essa população já tem uma vulnerabilidade em relação ao ser considerado homem, sendo muitas vezes, para eles, necessário reforçar alguns estereótipos. Enquanto isso,

*o homem cis pode sair de saia, (...) botar batom, o que ele quiser ser transgressor e ainda assim ele vai ter uma tranquilidade ao ser reconhecido homem. (...) o homem trans não, enquanto o homem trans não tá na escala de ser homem é muito mais brutal, porque tu tem que fazer um esforço sobre-humano pra estar na escala de ser homem. Senão tu vai ta na escala de ser mulher, então é uma negociação bem difícil. (Marcos)*

Ao mesmo tempo, Marcos defende que exista a reflexão feminista dentro do campo das transmasculinidades, uma vez que é uma possibilidade de aprender em

relação a questões de opressão de gênero que reverbera na própria questão identitária de ser homens trans. Mas ainda, reflete que *não é todo mundo que vai chegar e ser um homem feminista, (...) não é automático que o homem trans vai ser um homem feminista*. Dessa forma, o transfeminismo engloba e visibiliza múltiplas identidades não-cisgêneras que acabam tendo como principal foco questionar as normas de gênero e sexualidade que patologizam essas identidades e as excluem.

#### **4.3.7. Feminismo Radical**

O feminismo radical ganhou uma popularidade no Brasil no debate que envolve as disputas dos feminismos, especialmente nos meios virtuais. É possível observar uma influência norte-americana em muitos textos e vídeos que aparecem dentro desse debate, não havendo propriamente um feminismo radical brasileiro. Epistemologicamente, se filia a teoria materialista, e se aproxima teoricamente de muitas questões levantadas a respeito do feminismo marxista. O que acaba levando às mulheres a reivindicarem essa categoria na contemporaneidade parece ter relação com essa visibilidade na internet, principalmente dentro da temática das disputas.

Essa popularidade das discussões acabou levando a alguns debates serem um tanto quanto rasos, principalmente quando o assunto é teoria. Teorias carregadas de complexidade e academicismos. Carol conta que se sente alinhada com a teoria radical, uma vez que foi possível dar a ela muitas respostas pelo o que viveu em sua vida, ao mesmo tempo em que, entende que pode ter havido um desvirtuamento no último ano, com o surgimento de *muitas meninas com teorias levianas e atitudes levianas*, o que acabou levando a Carol se dizer, atualmente, apenas feminista.

Larissa de Luna (2015) em texto em blog que busca explicar o que é o feminismo radical, caracteriza-o sempre diferenciando do “feminismo liberal”, que será explicado mais adiante, assim como da visão “pós-moderna”. O mesmo é feito em um vídeo que foi muito compartilhado nas redes virtuais, “The End of Gender: Revolution, Not Reform” de uma organização relacionada com estudos ambientais chamada “Deep Green Resistance”. Essa separação entre feminismo liberal e radical também demonstra forte influência norte-americana, uma vez que a nomenclatura “liberal” no Brasil soa enquanto uma acusação e não enquanto uma auto-identificação. Para de Luna (2015), radical significa aquilo que é relativo à raiz, à origem ou ao fundamento, não a algo

extremo como as pessoas costumam pensar. A raiz a qual o feminismo radical estaria lutando contra é o patriarcado.

De Luna (2015) aponta que o feminismo radical é materialista, o que significa que enxerga que a causa da opressão de gênero não existe em função da socialização apenas, mas que a socialização existe em função da materialidade do corpo, que coloca as mulheres numa posição de maternidade e de reprodução como práticas compulsórias. Esse debate acaba sendo polêmico, uma vez que esse argumento pode ser utilizado para apontar que mulheres trans não são mulheres, assim como consta no tumbler “Ask a Radfem” [<http://askaradfem.tumblr.com/>]:

“Anônimo: Olá aí, você poderia explicar porque vocês não incluem mulheres trans no movimento feminista?”

Ask a Radfem: porque eles são homens. Eu estou repetindo isso para você muitas vezes, anônimo. [tradução livre]”

Outra característica do feminismo radical é de que ele é abolicionista em relação a questões como a pornografia e a prostituição. Isso faz com que as feministas radicais se posicionem contra essas temáticas, pautando a necessidade de seu fim. Esse é um dos motivos pelo qual Carol acaba se alinhando a teoria radical: *o fato de ser contra a prostituição, não contra a prostituição, mas a favor da criminalização da prostituição, não contra as prostitutas, mas contra a prostituição, contra a pornografia.*

Gênero, seria, segundo a apresentação colocada no vídeo “The End of Gender: Revolution, Not Reform”, para o feminismo radical, o sistema hierárquico que mantém a subordinação entre fêmeas e machos através da força. A partir dessa visão, existe opressores e oprimidos enquanto classe. A classe dos homens oprime a classe das mulheres, sendo o poder centralizado em um grupo de pessoas contra outro grupo de pessoas, mantendo a subordinação das mulheres. Por isso, acreditam que o gênero deva ser abolido, ao invés de entender que poderia haver diversas identidades de gênero (como sugerem ser a visão do feminismo liberal). Nessa definição o objetivo “final” seria não haver mais gênero, pois sem o patriarcado não haverá nenhuma necessidade para o gênero.

Em relação ao gênero socialmente construído, que constrói essa classe de opressão, Carol conta que:

*a opressão ela nasce junto com a primeira ecografia. “Ah, é menina”, aí começa a pintar o quarto de rosa. Aí depois de quinze dias vai lá e coloca o brinquinho e ali começa. O filho da amiga é um menino aí começa: “ah, um casalzinho quando eles crescerem”. Então tudo isso, assim, foram respostas que o radical foram me trazendo. Além de eu ter vivido como, eu como pessoa, como sujeito. Eu também fiz enquanto mãe. Porque até os três anos da minha filha eu também agia dessa forma. Também furei a orelhinha dela, também pinte o quarto de rosa, também olhei pra ela e o amiguinho da creche “ah, tô de olho em vocês, não vai se assanhar. (Carol)*

O feminismo radical repudia o “liberalismo sexual promovido pelo feminismo atual”, como consta no vídeo “The End of Gender: Revolution, Not Reform”, uma vez que entendem que essa liberdade estaria atravessada ao direito do homem explorar. Isso se relaciona com um conceito utilizado da “heterossexualidade compulsória”. Para Carol, isso foi fundamental para seu alinhamento com o feminismo radical, uma vez que

*Eu não me sinto hetero e eu não gosto de sexo com homem (...) e como eu fiz durante a minha vida inteira mesmo sem gostar porque tava dito que eu tinha que fazer. Hoje eu não sou lésbica, nunca transei com mulher, mas também não transo mais com homens, não tenho mais essa obrigação. (...) quando eu comecei com o feminismo (...) vivi aquela época de liberação total. Aí eu transei com várias caras, transei com três caras ao mesmo tempo e isso não me fez bem, isso não me alimentou, isso não foi rico pra mim. Acredito que possa ser pra outras mulheres, mas pra mim não foi, me machucou. Acredito que no final desse período eu tava destruída, eu tava me sentindo meio suja, e eu acredito que o feminismo não é sobre isso, não é sobre mulheres transarem com quem elas quiserem. (Carol)*

#### 4.3.8. Feminismo Liberal – dentro de um campo não de auto-identificação, mas enquanto acusação

O feminismo radical sustenta muito de sua teoria fazendo uma comparação entre o radical e o liberal. Para isso, acusa as teorias que entendem que o gênero é uma “auto-identificação” enquanto liberais, uma vez que são “individualistas”. Nesse sentido, não dá visibilidade às pessoas trans, pois entendem que o gênero não é uma “escolha”, pois ninguém escolheria ser oprimida enquanto mulher na sociedade. Aqui não busco entrar em debate em analisar profundamente os argumentos utilizados, mas acredito ser importante ressaltar que, primeiramente, essa binarização entre duas possibilidades de feminismo é um equívoco, uma vez que estamos sustentando aqui nesse trabalho, justamente, a pluralidade. Ainda, utilizar alguns conceitos descolados de suas longas teorias acaba reduzindo-os e simplificando-os não dando espaço a um debate profundo.

Jéssica, mesmo participando ativamente da Marcha das Vadias desde o seu início, acusa-a enquanto um ato político liberal. Ela nos ajudou a entender o que seria essa categoria de liberal, portanto:

*(...) existe uma contraposição filosófica, (...) que em base não é só uma ideologia feminista, mas em base toda uma filosofia de vida e uma lógica social, (...) que é a questão do individualismo, que é uma lógica liberal. Liberal porque começa a ser inserida na ciências humanas e nas lógicas sociais a partir do liberalismo comercial, né.. de que você... se você é pobre é porque não trabalhou ainda o suficiente, se você é rico é porque você se esforçou e mereceu, (...) você individualmente se esforça bastante e aí você consegue mudar a sua vida e ascender socialmente, essa é uma lógica do liberalismo econômico. Essa lógica do liberalismo econômico, ela encontrou brechas em ideologias que não eram liberais, mas que trabalhavam de alguma forma o individualismo, por exemplo, criando o anarcoindividualismo, que se contrapõe ao anarcosindicalismo, e que é muito convincente pra classe média, universitária, que é criada dentro de uma lógica, mesmo que na esquerda, de meritocracia (...) Então, isso se transplanta pra vários*

*movimentos, e dentro do (...) debate de gênero, isso se transplanta pra o debate queer. De que eu me modifico, ou modifico o meu gênero, ou seja, eu individualmente, modifico o meu lugar social e esse lugar social ele passa a ser deslocado individualmente, não coletivamente. (...) a partir do liberalismo, começa a se defender a ideia de que você estar aqui, ou você estar nessa classe aqui, depende um pouco do quanto você trabalha, ou do quanto você se esforça, ou do quanto você se movimenta aqui. Isso se transplanta pra gênero. Você ser homem, ou seja, ser a classe que manda na sociedade, ou você ser mulher, que é a classe que obedece na sociedade, depende de quanto você se movimenta aqui. Aí aquela ideia de estrutura social, que tem que ser destruída coletivamente e socialmente, se perde um pouco nesse debate. Então, a gente associa o debate feminista que trabalha gênero e sexualidade como um processo que de alguma forma tem uma transposição individual, como algo que vem da lógica liberal-econômica. (Jéssica)*

A Marcha das Vadias seria um evento liberal, segundo Jéssica, pois:

*Eu uso a roupa que eu quero, e a partir de usar a roupa que eu quero eu me libero da opressão, essa é a lógica liberal... “ah, nos vamos chocar a sociedade, nos vamos sair por aí de sutian, meio calça, não sei o que” (...) Então a Marcha das Vadias, ela faz esse debate, que é um debate que a gente diz que ele é liberal porque ele é raso, porque, na verdade, o processo, ele é inverso (...) eu acabo com o processo de opressão, aí eu vou poder sair do jeito que eu quero, entendeu? Aí o processo de opressão ele não é tão fácil de acabar quanto sair na rua usando uma meia calça rasgada e um sutian, porque pra acabar com o processo de opressão eu tenho que acabar com uma série de estruturas e isso não vai ser pra ontem. Aí a gente vem de novo com (...) um dos motivos pelos quais a lógica liberal tomou tanto conta dos espaços de militância e de esquerda. Que, cara, uma hora você cansa de militar, (...) fazer um processo que de alguma forma*

*parece mais rápido e que de alguma forma te da resultados imediatos, psicologicamente pra gente que milita, é melhor. (...) Mas no final das contas a grande maioria das mulheres continua com o mesmo problema que a gente só vai resolver quando a gente conseguir resolver problemas mais estruturais. (Jéssica)*

## **5. EFEITOS POLÍTICOS E DESDOBRAMENTOS**

Ao decorrer da leitura deste trabalho acredito que já tenha sido possível visibilizar a complexidade do campo que compõem as “tretas” que resultaram a ruptura da Marcha das Vadias de 2014, assim como perceber quais sujeitos estão em disputa nesse contexto. Diferentes pessoas participando, com diferentes histórias, vivências com os feminismos, trajetórias e marcadores sociais que envolvem e compõem esse cenário. O histórico de uma organização conflituosa que visibiliza algumas disputas que parecem ser comuns dentro dos movimentos sociais. Ainda, as diferentes correntes teóricas ou auto-identificações com os feminismos que podem ser percebidas não só quando se descreve essas filiações, mas a partir também das histórias e posicionamento das personagens.

Nesse capítulo buscar-se-á dar visibilidade a alguns efeitos políticos, identificados pelas personagens, que essa composição anteriormente descrita resultou. Aqui não se busca apresentar uma relação causa-efeito, uma vez que é possível observar que os efeitos são múltiplos. Justamente devido a essa multiplicidade, o objetivo desse capítulo é que, a partir do relato das pessoas entrevistadas, possa-se enxergar um campo político contemporâneo posterior às “tretas”.

### **5.1. Diferentes possibilidades de debate**

A Marcha das Vadias acabou sendo um viés para debater questões feministas das diferentes formas. A visibilidade que a Marcha tomou pôde fazer com que essa temática tivesse alcances muitas vezes não comuns por agendas já rotineiras dos feminismos. Ainda, por ser um evento divulgado majoritariamente pela internet, essa ferramenta foi utilizada muitas vezes, também, para os debates. Para Jéssica, a Marcha foi uma possibilidade de construir uma formação teórica pela internet. Isso significa,

que dentro dos grupos da Marcha das Vadias do *facebook*, tanto o grupo “misto” quanto o “exclusivo” ficou lotado de longos debates sobre variadas temáticas. Jéssica, apesar de enxergar enquanto uma potente ferramenta, ainda percebe que muitas vezes as pessoas podem ser mais “levianas”, uma vez que existe a possibilidade de “deletar” o que se escreve, além de não haver o olho-no-olho.

Em consonância com essa forma de divulgar e popularizar a Marcha das Vadias, a internet também acaba por ser um instrumento de críticas e comentários. Em artigo das autoras Gabriela Bordini e Tania Sperb (2015), é utilizada essa ferramenta virtual para investigar as negociações da influência do gênero sobre os significados associados às sexualidades de homens e mulheres. Para isso, as autoras partem de uma discussão acerca de um texto de 2012 chamado: “Marcha das Vadias: Liberdade Feminina ou Putaria?”, escrito por um jovem que se intitula universitário de Porto Alegre. Nesse texto, o jovem acusa que os objetivos “originais” da Marcha teriam sido distorcidos acusando a Marcha de “apelação”, falta de engajamento, informação e seriedade. Em análise dos comentários virtuais, em sua maioria agressivos ou irônicos, as autoras concluem que os jovens universitários relativizaram os padrões hegemônicos de gênero que incluem a hipossexualização da mulher e seu posicionamento passivo e a hipersexualização do homem e seu posicionamento ativo (BORDINI e SPERB, 2015), o que corrobora com a questão de que a internet acaba sendo uma ferramenta em que a falta de “olho no olho” pode resultar também em críticas e xingamentos.

Silva e Campos (2014) destacam que devem ser tomados alguns cuidados em relação ao uso da internet, uma vez que nos ciberespaços podem existir poucas possibilidades de debates profundos, devido à instantaneidade e fugacidade das informações e diálogos estabelecidos nestes locais virtuais, o que corrobora com a fala de Jéssica em relação aos debates considerados levianos. Ainda assim, as autoras consideram que a internet é uma ferramenta que já faz parte constante da organização de movimentos sociais. Se for feita uma pesquisa rápida, como sugerem as autoras, no *youtube*, por exemplo, podem ser verificados mais de 29 mil vídeos informativos sobre o direito das mulheres e 30 mil vídeos sobre os feminismos. Tais vídeos consistem em informações, pautas e registros de reuniões temáticas, ocorridas nos mais variados países. Dessa forma, a ferramenta acaba sendo de muita importância para a promoção e articulação de diferentes redes nacionais dos movimentos para a visibilidade de grandes mobilizações na esfera pública.

Jéssica entende que a internet é uma ferramenta que possibilita a popularização do debate, uma vez que consegue ter um alcance de discussão importante. Pela internet, é possível alcançar uma discussão menos formal do que a academia, atingindo muita gente, segundo ela. Pessoas que trabalham, pessoas que estudam, pessoas que estão em casa, pessoas que muitas vezes não podem se deslocar, a internet acaba sendo a ferramenta acessível para essa população. Jéssica conta que a comunidade da Marcha das Vadias tem 7 mil pessoas, enquanto a comunidade exclusiva para mulheres tem 1063 pessoas (o que havia no dia da entrevista).

Ainda, em relação aos diferentes debates, Jéssica pôde perceber que as temáticas envolvendo questões de classe, étnico-raciais e de sexualidade estão sendo discutidas, a partir dessa ferramenta, com mais facilidade, em relação a sua experiência com a militância feminista anterior à Marcha das Vadias: *porque você consegue interagir com uma diversidade muito maior na internet do que você consegue interagir numa reunião na casa do estudante. Acredita ter melhorado a qualidade do debate em relação a algumas temáticas, como debate da violência obstétrica, (...) que é um debate que tinha pouquíssimo acesso, né... a gente conseguiu com a Marcha das Vadias dar uma baita visibilidade (...). De doula, de ter divulgação de parto humanizado (...). Então, algumas coisas a gente conseguiu melhorar.*

Jéssica acredita que o debate sobre transgêneros, por exemplo, é uma temática que falta muita qualidade, apesar de estar *em toooooooooodos os espaços*. Para ela acaba sendo cansativo de lidar com essa questão: *eu já tô assim*, relata. Isso pode visibilizar alguns limites que os debates virtuais acabam tomando. Muitas vezes, por não ter sensibilidade a respeito de quem pode estar lendo ou para quem se está falando, muitas violências já puderam ser percebidas nesses espaços virtuais. Quando eu estava definindo as pessoas as quais eu entrevistaria, entrei em contato com uma mulher trans que costumava ser muito ativa nesses debates virtuais. A sua participação no grupo “exclusivo” da Marcha acabou fazendo com que se afastasse dessa rede e, conseqüentemente, da Marcha das Vadias. A sua resposta em relação ao convite foi negativa, uma vez que gostaria de ficar mais afastada das “tretas”.

Carol percebe como um efeito em sua vida em relação às “tretas”, que hoje participa menos das discussões virtuais, por já ter se desgastado em debates nesse momento. Acredita que o *facebook* pode ser uma ferramenta importante, mas que existe

um limite. Dessa forma, discorda do ponto de vista de Jéssica, uma vez que acredita que *é não é uma ferramenta que vai nos ajudar a construir nada*. Para Carol seria melhor *sair um pouco do facebook* para tentar buscar coisas mais concretas, uma vez que entende que dessa maneira é possível cada vez mais a “se afundar”: *Depois que um copo enche a gente troca de copo, ou ele vai ficar só derramando e não vai acumular mais nada*.

Carol cita como um exemplo de coletivo que buscou sair do *facebook* a organização da I Feira do Livro Feminista e Autônoma. A I FLIFLEA aconteceu em Porto Alegre no segundo semestre de 2015 e foi organizada exclusivamente por mulheres que se identificam enquanto autônomas e anarquistas. Aqui podemos perceber, também, outra atividade importante que aconteceu em Porto Alegre que acabou ocupando essas feministas de outra forma, que não a Marcha das Vadias. Carol lembra da organização da FLIFEA, pois o coletivo se recusou a utilizar a ferramenta do *facebook* para divulgar a proposta, fazendo uso de blog e do *riseup*, plataforma virtual criada por pessoas anarquistas que tem como principal objetivo a auto-organização e a confidencialidade dos dados.

Carol entende que foi *um super salto*. Buscar outros meios, para ela, é dar *um passo além: muitas de nós no conhecemos no facebook, buscaram as primeiras informações no facebook, mas a gente tá dando um passo além, então eu acho que é o que deveria acontecer. Ok, vamos parar de fazer textão e partir pra outros lugares*.

Marcos acredita que a discussão que envolveu a “treta”, principalmente a questão em relação às pessoas trans, a qual se aproxima mais da sua vivência, acabou fazendo com que as pessoas tivessem que tomar uma posição:

*Se tu não tivesse discutido sobre isso, algumas pessoas não iam saber que podiam ter essas questões, então isso eu acho legal. Tipo, minha amiga (...), que foi a primeira Marcha que ela tinha ido (...), se não fosse essa discussão, ela poderia tá indo lá nas feministas radicais, ela não ia saber que ela poderia estar tomando um posicionamento junto com elas sobre as questões trans, por exemplo, que é uma questão que tá mais próxima de mim. Então nessa minha amiga produziu esse efeito. Bah, ela sabe que o feminismo tem vários feminismos, digamos, que pode*

*tá tomando uma posição, aí ela pode tomar uma posição referente a isso, sabendo que existem esses diferentes pensamentos. (Marcos)*

Portanto, é possível visibilizar que as diferentes discussões que envolveram as tretas da Marcha das Vadias ocasionaram algumas reflexões, alguns posicionamentos e também algumas mudanças de hábitos de algumas pessoas, em relação ao seu vínculo com os feminismos.

## **5.2. Pulverização e descentralização dos feminismos**

Quando existem “tretas” e “rachas” um dos efeitos pode ser a criação de mais grupo e coletivos, possibilitando a ampliação do debate para outros locais e também a “pulverização” das organizações. Para Jéssica, isso pode ter um “lado bom” e um “lado mal”. O ruim seria que, ao invés de fazer uma grande atividade que envolvesse todos os feminismos, se faz, por exemplo, 30 pequeninhas. Ao mesmo tempo, Jéssica entende que ter a possibilidade das pessoas se organizarem conforme as suas divergências pode ser mais saudável.

*Eu não tenho acordo com as Putinhas Abortadeiras, quero mais que vocês se organizem, no canto de vocês, fazendo as coisas de vocês, propondo as coisas de vocês. Não tenho acordo com vocês, em uma quantidade absurda de coisas, a gente não é obrigada a conviver nos mesmos espaços sempre, a gente vai conviver nos espaços que a gente tiver afinidade. (Jéssica)*

Jéssica percebe que vários grupos pequenos de mulheres se criaram depois da Marcha das Vadias, *de pessoas que se conheceram na Marcha, que descobriram afinidades ali e constituíram um grupo*. Ela, por exemplo, teve a oportunidade de encontrar pessoas que tinha militado há alguns anos ou que já conhecia de outras organizações políticas. Conta sobre uma menina que reencontrou na Marcha das Vadias e que possibilitou um pontapé inicial pra restabelecer o Coletivo de Mulheres da UFRGS. Acredita que o espaço para essa diversidade pode ser importante nesse sentido, mesmo que ajam os atritos, o cansaço, as discussões.

Essa mesma questão pode também dificultar a encontrar um grupo feminista que se afine com determinadas identidades. Anita conta que sente que depois de tudo o que aconteceu, as coisas acabaram ficando “devagar”, o que faz ela não participar de grupos feministas diretamente. Marta prefere dedicar essas questões em outros lugares em que participa, como no estágio em que faz de Psicologia e na *militância diária da vida*. Acredita que faz falta um grupo específico sobre feminismo em que se sentisse bem, pois *seria legal ter um grupo para conversar as coisas*. Mas a dificuldade de encontrar essa ferramenta de militância está articulada, também, com o seu marcador de raça, uma vez que considera que não está dentro de um grupo feminista agora, pois acredita que nenhum deles a representa completamente:

*(...) não vou me sentir a vontade dentro deles. E eu não tô também em nenhum movimento negro porque eu também acho que nenhum vai me representar. Sei lá, as pessoas sempre fazem esse recorte de tipo “a gente é isso, isso e aquilo”, eu não acho que eu sou “isso, isso e aquilo”, eu acho que eu sou muitas outras coisas, sabe? Fica se pontuando numa coisa só, isso que me incomoda pra caramba dentro do movimento, tanto feminista, quanto no movimento negro (Anita).*

Bianca entende que nem todas as feministas precisam lutar pela mesma via e que ninguém precisaria tomar uma atitude que não acha legítima em função de algum coletivo maior. Avalia que os efeitos desses debates foram importantes para se reconhecer em determinadas posturas em relação aos feminismos:

*Tem no mundo espaço pra todos os feminismos poderem tá atuando, e é isso. Quem acha que é valido lutar por mais delegacias, ou que as delegacias tenham mais recursos, (...) e quem queria atuar de outra forma também pode, então acho que dentro da ideia de diversidade, assim, foi bonito porque foi amplo mesmo, sabe.*

Isso faz com que Bianca tenha a sensação de que estão se criando novas e várias outras vertentes e ramificações dos feminismos, se ocupando de tarefas diferentes. Como o seu momento atual, em que acabou deixando de participar da organização da

Marcha das Vadias, da qual participava há alguns anos, pra se dedicar a outras questões que acredita que têm mais afinidade:

*Teve a Marcha das Vadias agora, eu não tava na organização e também não fui porque eu tô me dedicando mais a outros espaços, sabe, onde eu tenho trabalhado o feminismo, mas que, enfim, eu tenho tentado outros diálogos, sabe, outros diálogos de outras formas que é diferente de uma marcha. Que eu não acho que uma marcha não seja válida, mas acho que tem muitos lugares que ela não chega e que o processo de afetação, assim, só vai acontecer mesmo ombro a ombro, assim, né, tu tendo relações de vínculo, né. Que uma marcha é importante pra dar visibilidade (...), mas acaba sendo um evento. Então, acho que tem coisas que precisam de uma continuidade. O que eu tenho feito agora é trabalhar com mulheres em situação de rua, bem nessa linha, de não querer gerar um enfrentamento em relação aos caras, assim, mas mais de poder empoderar as mulheres, (...) eu faço um acompanhamento ao longo prazo, não adianta só tu dizer “ah, não sei o que, larga desse homem porque ele te bate”, porque né, tu tem que poder tá ali no outro dia quando ela quiser fugir dessa situação e tu oferecer mais que um panfleto, mais que uma informação. Porque, na verdade, tem coisas que as mulheres podem não conhecer nenhuma teoria, assim, mas que sabem, né, no dia a dia, do que as feministas tão falando. (Bianca)*

### **5.3. Efeitos pessoais e micropolíticos**

Marta conta que depois da Marcha das Vadias de 2014 aconteceram muitas coisas na vida dela que acabaram a afastando do cenário militante. Entende que esse cenário pode ser adoecedor, uma vez que é *muito ego, (...) as pessoas tão ali por outras coisas, tão ali mais (...) é por si, assim. (...) elas têm seus status militante e aquilo alimenta elas, e eu achei um ambiente muito hostil, na verdade*. Problemas pessoais acabaram fazendo com que Marta olhasse para o tempo em que participou ativamente, não só da Marcha das Vadias, mas também de outros movimentos e percebesse que

estava com um princípio de depressão. Isso fez com que a afastasse de muitas dessas atividades que considera que estavam a fazendo mal e *sugando muita energia*.

Essa militância, que considera do tipo “movimento social” que, segundo ela, se articula com questões que envolvem alguma instituição, *quer seja a polícia, quer seja o estado, quer seja a universidade*, reproduz, segundo Marta, uma mesma lógica e uma mesma estrutura de um partido político, mesmo aqueles que se dizem autônomos. Essa vivência fez com que, com o tempo, a levasse a focar mais no que considera as *micropolíticas mesmo*. Percebeu que a sua *maior militância feminista naquele momento seria cuidar de mim e isso eu tenho feito até hoje*.

Essas experiências foram fazendo com que Marta se distanciasse, portanto, da vida militante, sendo esse o efeito que considera relacionar com as “tretas”:

*Tudo o que me faz mal eu evito, porque eu acho que antes de tudo eu cuido de mim pra tentar dar conta das outras coisas. Porque se eu não tiver bem comigo, né, e com as coisas que eu tô fazendo, que eu acredito, com as pessoas que tão mais na minha volta, não vou conseguir fazer nada. Ou vai virar uma reprodução do meu ego ferido, vai ser aquela coisa que eu tava vendo e que não tava me fazendo bem. Assim, na verdade eu acho que não tava me fazendo bem porque eu tava vendo um pouco de mim naquelas pessoas assim, em potencial, do que eu não queria me tornar. Mas que, de alguma, forma aquilo é alimentado, né. Bah, faz mal né, aí eu me afastei dessa militância. E hoje, devido a isso, vai fazer quase um ano, mais até. (...) eu sei o que aconteceu comigo depois daquilo, que me levou a me afastar, né. E realmente entrar num processo bem de realmente de autocuidado introspectivo de não querer me envolver muito profundamente com aquelas questões. (Marta)*

Ao mesmo tempo, Marta também hoje enxerga essa experiência como muito importante na vida dela: *foi muito lindo, né, ter queimado o tapete do pinguim no meio da perimetral, isso é algo assim, ninguém conseguiria fazer aquilo sozinho ou sozinha. Aquilo só poderia ser feito realmente num momento daqueles*, mas reforça que essa

importância a fez enxergar certas coisas que não queria naquele momento e não quer em nenhum espaço em que participa, que se reproduza lógicas hierárquicas.

Essas questões pessoais podem ser percebidas também no andamento do coletivo da Marcha das Vadias, uma vez que pode ser analisado que não houve uma tentativa de reconciliação em relação a certas brigas, restando algumas feridas em aberto. Carol considera que não houve evolução desde a última Marcha nesse sentido, pois segundo ela, o feminismo *parou no tempo*:

*não se teve um aprendizado com o que aconteceu. Não se buscou, depois que a Marcha terminou “vamos sentar aqui e ver o que a gente poderia ter feito de diferente, vamos conversar com as gurias do outro trajeto e vamos ver o que a gente poderia ter feito na hora”.* (Carol)

Carol acredita que fazer um balanço do acontecimento seria fundamental para tentar minimizar certos desconfortos gerados. Percebe que isso aconteceu de formas individuais, mas nunca de maneira coletiva. Ainda, Carol, parecendo ainda ressentida, diz que considera que o feminismo que envolve a Marcha das Vadias seria *um feminismo que parece que não aprende, assim, ta sempre na mesma, que não busca coisas maiores*. Considera esse fato triste, uma vez que as pessoas envolvidas acabaram deixando *se levar pelas divergências*, o que acabou impedindo de construir algo maior devido à falta de diálogo e entendimento.

Carol, mesmo ressentida, acredita que se fosse hoje, a partir dessa experiência, e se tivesse alguma oportunidade para que pessoas que participaram desse fato pudessem se encontrar novamente, faria: *gurias, vamos tentar conversar, vamos tentar construir alguma coisa em cima do que aconteceu ano passado*. Ao mesmo tempo em que acredita que ela não seria ouvida, uma vez que percebe que existem opiniões muito determinadas a respeito da participação de outras pessoas. Mágoas, ressentimentos, desilusões acabaram sendo geradas em funções dessas discordâncias anteriores.

Porém, mesmo havendo essa sensação, Renata enxerga que a Marcha das Vadias como um todo e o feminismo na contemporaneidade tem efeitos que geram nela muita felicidade. Percebe que existe uma conjuntura “perigosa” e “indefinida”, quando se

refere a partidos de direita organizados, mas, ao mesmo tempo, percebe um avanço dentre os anos que vem militado:

*Eu tenho chorado um monte de felicidade. Porque eu fico feliz mesmo, quando eu vejo que eu chego lá na universidade, qualquer moita que eu dê um chute vai saltar um monte de feminista e até os meninos querendo ser feminista, sabe... e todo mundo debatendo feminismo. (...) eu vejo que, nada foi em vão, que tudo valeu a pena, que a gente só começou, sabe. (Renata)*

Em relação à Marcha das Vadias, especificamente, Renata percebe que tem um significado muito importante no Brasil, pois foi *o primeiro contato de muitas jovens*. Acredita ser possível perceber isso quando vai às reuniões de organização da Marcha das Vadias e *aparecem as meninas lá dizendo que a primeira vez que ela teve contato foi na Marcha e agora ela tá lá ajudando a organizar e formando coletivos na sua universidade, participando da luta lá no sindicato*.

Bianca pensa que a Marcha das Vadias tem *vários e vários efeitos, incontáveis* que se relacionam com questões de processos de libertação e micropolítica:

*Tanto em relação assim, a isso, o empoderamento das mulheres. Mas principalmente assim, a primeira Marcha, teve algo que foi a primeira vez que eu vi aquela coisa de ser uma Marcha que não te toca só através do viés racional, mas é algo que naquela Marcha as mulheres sentiram no próprio corpo assim o que seria uma revolução, sabe, uma revolução feminista, no próprio corpo desses microprocessos de libertação que, enfim... naquele momento ali a gente teve um gostinho do que seria um lugar onde as mulheres realmente pudessem ser livres, pudessem andar como quisessem e isso não fosse um motivo pra violências. Então eu acho que o mais potente daquela Marcha foi aquilo que se deu por vias não racionais, sabe, as experimentações, tanto da fogueira, assim, que tipo.. depois isso acabou acontecendo e acontece ate hoje em espaços feministas, mas ali a primeira vez que eu vi a fogueira, o queimar o sutian e varias coisas que foram muito libertadoras. (Bianca)*

#### **5.4. Marcha das Vadias de 2015**

A construção da Marcha das Vadias de 2015 foi acompanhada por mim em um primeiro momento. Particpei ativamente das primeiras reuniões em que se pautou o fato de ter havido a “treta” no ano anterior e como poderia ser feita uma Marcha que minimizassem esses conflitos. Foi falado a respeito da importância de unir as pautas, uma vez que a “conjuntura” atual é de fortalecimento da direita. Ainda, a temática sugerida dizia respeito à violência obstétrica e aborto, assuntos que poderiam confluir com as diferentes formas de pensar os feminismos. Senti a minha presença nesse espaço um tanto quanto não-bem-vinda, uma vez que estava “sozinha” e em alguns momentos as minhas falas pareciam ser de um papel de contrariar as propostas colocadas. Dentre as pessoas que participaram do Bloco Autônomo do ano de 2014, eu era a única que se manteve indo às reuniões.

Os motivos que levaram isso a acontecer podem ser vários. Dedicção a outras atividades feministas, o cansaço, a não-vontade de “tretar”, assumir-se enquanto um feminismo dissidente que, de fato, não quer dialogar com “outro” feminismo que parece ser mais institucional. E por aí vai. Nas reuniões, pude observar que havia mais mulheres vinculadas a partidos políticos do que autônomas, o que estava caracterizando outro momento da Marcha das Vadias, uma vez que, desde a sua origem, a maioria da organização não tinha vinculação com partidos nem, tampouco, outros coletivos.

A minha presença nas reuniões de organização passou a soar com estranheza também para mim. Além de eu estar me sentindo sozinha, as pessoas que compunham as reuniões sabiam do que havia acontecido no ano anterior e meu posicionamento político. Na primeira reunião do ano, um grupo levou uma proposta pronta de Marcha: para que ela acontecesse no dia 8 de março. Esse mesmo grupo havia se encontrado em uma reunião chamada pelo Coletivo de Mulheres da UFRGS para debater o machismo na esquerda. Nessa reunião, acabou saindo como encaminhamento essa proposta para somar a Marcha das Vadias com a atividade, já tradicional, do oito de março.

Para mim pareceu uma nova tentativa de “golpe” frente à proposta inicial da Marcha das Vadias, uma vez que o oito de março é uma luta histórica das mulheres, uma proposta diferente do que busca ser a Marcha. Com isso, essa proposta soava como uma tentativa de popularizar o oito de março e de invisibilizar a Marcha das Vadias.

Nesse momento, até mesmo irritada com a proposta, propus que, dessa forma, deixasse de haver Marcha das Vadias, uma vez que usar o nome que já havia se popularizado, apenas para chamar mais pessoas para outra atividade, soava um tanto quanto inapropriado, além de desvirtuar a Marcha de sua origem e de sua breve história. A justificativa que davam para que a Marcha se mantivesse, era que o nome “Vadias” acabava chamando atenção de muita gente, sendo um motivo para que ela continuasse existindo, mesmo que não concordavam com seus princípios políticos.

A proposta acabou não sendo acatada e, em uma reunião seguinte, um grupo do PSol levou outra proposta pronta de data, que se enquadrava nos seus calendários de atos e lutas do partido. Novamente defendi que pudéssemos construir uma proposta todas juntas para que tentássemos construir um coletivo da Marcha das Vadias. Ainda, que pudéssemos fazer determinados debates ao longo do ano para se aprofundar nas temáticas pautadas. Ainda, as pessoas presentes levantaram outros argumentos, como o que não haveria tempo hábil para a construção de uma Marcha em tão pouco tempo. A Marcha teria ficado, portanto, para o segundo semestre do ano.

Depois de julho, deixei de comparecer às reuniões da Marcha das Vadias, não só por sentir que minha presença repercutia nos debates, mesmo ficando em silêncio, mas também porque não me competia consentir com questões que eu não concordava. Mesmo buscando uma postura pesquisadora e mesmo todas as pessoas presentes estarem sabendo que eu estava fazendo um trabalho de mestrado sobre a Marcha, parecia uma tarefa muito difícil. Depois do segundo semestre, fui atravessada por questões pessoais muito fortes que, de certa forma, se conectam com a temática elegida da Marcha das Vadias de 2015, que foi: “FIM DA VIOLÊNCIA SEXUAL E REPRODUTIVA CONTRA MULHERES”.

A Marcha das Vadias 2015 acabou acontecendo dia 29 de novembro e eu, neste ano, não participei, portanto, da organização de fato, apenas dos debates iniciais. Cheguei no momento da Marcha ao Arco da Redenção – local tradicional da Marcha das Vadias – sozinha e fui procurar amigas e conhecidas para me somar. Encontrei duas amigas com seus filhos pequenos. Uma delas, com uma filha menina de quase um ano, que levava um cartaz no carrinho de bebê dizendo: “tirem seus padrões de minha ppkinha”, e outra, com um filho de quase três anos, que segurava o cartaz que dizia “cercado de feminista eu não cresço machista”. Eu, grávida, com mais de cinco meses

experienciei outro momento da Marcha das Vadias, assim como meu momento. Acompanhei a Marcha, ao fundo, sem cantar músicas e levar cartazes, acompanhando minhas amigas com filhos e as ajudando com os cuidados.

Pude perceber que na Marcha havia meninas novas, com sutiãs e corpos pintados, como de costume. A maioria delas aparentava estar no Ensino Médio e eram meninas brancas. Pude observar uma grande quantidade de cartazes que traziam a temática do “Fora Cunha”. Eduardo Cunha é ex-presidente da Câmara dos deputados e por ter uma postura contra os movimentos sociais, vinculado à igreja neopentecostal, com posturas fundamentalistas pode ser percebido enquanto um dos principais articuladores da onda conservadora contemporânea, que busca aprovar a proibição da indicação de pílula do dia seguinte a mulheres vítimas de estupro, a redução da maioridade penal, a terceirização indiscriminada e o Estatuto da Família, entre outros projetos.

Ainda, foi possível perceber nessa Marcha das Vadias a diminuição do número de pessoas em relação às outras Marchas. Anos anteriores os números chegaram em mais de mil pessoas, dessa vez, aproximadamente 300 seguiram a Marcha, que foi em direção a praça da Matriz, Praça central da cidade onde se localizam os prédios públicos como Assembleia Legislativa e Catedral Metropolitana. Senti que o caminho teve a intenção de fazer uma busca a uma instituição a fim de denunciar certas políticas, o que pode ser visto enquanto um efeito, também, do debate do ano anterior, uma vez que a questão da “institucionalização”, se era importante vincular órgão públicos ou não, esteve presente. Nesse ano, portanto, as principais organizadoras estavam, no ano anterior, do “lado” que foi à delegacia da mulher. Essa postura da institucionalização, portanto, se manteve. Porém, no domingo, estavam todas fechadas e o centro vazio. Pareceu uma manifestação para si própria.

Havia uma ala alinhada ao feminismo radical que carregava uma faixa que se intitulava “por um mundo onde nenhuma mulher seja chamada de vadia” e cantavam músicas referentes ao ódio aos homens. Havia, também, uma ala, de aproximadamente cinco mulheres autônomas que reivindicavam o fim da brigada militar, instituição que havia torturado um grupo de mulheres durante a I Feira do Livro Feminista e Autônoma que havia acontecido poucas semanas antes. Marcos conta que não foi na Marcha esse

ano, pois descobriu no dia. Para ele a vertente do “anarcafeminismo meio que morreu”, pois não percebeu nenhuma movimentação em relação a essas pessoas.

## **6. DISCUSSÃO**

### **6.1. Sujeito dos feminismos**

A questão do sujeito dos feminismos, como apresentado no início desse trabalho, atravessa uma disputa que não se resume ao acontecimento da Marcha das Vadias. O acontecimento da Marcha das Vadias explicita esse conflito que não é novo. Podemos pensar, portanto, que sujeito é esse do feminismo que se colocou em disputa na “treta”. A Marcha das Vadias é um evento apenas para mulheres? Apenas para mulheres cis? É um evento para as pessoas que são atravessadas por questões que escapam a uma hegemonia de gênero? O que significa, portanto, a palavra “vadia”? Essas questões acabam sendo paradigmáticas para refletirmos em cima dos dados, uma vez que não se defende especificamente nenhuma categoria em nenhum dos “lados” da treta, porém, é possível refletir sobre os sentidos dados a esses possíveis sujeitos ao longo das divergências.

Quando a Marcha das Vadias começou, os diferentes feminismos pareciam andar juntos, o que ampliava o “sujeito” daquela Marcha, assim como as temáticas levantadas. As diferentes manifestações pareciam ser mais bem aceitas, sem tantos conflitos e argumentações, porém, assim que a Marcha foi tomando forma e amadurecendo, as tretas começaram a surgir. Podemos arriscar em dizer que, num primeiro momento, havia uma tentativa de coalizão entre diferentes perspectivas que faziam com que a Marcha acontecesse, o que não significa que as participantes de fato concordavam com tudo, uma vez que não havia alguns debates tão amadurecidos dentro daquele grupo. Em artigo de Mariana Dutra e Tiago Nunes (2015), os autores colocam essa questão em análise, uma vez que perguntam se é possível perceber uma rede de coalizão de diversos feminismos que dialogam dentro do que as autoras estão chamando de “três ondas do feminismo”.

A partir da observação do campo da Marcha das Vadias de Porto Alegre e São Paulo, Dutra e Nunes (2015) puderam perceber as principais bandeiras em destaque: repúdio a qualquer forma de violência que se inicia a partir da desigualdade e do preconceito; maior liberdade das mulheres; contra a criminalização das várias formas de

exercer a própria sexualidade humana; contra o machismo como forma de dominação masculina; contra o patriarcado e a mercantilização do corpo feminino e da vida em geral; por uma nova forma de lidar com as relações de gênero e com a sexualidade. Dentro dessas temáticas, as disputas que puderam ser analisadas internamente foram identificadas entre grupos de extrema esquerda vinculados a partidos políticos e grupos apartidários. Por isso, mesmo havendo temáticas em comum, os autores acreditam que parece precipitado concluir que a Marcha das Vadias pode ser considerada uma rede capaz de realizar a coalizão de diversos feminismos, de fazer dialogar as três ondas do feminismo que mencionam, o que não difere de nossa observação.

Janaína Morais (2013) problematiza a temática do sujeito do feminismo, uma vez que busca fazer uma análise sobre as transformações no conceito de gênero para pensar o “sujeito político” defendido pela Marcha das Vadias Carioca. A autora identifica que o grupo que participa da Marcha é bem heterogêneo, sendo composto por “mulheres, homens, gays, trans, negros e negras, trabalhadores e estudantes, jovens e adultos.” Logo em seguida, Morais (2013) cita a fala de uma participante indicando que a Marcha é aberta a qualquer pessoa que deseja participar, diferenciando de outras Marchas no Brasil, como a de Brasília, que seria uma Marcha de mulheres. A autora identifica, portanto, que se a Marcha tem uma proposta democrática de receber uma pluralidade de pessoas, o sujeito político defendido, “vadia”, não se refere necessariamente, à mulher, mas sim, a pessoas que têm como propósito serem “livres”, que vivem fora dos padrões heteronormativos, independente do gênero, classe, raça, idade e religião.

Ainda, em relação ao debate que envolve o sujeito do feminismo, dessa vez na Marcha das Vadias do Distrito Federal, as autoras Saads e Nascimento (2013) discutem essa temática a partir da análise da campanha fotográfica realizada para a Marcha de 2012. Nessa campanha, problematizou-se o porquê a Marcha das Vadias ser considerada feminista. A partir de diversas fotos e frases, foi expressa uma diversidade de experiências que envolvem o sujeito ser “mulher”, incluindo mulheres negras, indígenas, brancas, pardas, lésbicas, bissexuais, com filhos, cristãs, ateias, transgêneras, estudantes, trabalhadoras, etc, mesmo sabendo que essa pluralidade acaba por ser limitada, sendo poucas retratando a questão de racismo, de lesbianidade, de transexualidade e nenhuma de classe.

Para a Marcha das Vadias de Porto Alegre, podemos dizer que alguns acontecimentos levaram a uma busca, por parte de participantes, em unificar o sujeito da Marcha, como: o grupo “exclusivo” para mulheres no *facebook*, criado posteriormente ao “misto”; a não-permissão da participação de homens nas reuniões; o folder de divulgação deixar de citar pessoas trans; a ida à delegacia da mulher; ainda, no debate da última Marcha, a proposta que acontecesse no dia 8 de março. Esses são fatos que vão além das “acusações” de “transfóbicas”, mas que, de certa forma, evidencia uma tentativa de tornar o sujeito, portanto, mulheres cis.

## **6.2. Tensões interseccionais**

O que podemos observar dentre as tensões que atravessam o sujeito do feminismo é que, em muitas delas, os marcadores sociais da diferença aparecem como o principal motivo das rupturas, pois, as questões que envolvem a interseccionalidade estão presentes constantemente no debate. Na Marcha das Vadias carioca de 2014 a principal tensão envolveu a questão das mulheres trans, além da admissão de homens na organização da Marcha, bem como a discussão quanto ao espaço das mulheres negras e de periferia. Conforme apontam Gomes e Sorj (2014), algumas integrantes eram contra a participação de homens, com a justificativa de que eles sempre poderão ameaçar a autonomia feminina, por mais pró-feministas que sejam: “Algumas estavam dispostas a abrir uma exceção aos homens homossexuais, que, como as transexuais, compartilhariam com as mulheres uma identidade subalterna, o que legitimaria sua participação nos espaços de decisão. A maioria das participantes, no entanto, foi favorável à abertura da organização a todos os homens e quaisquer pessoas que compartilhem dos princípios básicos da marcha de não transfobia, não homofobia e não sexismo” (GOMES e SORJ, 2014).

A questão das mulheres negras e de periferia apresentou um ponto de tensão na organização da Marcha das Vadias carioca, uma vez que, por ser majoritariamente composta por mulheres brancas, de classe média, não incorporariam “especificidades” de mulheres negras. Ao mesmo tempo, as mulheres negras que participam da organização dizem que resistem à divisão do feminismo em linhas raciais (GOMES e SORJ, 2014). De qualquer forma, o recorte de raça e classe acaba por ser quase

inevitável ao movimento, uma vez que a Marcha aconteceu na Zona Sul do Rio e suas reuniões em espaços centrais, locais marcados por privilégios socioeconômicos.

A questão do marcador de raça gera dissensos nas Marchas ao redor do mundo. Nos Estados Unidos, em setembro de 2011, o grupo Black Women's Blueprint lançou uma carta em repúdio a Marcha das Vadias que teve repercussão internacional, alcançando os diversos países. A carta parabeniza e reconhece a importância da Marcha como resposta ao que ocorreu em Toronto, porém pontua alguns de seus limites e questiona a apropriação do nome como algo não representativo das demandas das mulheres negras, que são e foram historicamente sexualizadas, estupradas e tratadas como “vadias”. A mensagem destaca a importância de que se ressalte a opressão étnica/racial e traz à tona algumas questões latentes no movimento, que têm afastado um grande número de feministas (DUTRA e NUNES, 2015):

Como Mulheres Negras, não temos o privilégio ou o espaço de nos chamarmos de “Vadia” sem validar a ideologia historicamente intrincada e recorrente de quem é a Mulher Negra. Nós não temos o privilégio de brincar com representações destrutivas que foram marcadas no nosso imaginário coletivo, nos nossos corpos e nossas almas por gerações. Apesar de compreendermos o ímpeto válido por trás do uso da palavra ‘vadia’ como linguagem usada para enquadrar e representar um movimento anti-estupro, estamos gravemente preocupadas. Para nós, a trivialização do estupro e a ausência de justiça são cruelmente ligadas a narrativas de vigilância sexual, acesso legal e disponibilidade da nossa humanidade. É ligado à ideologia institucionalizada de nossos corpos como objetos sexuais da propriedade de outra pessoa, espetáculos de sexualidade e desejo sexual. É ligado as noções de nossos corpos, com roupas ou sem roupas, serem impossíveis de serem estuprados, seja na plataforma de leilão (local onde se colocavam escravos à venda), nos campos ou na tela da televisão. A percepção, e a larga aceitação de especulações sobre o que a Mulher Negra quer, o que ela precisa e o que ela merece, há muito tempo ultrapassou as barreiras de somente como ela se veste (BLACK WOMEN'S BLUEPRINT, 2011).

Podemos entender que diferentes conflitos sempre existirão em uma organização que se propõe a ser tão plural; dessa forma, é difícil que decisões sejam consensuais entre as feministas, uma vez que linguagens e objetivos feministas costumam ser distintos entre as organizações. Gomes e Sorj (2014) ainda apontam que os coletivos feministas mais identificados com uma proposta marxista, bem como feministas mais velhas, tendem a considerar a marcha “despolitizada”, por não problematizar a divisão sexual do trabalho, tomada como base da economia capitalista e da exploração das mulheres. Tendo em vista que a Marcha das Vadias dá ênfase na autonomia sobre o corpo e na liberdade sexual, feministas marxistas entendem que essa lógica seria a

grande causadora da mercantilização do corpo das mulheres e da banalização da sexualidade.

Ainda, em consonância com a crítica das mulheres negras nos Estados Unidos em relação à apropriação do termo “vadia”, no Brasil, o Coletivo Feminista Ação Antisexista (2012) também é contra essa ressignificação, uma vez que entende que as mulheres que são as vadias seriam as prostitutas. A crítica acontece em cima da compreensão de que “as mulheres privilegiadas (que participam da Marcha das Vadias) que podem brincar com o papel de vadia, se vestir como uma puta” não saberiam o que as mulheres no mercado do sexo estão, de fato, passando. Esse Coletivo se coloca a favor da abolição da prostituição, assim como acusa a Marcha das Vadias de ser um movimento liberal, uma vez que mais se preocupa com a sexualidade individual do que em romper com o sistema opressivo como um todo.

Essa temática em relação à prostituição é um ponto contemporâneo de tensão nos debates sobre os feminismos e se atravessa às questões interseccionais, uma vez que se está colocando em cheque qual local que a mulher deve ocupar para ser aceita na sociedade, além dos marcadores de classe, raça, sexo e gênero presentes constantemente, já que a prostituição acaba sendo a saída de muitas travestis negras e periféricas. A autora Aline Tavares (2015) parte dessa questão para pensar os feminismos em disputa. A partir de uma revisão histórica em relação a como esse tema tem estado presente nos debates feministas, Tavares (2015) percebe que existe um fortalecimento de um discurso abolicionista da prostituição no cenário público e político, existindo, também, um crescimento entre pequenos grupos feministas regionais e entidades locais de prostitutas. Esse movimento, inclusive, utiliza a Marcha das Vadias como uma fonte de discussão, principalmente entre mulheres jovens, sobre essa temática. Isso, pois, o slogan a respeito de “desfrutar da Vadiagem” colocou para alguns coletivos da Marcha das Vadias um debate fundamental para o movimento: o lugar social da prostituição e a aproximação das “vadias profissionais”.

Aline Tavares (2015) conta que os coletivos da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro, Campinas e Belo Horizonte propuseram-se a essa reflexão, realizando atividades conjuntas com organizações de trabalhadoras sexuais e inserindo como uma frente de suas ações o apoio à regulamentação da prostituição e a luta pelas desestigmatização do trabalho sexual.

Esses coletivos da Marcha das Vadias passaram a considerar que o estigma que envolve a “puta” na nossa sociedade provém de uma mesma matriz moral que aquele que classifica os comportamentos femininos entre adequados e não adequados, vadios e não vadios. Se ser “vadia” não é justificativa para ser violentada, ser “puta” também não é justificativa para ser marginalizada. Assim, chamam para dentro do feminismo a responsabilidade de se discutir o trabalho sexual, e se posicionam de forma favorável à regulamentação e aos demais projetos que busquem garantias legais para que as prostitutas exerçam seu trabalho com dignidade e segurança. (TAVARES, 2015)

Em contrapartida, existe a perspectiva abolicionista, como a concepção da Marcha Mundial das Mulheres, que enxerga a prostituição como a expressão máxima da dominação do mercado sobre o corpo das mulheres, que, aliado ao patriarcado, objetifica o corpo das mulheres como mercadoria. Muitas vezes, devido a Marcha Mundial de Mulheres ser um movimento conhecido internacionalmente, essa posição pode acabar soando como “a” opinião do feminismo brasileiro, por vezes encobrendo a pluralidade de posicionamentos que constituem a prática feminista no Brasil (TAVARES, 2015).

Dentre os registros históricos do movimento de mulheres dos anos 1970 são relatados conflitos em relação às feministas exiladas na época da ditadura<sup>20</sup>. Essas mulheres, as quais no momento do exílio passaram por experiências que contestavam certas práticas cotidianas em que estruturavam os costumes domésticos mesmo dentro do meio político, passaram a, no momento pós-exílio, questionar determinadas opressões envolvendo questões de gênero dentro do próprio movimento. Elas voltaram para o Brasil pensando que o antigo papel de mãe e dona de casa já não mais as serviria, entrando em disputa com o movimento das mulheres dos movimentos populares. Dentro disso, cabe ressaltar que o movimento feminista das ex-exiladas era composto por mulheres de classe média alta e intelectualizadas, sendo que suas reivindicações se relacionavam com a esfera do corpo e da sexualidade, enquanto o grupo de mulheres de movimentos populares era mais ligado à luta da questão de classe, com reivindicações de direitos básicos, como saneamento e creches (CAMARGO, 2010).

---

<sup>20</sup> A ditadura militar no Brasil foi o regime instaurado em 1º de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares. O regime adotou uma diretriz nacionalista, desenvolvimentista e de oposição ao comunismo. A ditadura atingiu o auge de sua popularidade na década de 1970, com o "milagre econômico", no mesmo momento em que o regime censurava todos os meios de comunicação do país e torturava e exilava dissidentes. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura\\_militar\\_no\\_Brasil\\_\(1964%E2%80%931985\)#cite\\_ref-4](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ditadura_militar_no_Brasil_(1964%E2%80%931985)#cite_ref-4). Acesso em 02/02/2016.

Em uma etnografia sobre Associação de Mulheres da Zona Leste (AMZOL) de São Paulo, que busca visibilizar os feminismos periféricos, a autora Ana Paula de Santana Correia (2015) relata situações de disputas internas, o que segundo ela enfraquecem a associação e causam perda de seu caráter de trabalho comunitário. Isso, nesse contexto, ocorreu quando as mulheres da base e fundadoras da associação se desvincularam e o perfil das mulheres organizadoras mudou, como na situação em que houve mudança na gestão da Associação. A participação de mulheres com formação acadêmica, que acreditavam que as donas de casa não tinham competência para assumir os cargos mais importantes como presidência e tesouraria, pois não saberiam gerir os financiamentos que aumentavam, criou uma disputa entre dois grupos: um grupo que defendia a permanência na coordenação das mulheres que eram da base, oriundas dos clubes de mães, as donas de casa; e o grupo que defendia que as novas participantes com ensino superior e que não tinham o histórico de lutas no bairro assumissem a coordenação. Esse tipo de situação propiciou o surgimento de desconfianças, disputas e concorrências.

Na análise da Marcha das Vadias de Porto Alegre é possível perceber diversas dessas questões, uma vez que, o sujeito estando em disputa, as diferenças se evidenciam e demarcam lugares que esses sujeitos ocupam. Pensar os marcadores da interseccionalidade e a diferença como ferramentas de análise, como sugere Pelúcio (2011), fornece elementos que, além de descritivos, podem nos ajudar a articular os níveis micro e macrosocial, a fim de se pensar quais são os processos que marcam certos indivíduos e grupos como distintos, e como, a partir da experiência os sujeitos se constituem subjetivamente. As diferentes experiências expressam “lugar de formação do sujeito” (Brah, 2006), isso, pois, como salientado pelas diferentes personagens e como observação de campo, assim como a maioria das pessoas entrevistadas, a questão da raça, da classe e da cisnormatividade acaba sendo uma regra que define um lugar de onde falam essas pessoas. Esses marcadores acabam hierarquizando sujeitos e coletividades, sendo possível generalizar que a Marcha das Vadias é um movimento branco, cis e burguês, mesmo que existam pontualmente algumas pessoas que fujam dessa norma.

Os marcadores sociais podem ser observados dentro de um contexto maior, uma vez que a Marcha das Vadias, por si só, apresenta um recorte grande, pois como muitas das participantes afirmam, é um evento que acontece numa parte central da cidade, com

a maioria das participantes brancas e universitárias. A questão de raça aparece fortemente, tanto que esse marcador foi evidenciado na performance realizada pelo coletivo de mulheres negras na Marcha de 2014, que buscou justamente alertar quanto ao racismo que existe dentro dos movimentos feministas, assim como o machismo dentro do movimento negro. Também, a questão das mulheres prostitutas não é uma pauta que aparece na Marcha das Vadias de Porto Alegre, diferentemente de outros lugares do Brasil, como no Rio de Janeiro. Inclusive, como apareceu em uma das entrevistas, a temática da prostituição deve ser vista sob uma perspectiva abolicionista por parte das participantes.

Também, dentro das especificidades das histórias analisadas é possível perceber que os marcadores sociais estão presentes nas trajetórias de maneira a se relacionar com os caminhos traçados pelas feministas. Dessa forma, pode-se pensar como determinada identidade feminista alcança determinada classe social, raça, geração, ocupação. Dentre as pessoas que se consideram feministas interseccionais, podemos perceber que algumas ocupam um lugar acadêmico, como Marta, Anita e Marcos, o que pode ser relacionado com a questão teórica da interseccionalidade estar mais presentes nas universidades do que num campo de saber comum e acessível. As teorias marxistas aparecem mais próximas de quem teve ou tem histórico com partidos políticos, como Renata e Jéssica.

A questão da maternidade parece ser um marcador que também tem um impacto dentre os caminhos tomados pelas feministas, uma vez que as mulheres entrevistadas que já passaram por essa experiência, como Jéssica, Renata e Carol, se aproximam de experiências que tratam a mulher como seu corpo considerado “biológico”. Isso pode acontecer uma vez que as teorias marxistas sustentam a ideia da “divisão de tarefas” enquanto uma prática compulsória nas estruturas familiares, enquanto o homem sai para trabalhar, a mulher fica em casa cuidando dos filhos. Além disso, o aspecto geracional pareceu ter influência para Renata e Jéssica, uma vez que, além de mães, são as duas entrevistadas que mais se aproximam dos trinta anos. Isso pode afetar qual teoria feminista elas se aproximam, uma vez que, como relatado por Jéssica, quando estava na escola começou a participar de atividades do movimento estudantil a aproximaram da teoria marxista.

O marcador de trans acabou sinalizando uma posição mais importante dentro do “binarismo” construído nos dois trajetos. Para Marcos, fica evidente que houve dois

“lados”, mesmo essa questão sendo problematizada por parte de outras feministas. Marta, que é cis, mas que apresenta um histórico de envolvimento mais próximo com pessoas trans, também pareceu se posicionar de forma mais explícita em relação aos dois “lados” da história, assim como afirmando a acusação de “tranfóbicas” para o outro “lado”.

Compreender esses fatores foi fundamental para pensar como os percursos que foram passando a inserção nos movimentos políticos referentes podem dar pistas sobre a localização feminista das personagens. Assim, as diferentes interseccionalidades também localizam as personagens em suas trajetórias. Quem pode viajar para o exterior, quem teve que trabalhar desde cedo, quem ingressou na Universidade, quem não, quem teve filhos, quem não. Essas questões evidenciam como determinados marcadores se interseccionam com os diferentes feminismos que podem ser observados no campo e constroem as disputas em relação ao sujeito do feminismo, ao sujeito da Marcha das Vadias de Porto Alegre.

## **7. CONTINUIDADES ATIVAS**

Essa pesquisa se propôs a contar uma história. História essa que parte de um ponto de vista acadêmico atravessado por questionamentos e leituras que se unem à prática política. Dessa forma, o que foi trazido aqui é um registro de um momento político e de um lugar. Um lugar de fala e também um lugar de ativista. Lugar esse que tampouco é fixo, que é atravessado constantemente por diversas experiências e também marcadores sociais. A ruptura da Marcha das Vadias de Porto Alegre do ano de 2014 foi de onde a pesquisa partiu para que fosse possível descrever as diferentes perspectivas feministas que se configuravam nesse cenário. No entanto, ao longo do trabalho, foi possível refletir sobre que sujeito é esse que se colocou em disputa e como as interseccionalidades os atravessam. A partir dos personagens analisados, foi possível identificar marcadores e diferentes realidades, evidenciando movimentos em um processo em constante mudança.

Esse registro político é único. Único, pois não buscou identificar uma verdade, tampouco acredita que essas características apresentadas se mantêm. É diferente de um registro de agora, atual, pois já foi ontem. Por isso, não busco aqui, nesse momento, apresentar as tradicionais “considerações finais”, uma vez que, respeitando essa

processualidade, não se findam aqui as tretas, tampouco o cenário dos feminismos jovens da cidade de Porto Alegre. Com isso, evidencia-se que os feminismos de Porto Alegre, e os feminismos como um todo, estão em constante transformação, uma vez que muitas dessas tretas e divergências já não se encontram mais com o mesmo modelo, nem sendo debatido pelas mesmas pessoas, assim como outras podem ter surgido. A militância feminista se torna tão plural, uma vez que existem diversas maneiras de ter acesso a ela; diferentes grupos e coletivos que por ora podem estar mais ativos em projetos e atividades; públicos plurais que frequentam determinada cena política; e, ainda, individualidades e subjetividades de vida dessas feministas que vão se atravessando ao fazer político.

Se hoje, quando concluo esse trabalho, após uma licença maternidade de quatro meses que me afastou tanto da academia quanto da militância, pudesse fazer uma análise a respeito do cenário feminista, provavelmente encontraria outros atravessamentos. No ano de 2016 ocorreram as ocupações das escolas públicas ao redor do Brasil, sendo que no estado do Rio Grande do Sul esse movimento reuniu mais de noventa e oito escolas. Nesse mesmo ano houve um golpe contra a presidente em exercício, mostrando a força da direita em diferentes âmbitos e, de certa forma, fortalecendo a esquerda a unir pautas em muitos contextos. Ainda, nesse ano, os atravessamentos micropolíticos afetaram o coletivo das Putinhas Aborteiras, assim como eu, outra putinha também está passando pela experiência da maternidade, assim outras participantes vivem diferentes momentos de luta e pessoais. O ano de 2016 já se encontra no segundo semestre e eu tampouco ouvi falar em alguma organização da Marcha das Vadias em Porto Alegre. Talvez não construam mais esse movimento. Talvez ela nem faça mais sentido nesse momento. O que a Marcha produziu e construiu vai muito além do que está registrado aqui, mas, de qualquer forma, as palavras ao longo desse trabalho buscam dar conta de uma parcela dessa história.

Acredito que o trabalho evidenciou a importância de poder observar e dar ênfase aos diferentes marcadores que se interseccionam nas trajetórias pessoais, uma vez que as diferentes identidades feministas não são apenas “escolhas pessoais”. As identidades, identificações, filiações, vem de histórias. Histórias essas que não estão descoladas de vivências e experiências. Acredito esse ter sido uma das maiores contribuições dessa dissertação de mestrado, para que possamos olhar para as pluralidades dos feminismos com empatia, sempre sabendo reconhecer de onde elas vêm e o que podem significar.

Essa pesquisa fez com que fosse possível ampliar o leque de possibilidades dos feminismos, enxergar um conflito enquanto potente para o aumento do debate e para a construção constante dos feminismos hoje. Fez com que fosse possível olhar para o conflito de maneira ética e respeitosa, não buscando criar inimizades, tampouco criar lados, mas evidenciar de maneira empática as diferentes trajetórias que produzem subjetividades nos sujeitos que se vinculam a determinadas correntes teóricas e visões de mundo. Essa pesquisa, transformou, portanto, o meu olhar sobre os feminismos de Porto Alegre, e, ainda, a minha participação frente a esse nicho. Hoje, com um olhar mais distanciado sobre os acontecimentos é possível enxergar os sujeitos além de suas perspectivas, podendo compreender os processos ocorridos de maneira mais ética e, ainda, feminista.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO ANTISEXISTA, Coletivo Feminista. Razões pelas quais eu não vou na Marcha das Vadias. 2012. Disponível em: <<http://anarcopunk.org/acaoantisexista/uncategorized/razoes-pelasquais-eu-nao-vou-na-marcha-das-vadias/>> Acesso em: 20 jan 2016.

AÇÃO ANTISEXISTA, Coletivo Feminista. Sem ano. Disponível em: <<http://anarcopunk.org/acaoantisexista/wp-content/uploads/2010/09/anarquismo-e-feminismo.pdf>>. Acesso em 08 fev 2016.

ANDRADE, Joana El-Jaick. O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.18, p. 265-300, 2015.

ALVAREZ, Sônia. Feminismos Latinoamericanos. **Estudos Feministas**, v.2, s.p, 1998.

ALVAREZ, Sônia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, v.43, p.13-56, 2014

ALVES, Hailey. **O Que É Transfeminismo? Uma Breve Introdução**. 2015. Disponível em: <http://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/> . Acesso em 16 fev 2016.

ANUNCIADA, Patrícia. **Feminismo Interseccional: um conceito em construção**. 2015. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/> Acesso em: 15 fev 2016.

ANUNCIADA, Patrícia. **Construção e aceitação da identidade negra**. 2016. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/01/26/construcao-e-aceitacao-da-identidade-negra/>. Acesso em: 15 fev 2016.

BAREMBLITT, Gregorio. **Compêndio de Análise Institucional e outras correntes práticas**. Belo Horizonte: Instituto Félix Guattari, 2002.

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Estudos Feministas**, n.21, v.2, p.659-688, 2013.

BELLA, Kyle. Bodies in alliance: Gender theorist Judith Butler on the Occupy and SlutWalk movements. **Truthout, Interview**, 2011. Disponível em <<http://www.truth-out.org/news/item/5588:bodies-in-alliance-gender-theorist-judith-butler-on-the-occupy-and-slutwalk-movements>>.

BIEHL, João. “A vida cotidiana das palavras: a história de Catarina”. **Cadernos da APOA**. Porto Alegre, nº 140, p. 14-29, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA M. de M. AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, 183-191.

BLACK WOMEN’S BLUEPRINT. An open letter from black women to the SlutWalk. 2011. Disponível em: <<http://www.blackwomensblueprint.org/2011/09/23/an-open-letter-from-black-women-to-the-slutwalk/>> .

BOLEVARI, Valéria. E As Anarco-Feministas O Que São?. 1995. Disponível em: <<https://www.nodo50.org/insurgentes/textos/mulher/15anarcofeministas.htm>>. Acesso em: 08 fev 2016.

BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya. “Apresentação”. In: BONETTI, Alinne; FLEISCHER, Soraya (Orgs.). Dossiê "**Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feministas**". Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, p.3-4, 2007.

BORDINI, Gabriela Sagebin e SPERB, Tania Mara. Gênero e Sexualidade em uma Discussão Virtual sobre a Marcha das Vadias. *Temas em Psicologia*, v.23, n.4, p.859-871, 2015.

BRANCALEONE, Cassio e DE BEM, Daniel. **As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), 329-376, 2006.

BRAH, Avtar e PHOENIX, Ann. Ain’t I A Woman? Revisiting Intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, v.5, n.3, p.75-86, 2004.

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**, v.11, p.11-42, 1998.

\_\_\_\_\_ **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.**  
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_ Sobre anarquismo: uma entrevista com Judith Butler. **Revista de Ciências Sociais**, v.36, p.19-27, 2012.

\_\_\_\_\_ **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, v.2, p.46-66, 2014.

CABRERA, Marta e VARGAS, Liliana. Transfeminismo, decolonialidad y el asunto del conocimiento: inflexiones de los feminismos disidentes contemporáneos. **Universitas Humanística**, v.78, p.19-37, 2014.

CAMARGO, Ayla. Nas origens do movimento feminista “revisitado” no Brasil: o Círculo de Mulheres de Paris. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, UEL, 2010.

CAMPOS, Elza Maria. Avanços e desafios da corrente emancipacionista, 2012. Disponível em: <[http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id\\_noticia=183298&id\\_secao=238](http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=183298&id_secao=238)>. Acesso em: 8 fev 2016.

CANCIAN, Renato. Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa, 2008. Disponível em: < <http://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>.> . Acesso em: 8 fev 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. A construção da identidade feminista negra: experiência de mulheres negras brasileiras. **Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC. 2013.

CHAVES, Tyara Veriato. Marcha das Vadias. Corpo, sujeito e ideologia. **Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC. 2013.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **Revista História Agora**, v.1, n.14, p.134-16, 2014.

COLLINS, Patricia Hills. The Social Construction of Black Feminist Thought. *Signs*, v.14, n.4, p.745-773, 1989.

CORREIA, Ana Paula de Santana. **Mulheres da periferia em movimento: um estudo sobre outras trajetórias do feminismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 05 de fev de 2016. Cruzamento: raça e gênero. UNIFEM, 2004

DARING, C. B., ROGUE, J, VOLCANO, A. e SHANNON, D. “Introduction: Queer Meet Anarchism, Anarchism Meet Queer”. In C. B. Daring, J. Rogue, D. Shannon, A. Volcano (eds) (2012), **Queering Anarchism: Essays on Gender, Power, and Desire**. AK Press: Oakland, Edinburgh, Baltimore, pp.5-18, 2012.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI. Felix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia (Vol. 5)**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUTRA, Mariana Passos e NUNES, Tiago de Garcia. A Marcha das Vadias como redes de movimentos e significados. **Revista Prolegómenos Derechos y Valores**, v.18, n.36, p.153-168, 2015.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Caderno AEL**, v.10, n.18/19, p.81-125, 2003.

\_\_\_\_\_ “Não faz mal pensar que não se está só”: estilo, produção cultural e feminismo entre as minas do rock em São Paulo. **Cadernos Pagu**, v.36, p. 117-153, 2011.

FACCHINI, Regina e FRANÇA, Isadora Lins. Apresentação Dossiê Feminismos Jovens. **Cadernos Pagu**, v.36, p.9-24, 2011.

FICTÍCIA, Ficção. **Balaklava: um chamado à guerra nômade**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<http://balaklava.noblogs.org/o-texto/>>. Acesso em 30 de março de 2015.

FRANK, André Gunder e FUENTES, Marta. Dez teses acerca dos movimentos sociais. **Lua Nova**, n.17,19-48, 1989.

FRY, P. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Graal. 1977.

GALLETI, Camila Carolina. Feminismo em movimento: A Marcha das Vadias e o movimento feminista contemporâneo. **Anais 18º Redor**, p. 2196-2210, 2014.

GOLDFARB, Raquel Costa, MINELLA, Luzinete Simões e LAGO, Mara Coelho de Souza. Marcha das Vadias na Paraíba: sororidades, performances e linguagens **Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC. 2013.

GOMES, Carla e SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, v.29, n.2, 433-447, 2014.

FERREIRA, Guilherme Gomes e AGUINSKY, Beatriz Gershenson. Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223-232, 2013

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v.5, p.7-41, 1995.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX, em T. T. Silva: **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

HELENE, Diana. Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. **Redobro**, v.11, p.68-79, 2013.

HEMMINGS, Clare. Contanto estórias feministas. **Estudos Feministas**, v.17, n.1, p.215-241, 2009.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.16, p.193-210, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes e ALVES, Hailey. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transexuais. **Cronos**, v.11, n.2, p.8-19, 2012.

KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? Em: KOFES, Suely e MANICA, Daniela (orgs). **Vida & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, p. 20-39, 2015.

LACAZ, Alessandra, PASSOS, Pâmella, LOUZADA, Williana. Pesquisadora ou militante? Análises do pesquisar (sobre)implicação. **Mnemosine**, v.9, n.1, p. 212-223, 2013.

LOPES, Gustavo Chaves. As redes sociais e os novos fluxos de agendamento: uma análise da cobertura da Al Jazeera sobre a Primavera Árabe. **Palavra Clave**, v.16, n.3, 2013.

LORDE, Audre. There is no hierarchy of oppressions. **Homophobia and Education**, 1983.

LUANA, Vanessa e DIAS, Mabel. Considerações Sobre o AnarcoFeminismo. 2007. Disponível em: <<http://pulkanarcho.webnode.com.br/zines/considera%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20o%20anarcofeminismo/>>. Acesso em 08 fev 2016.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, B. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, p. 21-38, 1978.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, v.13, n.3, p.483-505, 2005.

MORAIS, Janaina de Araujo. “Quem são essas vadias?” Uma análise teórico-empírica sobre o “sujeito político” da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. **Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC. 2013.

MOREIRA, Orlandil de Lima e SANTIAGO, Idalina Maria Freira Lima. Vem prá rua: os protestos de junho. [Livro eletrônico]. In. C. M. Sousa e A. A. Souza (2013). **Jornadas de junho: repercussões e leituras**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

OLIVEIRA, Samir. Manifestantes realizam novo protesto contra corte de árvores em POA. **Sul21**, 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/manifestantes-realizam-novo-protesto-contracorte-de-arvores-em-porto-alegre/>. Acesso em 03 de março de 2016.

OLIVEIRA, Samir, MÜLLER, Iuri, NATUSCH Igor e FORQUIM Ramiro. Câmara de Vereadores de Porto Alegre é ocupada por manifestantes. **Sul 21**, 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>. Acesso em 03 de março de 2016.

PAES, Rui Eduardo. ANARCO-QUEER? QUEERCORE! 2014. Disponível em: <<http://www.bitaites.org/artes/musica/anarco-queer-queercore>>. Acesso em 15 fev 2016.

PELUCIO, Larissa. Marcadores Sociais da Diferença nas Experiências Travestis de Enfrentamento à aids. **Saúde e Sociedade**, v.20, n.1, p.76-85, 2011.

PELUCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Periódicus**, v.01, p.15-39, 2014.

PRECIADO, Paul. Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica. 1ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **Paidós**, 2014.

PRECIADO, Paul. Decimos revolución. En Solá, Miriam y Elena/Urko (comp.) **Transfeminismos. Epistemes, fricciones y flujos**. Txalaparta, Tafalla, 2013.

RODRIGUES, Vivianne Oliveira. Feminismo e marxismo, um diálogo (im)possível? Análise diálogo (im)possível? Análise das revistas Crítica Marxista e Cadernos Pagu. **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**, Londrina, UEL. 2010.

ROUGUE, J. De-essentializing anarchist feminism: lessons from the transfeminist movement. *Queering Anarchism* (pp.25-32) In C. B. Daring, J. Rogue, D. Shannon, A. Volcano (2012), **Queering Anarchism: Essays on Gender, Power, and Desire**. AK Press: Oakland, Edinburgh, Baltimore, 2012.

SAADS, Leila e NASCIMENTO, Rany Oliveira. Entre mulheres nômades: reflexões sobre o “sujeito feminista” e o diálogo entre diferentes na Marcha das Vadias – DF. **Anais do Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos**, Florianópolis, UFSC. 2013.

SCOTT, Joan W. Experiência: tornando-se visível. In: SILVA, Alcione Leite et al. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p.21-55, 1999.

SILVA, Maria Carneira. Social movements in Islamic contexts: anthropological approaches. **Etnográfica**, v.X, n.1, 73-83, 2006.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira e CAMPOS, Camila Goulart. Os movimentos LGBT e feminista no Brasil: Da mordça autoritária à publicidade na esfera transnacional. **Revista Perspectiva Sociais**, v. 3, n.1, p.1-14, 2014.

SILVA, Paulo Vinícius. O sindicalismo classista, o feminismo emancipacionista e as jovens mulheres. 2013. Disponível em: <<http://ujf.org.br/index.php/noticias/o-sindicalismo-classista-o-feminismo-emancipacionista-e-as-jovens-mulheres/>>. Acesso em 07 fev 2016.

SIMÃO, Azis. Os anarquistas: duas gerações distanciadas. **Tempo Social.**, v. 1, n. 1, p. 57-69, 1989.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Edigora UFMG. 2010.

TAVARES, Aline Godois de Castro. Movimento Feminista em disputa: paradoxos entre discursos nacionais e práticas regionais acerca do tema da prostituição no Brasil. 2015. **CLACSO**, disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/-becas/20151225060933/Clacso\\_Kirkwood\\_Maria\\_Flor\\_final.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/-becas/20151225060933/Clacso_Kirkwood_Maria_Flor_final.pdf)>. Acesso em 20 jan 2016.

VANDEN, Harry. Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST. **Revista NERA**, Ano 12, nº. 14, 63-71. 2009.

V., Viviane ; Pela descolonização das identidades trans\*. Em: **VI Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH**, 2012, Salvador, BA. VI Congresso Internacional, 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. Folkcomunicação e ativismo midiático: Lutas feministas e estratégias de visibilidade na Marcha das Vadias. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2014.